UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JULIANO MOREIRA DO NASCIMENTO

OS BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: O CASO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS/PB

João Pessoa
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JULIANO MOREIRA DO NASCIMENTO

OS BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: O CASO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS/PB

João Pessoa
2011

JULIANO MOREIRA DO NASCIMENTO

OS BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: O CASO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS/PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof[a] Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira

João Pessoa

2011

N244b Nascimento, Juliano Moreira do.

Os bancos de sementes comunitários na construção dos territórios de Esperança: o caso do assentamento Três Irmãos/ PB / Juliano Moreira do Nascimento. - - João Pessoa: [s.n.], 2011.

245f.

Orientador: Emília de Rodat Fernandes Moreira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Banco de Sementes. 2. Assentamento – Três Irmãos. 3. Sertão da Paraíba.

JULIANO MOREIRA DO NASCIMENTO

OS BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: O CASO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS/PB

Dissertação apresentada em 25 / 02 / 2011

Banca Examinadora

Profª Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira (UFPB/CCEN - Orientadora)

Profª Dra. Maria Franco Garcia (UFPB/CCEN - Examinadora Interna)

Professor Dr. Marcelo Mendonça (UFG - Examinador Externo)

Dr. Belarmino Mariano Neto (DGH/CH/UEPB – Examinador Suplente)

João Pessoa

2011

A Seu Chico Pinto (*in memoriam*), o grande idealizador e cuidador do Banco de Sementes Comunitários de Três Irmãos.

A todos os camponeses desta comunidade, que diariamente lutam pela sua sobrevivência e permanência nos campos aos quais pertencem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelas bênçãos e proteção em todos os momentos.

Em seguida, faço meus agradecimentos às pessoas que faziam ou passaram a fazer parte de minha vida, antes e durante a construção deste trabalho. Considero que esta dissertação não resultou apenas do esforço deste pesquisador e de sua orientadora, mas, de todos os que ajudaram (direta ou indiretamente), seja nos momentos de discussões acadêmicas sobre as sementes da paixão, ou apenas nos ótimos momentos de descontração, em que, muitas vezes, pude encontrar a válvula de escape necessária para aliviar as tensões e inquietações que, porventura, surgiam. Ademais, dedico os meus sinceros agradecimentos:

Aos meus pais, João e Liliam, por serem a base de tudo que sou. Meus primeiros professores nessa disciplina chamada vida, onde aprendemos e ensinamos o que sabemos, numa cotidiana troca de informações e melhoramento dos nossos conhecimentos. Sou grato pela ajuda, dedicação e motivação diária, sempre torcendo pelo meu crescimento pessoal e profissional. Em particular, à minha mãe, que, em todos os momentos de minha vida, deixou claro que o único bem mais valioso que ela poderia deixar para os filhos seriam os estudos.

À minha irmã Lidiany, que, através da convivência diária, em meio a conflitos e alegrias, fez-me entender que somos diferentes em certos pontos, menos quando o assunto é a nossa família. Ao seu esposo, Erivan, que sempre apoiou o meu esforço, procurando, mesmo que, indiretamente, ajudar no que lhe fosse possível.

Ao meu amigo e irmão Isaías Ehrich, pelo companheirismo, paciência e disponibilidade sempre que precisei. Agradeço pelos longos momentos de discussões sobre os temas abordados na pesquisa, pelas correções ortográficas e observações feitas no texto. Sou grato pelas horas em que só fazias me ouvir, pessoalmente ou via celular, pois, as nossas conversas foram muito importantes para a construção e materialização deste trabalho. Agradeço os ótimos momentos

que sempre passo em sua residência em São Gonçalo/Paraíba, e concordo com ele: lá é um pedaço do Paraíso. Sou feliz por tê-lo sempre por perto. Essa dissertação é sua também.

Agradeço imensamente à Emília Moreira, não só pelas orientações acadêmicas, mas, pela amizade e confiança, conquistadas ao longo das alegrias e tristezas, problemas e soluções, durante a pesquisa. Foram importantes as nossas conversas nos intervalos das aulas ou das orientações, durante as caronas, encontros e estudos de campo, nas quais, sempre me ensinou que acima de qualquer titulação acadêmica, existe a simplicidade, a compreensão e o respeito pelo próximo. Além dos ensinamentos acadêmicos, aprendi muito sobre como viver a vida melhor e com alto astral. Acima do papel de orientadora, conheci uma pessoa humana, capaz de ouvir, aconselhar e compartilhar as suas experiências com a maior alegria. Sou e sempre serei grato.

Aos professores examinadores que compuseram às Bancas do Seminário de Dissertação, de Qualificação e Defesa deste trabalho: Fátima Rodrigues, Maria Franco, Marcelo Mendonça, Belarmino Mariano.

Um agradecimento muito especial aos meus tios – ou, os meus pais adotivos em João Pessoa - Fátima Moreira e João Paulino, por me acolherem em sua casa e me oferecerem a atenção e o apoio familiar, durante o período do mestrado. Sempre dispostos a ajudarem nos momentos de aflição ou saudades dos familiares e amigos de Cajazeiras. Serei sempre grato por me adotarem como um filho. Especialmente à tia Fátima, pelo afeto, compreensão, amor e pelas ótimas conversas e risadas cotidianas. Obrigado.

À Dona Mercês e ao Sr. Isaías – meus pais adotivos em São Gonçalo – e aos seus filhos Isaías e Ivo, por me receberem em vossa casa com tanto carinho, por todos os momentos em que me sinto como mais um membro da família, acolhido sempre com a mesma alegria e satisfação.

À Dr. Ricardo Lourenço, oftalmologista que diagnosticou o meu problema de visão e que, através de novas lentes, pude enxergar e dar continuidade a minha vida, com mais nitidez. Sou grato a sua equipe: Desterro e Irinéia, pelas recepções calorosas e atenção oferecida.

A todos os camponeses do Assentamento Três Irmãos que, além de serem os grandes protagonistas dessa dissertação, são exemplos de luta e força de vontade. Aprendi muito nesse período em que convivi com todos. Agradeço à disponibilidade, a dedicação, a atenção, a amizade e a alegria em compartilhar um pouco de suas vidas, em algumas partes descritas nos capítulos. Um agradecimento especial: a Vicente da Viúva, Dona Nevinha, por nos acolherem em seu lar; a Elza, pelas inúmeras contribuições durante a pesquisa; a Susana, pelas articulações com os camponeses nos dias em fomos fazer os nossos trabalhos de campo; a Irmã, a Terezinha, a Antônio Lão, a Dona Mariana e seu esposo Antônio e a Aurineide, pelas recepções calorosas. A todos, meus sinceros e felizes agradecimentos.

A Sônia, secretária do PPGG, pelo carinho e atenção, sempre disposta a ajudar os discentes e docentes nas alegrias e aflições acadêmicas. Obrigado por tudo.

Aos professores e professoras do PPGG, que, juntos, dedicam esforço e amor pelo melhoramento do curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia na UFPB, especialmente para: Fátima Rodrigues, Ivan Targino, Maria Franco, Carlos Augusto, Doralice, Barroso, Avani Torres e Roberto Sassi, com os quais tive o prazer de conviver e compartilhar experiências, não só acadêmicas, mas de vida.

À professora Eliana Monteiro, pelas ótimas aulas no curso de Sociologia e pelas sempre bem vindas considerações a respeito deste trabalho.

Aos companheiros de mestrado, turma de 2008: Juliana Nóbrega, Aldo, Allana Anjos, Mara Edilara, Yure Silva, Lúcia, Manoel, Rafael, Lucy, Josias, Glória, Silvania. Sou imensamente grato aos grandes amigos que conquistei e fui conquistado: Carlos Carvalho, Rute Vieira e Amanda Marques, pelos excelentes momentos de estudo e diversão.

Aos amigos que tive o prazer de conhecer na cidade de João Pessoa: Vina, Jéssica, Alexandre, Marcos, Dennyeverson, Lúcia, Laércio, Grace Kelly, Haroldo e sua família.

Aos meus tios e tias: Liélia, Francisca, Augusto, Mundinha e Gerson. Aos primos e primas: Daniel, Jéssica e Joice; Marcílio e Osimar. E ao meu “grande

avô” Zuza Moreira, sempre presente na minha vida, me apoiando e dando força para que eu nunca desista dos meus ideais.

Aos amigos da cidade de Cajazeiras/Paraíba: Aurélio, Wescley, Betânia, Elizabeth, Patrícia, Elsa, Alberto, Alana, Arileide, Pedro Henrique, Kássio, Kellyane, Keily e Paloma. Especialmente para Madalena que, em sua luta pela sobrevivência, ensinou-me que somos capazes de resistir aos piores problemas, sem perder a fé em Deus ou a esperança por dias melhores.

Aos amigos sempre bem vindos: Ana Paula, Júlio Zinga, Veruza, Perla, Lourdes Saraiva, Cláudio (Pitt), Laurita, Lucinete Fortunato, Mariana Moreira e Josias de Castro.

Aos companheiros e amigos de orientação: Noemi, Jossandra, Luanna, Éricson, Silvana, Lidiane, Michell, Elton e Áurea, pelas longas conversas acadêmicas e pelas partilhas e trocas de ideias sobre os diversos temas, por cada um pesquisado.

Aos amigos e companheiros dos movimentos e organizações sociais (CPT/Sertão, AS – PTA, ASA/PB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Aparecida, CAAASP): Antônio Cleides, Elza Gomes, Cecília, Osmar, Adelaide, Rovilson, Socorro Gouveia, Socorro Ferreira, Aguinaldo, Diego, Tonico, Euzébio, Roberval da Silva, Rejane Alves, Diógenes, Vanúbia Oliveira, Gabriel Fernandes, Luciano Silveira, Hugo, Mara, Antonio da Viúva, Pretinho, Carla, Darquinha e muitos outros.

A todos os que fizeram parte desta pesquisa, e que, agora, fazem parte de minha vida. Obrigado!

Bate a enxada no chão, limpa o pé de algodão
Pois pra vencer a batalha,
É preciso ser forte, robusto, valente ou nascer no sertão
Tem que suar muito, pra ganhar o pão
Porque a coisa lá "não é" brinquedo não

Mas quando chega o tempo rico da colheita
Trabalhador vendo a fortuna, "se deleita".
Chama a família e sai, pelo roçado vai
Cantando alegre ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai.

Luíz Gonzaga e Zé Dantas

RESUMO

A valorização do cultivo de alimentos está relacionada à construção de novos territórios, fortalecidos por diversas culturas locais, em muitos casos, atribuídos a um valor místico, social, histórico, político e econômico. No Brasil, principalmente no Nordeste, a tradição da estocagem de sementes - hoje reduzida devido às novas técnicas introduzidas pela modernização agrícola - é uma forma de garantia de alimentação em tempos de estiagem e de sementes de qualidade para o plantio na época certa. Esta dissertação objetiva analisar uma forma de resistência camponesa ao processo de dominação do capital na agricultura, o Banco de Sementes Comunitário, através do estudo de caso do BSC do Assentamento Três Irmãos. Para isso, elencamos como objetivos específicos: a) rediscutir as acepções sobre território, desenvolvimento rural e práticas agrícolas sustentáveis, enquanto categorias de fundamentação e análise teórica; b) resgatar o processo histórico de formação territorial do Sertão paraibano à luz do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo; c) recuperar e discutir o processo histórico de construção do território do Assentamento e do BSC Três Irmãos (Triunfo - PB); d) entender a dinâmica social, econômica, cultural e política dos Bancos de Sementes e seus reflexos sobre o território. O *locus* da pesquisa foi o Assentamento Três Irmãos, composto por 74 famílias, distribuídas em 06 glebas: Três Irmãos, Mulunguzinho, Saco, Tabuleiro Grande, Croá e Vertente, localizadas na microrregião de Cajazeiras. A escolha desse Assentamento ocorreu devido ao fato dele ter sido o primeiro, no Sertão Paraibano, a desenvolver um Banco de Sementes Comunitário, na década de 1990, sendo o terceiro do Brasil. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, de abordagem quanti-qualitativa, com ênfase à segunda. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas, depoimentos de agricultores familiares, agentes de ONGs e técnicos, além de observações, visitas de campo e participação em eventos. O trabalho está dividido em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. Conclui-se que a cultura de estocagem de sementes representa uma forma de resistência aos impactos negativos no campo, causados pelo modelo capitalista vigente; Ademais, contribui para o fortalecimento dos territórios de esperança através da partilha de sementes e dos conhecimentos dos camponeses sobre suas localidades; também, colabora com o resgate de novas e antigas técnicas de produção camponesa que, na Paraíba, culmina na Festa Estadual da Semente da Paixão.

Palavras-chave: Banco de Sementes Comunitário. Assentamento Três Irmãos. Sertão da Paraíba.

ABSTRACT

The valorization of the cultivation of sustenance is related to the construction of new territories, strengthened by various local cultures, in many cases, assigned to a mystical value, social, historical, political and economical. In Brazil, mainly in the Northeast, the tradition of seed storage – today reduced due to new techniques introduced by agricultural modernization – is a form of guarantee power in times of drought and of quality seeds for planting at the right time. This thesis aims to analyze a form of pleasant resistance to the process of capital's domination in the agriculture, the Seed Bank comunities (BSC acronyn in Portuguese), through the case study of BSC from settlement called Três Irmãos. To do this, we highlight as specific objectives: a) to debate the meanings on the territory, rural development and sustainable agricultural practices, while categories of theoretical reasoning and analysis; b) redeem the historical process of territorial from *Sertão of Paraíba* - one region from the state- formation in the light of uneven development of capitalism and combined in the field; c) retrieve and discuss the historical process of construction of the territory of the settlement and BSC *Três Irmãos (Triunfo – PB);* d) understand the social, economic, cultural and political dynamics of seed banks and their reflections on the territories. The locus of research was the settlement *Três Irmãos* composed of 74 families, distributed in 6 parts: *Três Irmãos, Mulunguzinho, Tabuleiro Grande, Cróa and Vertente*, located in the microregion of Cajazeiras. Choosing this Settlement occurred due to the fact he was the first in the *Sertão of Paraiba* to develop a Community seed bank in the 1990s being the third in Brazil. The methodology used was a case study of quantitative and qualitative approach with emphasis on second. Data collection was performed from Exploratory Research interviews, testimonials of family farmers, people from NGOs and technicians, plus comments, field visits and attendance at events. The Paper is divided into four chapters, besides the introduction and final considerations. It is concluded that seed storage represents a form of resistance to negative impacts on the field, caused by the prevailing capitalist model; Furthermore, it contributes to the strengthening of territories of hope by sharing knowledge and seeds to farmers about their localities; also, collaborates with the rescue of new and old peasant production techniques, in *Paraíba*, which culminates in the State Party of Seed of Passion.

Keyword: Community Seed Bank. Settlement Três Irmãos. Sertão of Paraíba.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 01 – Localização do PA Três Irmãos (mapa da Paraíba com destaque para: o município de Triunfo, a microrregião e a região fisiográfica do Alto Sertão)..... 28

Figura 02 – Mapa de Triunfo – PB, com destaque às comunidades que compõem o PA Três irmãos..... 29

Figura 03 – Vilarejo rural sertanejo onde se visualiza casa rústica com antena parabólica 93

Figura 04 – Vista aérea do Açude de Pilões, Triunfo/PB 102

Figura 05 – Famílias acampadas no Acampamento embaixo do Juazeiro.. 116

Figura 06 – Os acampados efetuando a broca na área reivindicada..... 116

Figura 07 – Gravador à moda Juruna para evitar dúvidas..... 120

Figura 08 – Mutirão durante a construção das casas no Assentamento Três Irmãos em 1991..... 123

Figura 09 – Associação Comunitária Santo Antonio, da Bacia de Pilões..... 124

Figura 10 – A Associação reformada..... 124

Figura 11– Posto Telefônico do PA Três Irmãos..... 124

Figura 12 – Igreja Católica, em 2009..... 125

Figura 13 – Igreja Católica, em 2010..... 125

Figura 14 – Igreja Evangélica Assembleia de Deus 125

Figura 15 – Chico Salú durante uma reunião na Associação do Assentamento Três Irmãos 132

Figura 16 – Chico Salú repassando seus conhecimentos sobre os cuidados com as sementes..... 132

Figuras 17, 18 e 19 – Fotos do BSC de Três Irmãos com as sementes guardadas em silos, garrafas *pets* e sacos..... 136

Figura 20 - Cuia utilizada durante os empréstimos de sementes no BSC..... 136

Figura 21 – Modelo de recibo utilizado para registro dos empréstimos de sementes feitos no BSC 141

Figura 22 - Fluxo de acesso à semente..... 145

Figuras 23, 24, 25, 26 – Horta (plantio de coentro, salsinha e alface e mini-tomate) e Farmácia Viva de Dona Mariana 151

Figura 27 – Dona Mariana e Sr. Antonio segurando algumas garrafas de plástico cheias de sementes 159

Figura 28 – Estoque de sementes em garrafas de plástico 159

Figura 29 – Banco de Sementes Familiar: silos 159

Figura 30 – Banco de Sementes Familiar: sacos com espigas de milho e feijão nas vagens para debulho..... 159

Figura 31 – Mapa de distribuição dos BSC no Estado da Paraíba 162

Figura 32 – Cenário montado para recepcionar os participantes do encontro de formação política, em Lagoa Seca/PB (FESP, 2010)..... 166

Figura 33 – Representantes da EMATER e do MDA..... 166

Figura 34 – Participantes no primeiro dia de encontro 166

Figura 35 – Depoimento e questionamento de um camponês em um debate com os membros do MDA e EMATER durante a V FESP..... 166

Figura 36 – Apresentação de um grupo musical de forró pé de serra durante a IV FESP- Patos, 2007..... 167

Figura 37 – Sr. Joaquim declama um dos seus poemas populares na V FESP..... 167

Figuras 38, 39, 40 e 41 – Feira de exposição e troca de produtos agroecológicos e artesanais “saberes e sabores”, IV FESP- Patos, Paraíba, 2007..... 168

Figura 42 – Feira agroecológica “Saberes e sabores”, durante a V FESP, 2010..... 170

Figura 43 – Viveiro de mudas (direita), durante a V FESP, 2010..... 170

Figura 44 – Cenário representando uma casa de taipa junto aos estandartes dos Guardiões das Sementes da Paixão..... 171

Figura 45 – Marcha contra os alimentos transgênicos no centro de Campina Grande-PB..... 171

Figura 46 – Camponeses vestidos de preto, representando o “luto” e a indignação sobre a venda e o consumo de alimentos transgênicos..... 171

Figura 47 – Os camponeses demonstram alívio e alegria ao se livrarem dos alimentos transgênicos..... 171

Gráfico 01 – Assentamento Três Irmãos - Famílias associadas e não associadas à Associação Comunitária 127

Gráfico 02 – Assentamento Três Irmãos - Estoque de sementes no BSC - 2009/2010 140

Quadro 01 - Calendário de visitas ao Assentamento Três Irmãos para coleta de dados..... 38

Quadro 02 – Alternativas agroecológicas encontradas pelos camponeses na convivência com as exigências ambientais 72

Quadro 03 – Assentamentos criados no Alto Sertão da Paraíba entre 1996 e 2007..... 96

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ASA – Articulação do Semiárido

ASA/PB - Articulação do Semiárido Paraibano

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

BSC – Bancos de Sementes Comunitário

BSF – Bancos de Sementes Familiares

CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

CAI – Complexos Agroindustriais

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEPA – Comissão Estadual de Planejamento

CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Social

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CPT/Sertão - Comissão Pastoral da Terra/Sertão Paraibano

CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

DNA – Deoxyribonucleic acid

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FESP – Festa Estadual das Sementes da Paixão

FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

ONG – Organizações Não Governamentais

PA – Projeto de Assentamento

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRIPS – Trade Related Intellectual Property

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE ENTREVISTADOS

Camponeses do PA Três Irmãos

Almir Francisco do Nascimento
Alrineide Lisboa da Conceição
Ana Cristina Oliveira Cabral
André de Sousa Monteiro
Antonio Francisco Barbosa (Antonio Lão)
Cecilia Júlia Cabral de Sousa
Damião Roseno Ferreira
Erotildes da Silva Pinto
Francisco Diassis Lisboa
Francisco do Nascimento Sobrinho
Francisco José Cabral
Francisco José Pinto (Chico Salú ou Chico Pinto)
Geneide Claudio de Sousa Monteiro
Maria Aparecida do Nascimento
Maria Elza Gomes
Mariana Monteiro de Sousa
Raimundo Gomes de Brito
Susana Barbosa da Costa
Terezinha Gomes Dantas
Vicente Antonio de Sousa
Vicente do Nascimento Sobrinho (Vicente da Viúva)

Agentes da Comissão Pastoral da Terra e da CAAASP e assessores da ASA/PB e da AS-PTA

Adelaide Pereira da Silva
Antonio Cleides Gouveia
Cícera Gomes de Andrade (Cecília)
Diêgo Nogueira
Euzébio Cavalcanti
Gabriel Fernandes
Luciano Silveira
Maria Rejane Silva
Rejane Alves
Rovílson José Bueno
Socorro Ferreira
Socorro Gouveia
Vanúbia Oliveira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 21

CAPÍTULO I

1 QUEBRANDO A DORMÊNCIA: DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR..... 42

1.1 CONHECENDO O CHÃO QUE SE PISA E SE PLANTA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE TERRITÓRIO..... 42

1.2 MANIPULAR, DESENRAIZAR, DESAPROPRIAR, PATENTEAR E DESTRUIR CULTURAS - TUDO É VÁLIDO QUANDO SE VISA AO DESENVOLVIMENTO?..... 55

1.2.1 Desenvolvimento rural via modernização da agricultura..... 57

1.2.1.1 Sementes sem paixão: a desnaturalização da agricultura através da manipulação genética dos alimentos..... 65

1.3 A IMPORTÂNCIA DA AGROECOLOGIA PARA O RESGATE DAS TRADIÇÕES CAMPONESAS E DA BIODIVERSIDADE..... 70

CAPÍTULO II

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL, AGRICULTURA CAMPONESA E LUTA PELA TERRA NO SERTÃO PARAIBANO..... 80

2.1 A PECUÁRIA E A AGRICULTURA CAMPONESA NO PROCESSO INICIAL DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SERTANEJO..... 80

2.2 O ALGODÃO E A AGRICULTURA CAMPONESA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS SERTÕES DA PARAÍBA..... 85

2.3 COMO UMA ERVA DANINHA, O MODELO CAPITALISTA SUFOCA A SOBERANIA E AS TRADIÇÕES CAMPONESAS NO SERTÃO PARAIBANO..... 90

2.4 A LUTA CAMPONESA POR TERRA E ÁGUA NO SERTÃO PARAIBANO..... 95

CAPÍTULO III

3 A LUTA PELA CONQUISTA DA TERRA DO PA TRÊS IRMÃOS..... 99

3.1 O AÇUDE QUE ENCOLHEU: A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE PILÕES NA DÉCADA DE 1930..... 100

3.2 O CONFLITO ENTRE OS FAZENDEIROS E O ESTADO 103
3.3 O CONFLITO ENTRE OS CAMPONESES E O ESTADO..... 108
3.4 APESAR DA CONQUISTA, A LUTA PERSISTE: O SEGUNDO CONFLITO..... 112
3.5 A CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS 122

CAPÍTULO IV

4 O BANCO DE SEMENTES COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS: RESISTÊNCIA, LIBERDADE E AUTONOMIA CAMPONESA..... 129

4.1 A ORIGEM DO BANCO DE SEMENTES COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS..... 129
4.2 POR DENTRO DOS BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS..... 134
4.3 O BSC E AS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS DE PRESERVAÇÃO..... 148
4.4 OS BANCOS DE SEMENTES FAMILIARES: A EXPERIÊNCIA DE ESTOCAGEM DE SEMENTES DA FAMÍLIA DE DONA MARIANA..... 157
4.5 A FESTA ESTADUAL DA SEMENTE DA PAIXÃO (FESP)..... 163

CONSIDERAÇÕES FINAIS 173

REFERÊNCIAS 181

APÊNDICES 197

ANEXOS 207

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

De acordo com Mahon (2006) os Bancos de Sementes Comunitários (BSC[1]) são estruturas organizativas dos agricultores familiares que têm como objetivo permitir maior acesso às sementes financiando este insumo agrícola através de empréstimo. Os BSC funcionam como estoques-reserva para enfrentar períodos de adversidades climáticas e como espaços de debate e de construção de propostas para a convivência com o semiárido.

A experiência dos BSC não surge do nada, na verdade ela tem origem no conhecimento tradicional do camponês e na sua relação com a natureza. Isto remete ao tempo em que o homem aprendeu a dominar as técnicas de plantio e cultivo agrícolas, ligando-o diretamente à terra, fixando-o em uma determinada fração do espaço.

Ao se fixar na terra, o homem observou as mudanças que ocorriam na natureza e, dessa leitura, desenvolveu formas de adaptação importantes para a reprodução familiar e para a produção de alimentos. O cuidado com o material orgânico, com a valorização e adaptação aos padrões e limites impostos pela natureza foram importantes para o melhoramento da produção alimentar.

Durante milhares de anos, agricultores de diversos lugares do mundo mantiveram a tradição de plantar uma gama de espécies alimentícias usadas como garantia de subsistência para as comunidades locais. Assim, a agricultura e a pecuária são historicamente caracterizadas pela manipulação natural de vegetais e domesticação de animais, valorizando o atendimento das necessidades essenciais de uma população em crescimento.

A dedicação do camponês à agricultura é resultado do seu contato com a natureza e de conhecimentos acumulados através dos tempos sobre as formas de adaptação e plantio em diferentes solos e/ou climas. Tais conhecimentos são repassados para as famílias que se mantêm presentes em todo o processo de produção alimentar, gerando uma melhor aproximação entre os familiares e com

[1] Utilizaremos a sigla BSC ao nos referirmos a Banco de Sementes Comunitário.

outros membros da comunidade local. De modo que, como afirmam Almeida e Freire (2003):

> De olhos atentos ao seu mundo, comunidades de agricultores vêm observando seu meio, a natureza, seus elementos e mecanismos; vêm assim inventando e reinventando sua realidade e construindo um repertório de conhecimentos que permitem, como as sementes, germinar e frutificar espaços socioculturais, expressão legítima de suas formas de atuar. As sementes, antes portadoras de mensagens biológicas, carregam agora novos significados. Fazem germinar roçados, mas também fazem crescer um conjunto de saberes, resultado de um intenso processo de pesquisa, seleção e troca realizado pelos agricultores (p. 280).

Desta forma, além do seu valor nutricional e alimentar, com o passar do tempo, as sementes tornaram-se símbolo de prosperidade e fortalecimento de tradições, já que, em sua diversidade, mantêm firmes as relações de proximidade entre os homens.

A tradição da estocagem de sementes como uma forma de garantia de alimento em situações de emergência pode ser encontrada em diversos registros históricos da sociedade. Pode-se citar a passagem bíblica na qual José, ao sonhar com a destruição das plantações que abasteciam o Egito, recorre ao Faraó e lhe indica (com base em um sonho divino) que amontoe o maior número de cereais necessários para resistir a sete anos de seca e escassez de alimentos[2].

Falar em tradição remete à discussão sobre o conceito de cultura. Segundo Bogo (2000, p.8), cultura é “tudo o que fazemos para produzir nossa existência”. Para Taylor (*apud* LARAIA, 2001) ela se caracteriza como [...] “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (p.25). Sachs (2000), afirma que a cultura é todo conhecimento do meio em que

[2] Optamos por destacar essa passagem bíblica retirada de Gênesis 41: 35-36, por ser utilizada constantemente nos discursos dos camponeses, assim como das organizações das sociedades civis. A relação entre a necessidade de estocar sementes em um momento de grande seca, como descrito neste capitulo da Bíblia, é correlacionado às limitações naturais em algumas regiões do Brasil. Aqui “o guardar a semente” remete a uma garantia de alimento em períodos de necessidade.

vivemos, é um mediador entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o conceito se adéqua, segundo Geertz (1978), à relação existente entre o camponês e as formas de apropriação dos recursos. As práticas do camponês parceiro, assentado, pequeno proprietário ou posseiro resultante da herança familiar, da aquisição de conhecimentos voltados para a lida com a terra e logo com a natureza, com vistas à soberania alimentar, são constituídas de valores que determinam um tipo de cultura. Que tipo de cultura então seria a camponesa?

Para Wolf (1976), Moura (1986) e Bosi (1992), a cultura camponesa seria uma forma de cultura popular. Esta, segundo Bosi (1992),

> está generosamente aberta a múltiplas influências e sugestões, sem preconceito de cor, classe ou nação. E, o que é rico de consequências, sem preconceito de tempo. A cultura do povo é localista por fatalidade ecológica, mas na sua dialética humilde é virtualmente universal: nada refuga por princípio, tudo refaz por necessidade (p.55).

Vista por este prisma a cultura camponesa integra saberes e práticas sociais utilizadas por uma coletividade na sua relação com o mundo, com a natureza e com a sociedade, tendo em vista a reprodução de sua existência.

Falar em tradição remete não somente à cultura, mas também à religião. O conceito de religião além de polissêmico é também polêmico. Na verdade, o termo religião,

> originou-se da palavra latina *religio*, cujo sentido primeiro indicava um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem fazer referência a divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação que, contemporaneamente, entendemos como religiosas (SILVA, 2004, p.4).

O conceito de religião, segundo Silva (2004, p.4), “foi assim construído histórica e culturalmente no Ocidente adquirindo um sentido ligado à tradição cristã”. Esta autora chama a atenção para a inexistência de um termo para designar religião na língua de outras civilizações e outras culturas distintas das do Ocidente pós-clássico, a exemplo da tradição hindu. De acordo com ela, não se

pode negar a existência em todas as culturas conhecidas de manifestações que “costumamos chamar de religião” (p.4).

Outro aspecto interessante abordado pela autora citada é que os estudos contemporâneos sobre religião e religiosidade reconhecem que:

> as questões religiosas permeiam a vida cotidiana como religiosidade popular, sob formas de espiritualidade que fornecem elementos para construção de identidades, de memórias coletivas, de experiências místicas e correntes culturais e intelectuais que não se restringem ao domínio das igrejas organizadas e institucionais. Muitos movimentos religiosos procuram repensar os papéis de gênero, as opções sexuais, a participação política engajada, os conflitos em nome da fé, as novas práticas espirituais, as liturgias alternativas e as revisões teológicas, de acordo com as necessidades da modernidade, destacando-se aí o papel das mulheres e das minorias dentro da sociedade e suas expressões culturais (SILVA, 2004, p.6).

É assim que muitos estudos sobre a realidade do Nordeste brasileiro têm abordado a religião: como expressão da diversidade, da cultura e da tradição. Ribeiro (2006), Andrade (1986), Moreira e Targino (1997), Carvalho (2003), entre outros, fazem menção à importância da cultura e da religião nas relações sociais dos nordestinos que encontram na fé e nas ações sociais forças para resistir às dificuldades impostas pela natureza. No seio do campesinato, esses dois elementos, cultura e religião, acham-se não só fortemente presentes, mas também intensamente articulados.

A importância da fé do camponês e do imaginário popular tem contribuído historicamente para a manutenção da tradição da estocagem de sementes. No Brasil, a fé nos santos que, segundo algumas crenças são responsáveis por abençoar e proteger a produção e a colheita, é celebrada durante as festas e comemorações religiosas e culturais. São momentos dedicados aos agradecimentos pela produção e, também, um reforço nos pedidos para que as próximas colheitas sejam satisfatórias. Citamos aqui alguns santos católicos como: São José, São Pedro e São Sebastião, e ressaltamos que na Grécia antiga os gregos tinham a deusa Demeter como protetora das colheitas de cereais e frutas, a qual era chamada de deusa da agricultura.

Por sua vez, está presente no imaginário popular camponês a crença de que guardar sementes em imagens de santos faz com que estas sejam abençoadas, tendo como resultado uma boa colheita.

Do ponto de vista cultural, a prática da estocagem de sementes fortalece o sentido de “partilha” entre os camponeses, que se unem em períodos de festas santas ou até mesmo nas conhecidas rodas de conversas, para discutirem e trocarem experiências sobre suas técnicas de produção. Esse “compartilhar” tem um sentido tanto material como cultural. O sentido material se exprime através da produção e distribuição de sementes. O sentido cultural se exprime, entre outros, através da troca de conhecimentos e do misticismo religioso.

A partir da segunda metade da década de 1960, mais intensamente na década de 1970, a tradição da estocagem de sementes sofreu forte impacto decorrente da expansão e intensificação do processo de modernização técnica da agricultura brasileira. A subordinação da agricultura à lógica da produção capitalista alterou as formas tradicionais de produção da agricultura camponesa à medida que o tradicional passou a ser desvalorizado e tido como sinônimo de atrasado e antigo, e o “novo” passou a ser sinônimo de moderno e revolucionário.

De acordo com Carvalho (2009), a expansão e a globalização do processo de acumulação capitalista, neste período, acentuaram-se em todo o mundo. No Brasil, o processo de modernização da agricultura, tinha como modelo os Estados Unidos, que, após a II Guerra Mundial tentava exportar máquinas usadas na guerra, agora adaptadas para o trabalho nos campos de plantio de alimentos. Além das máquinas, produtos químicos - desenvolvidos para serem usados na guerra - também foram exportados para outros países, como os agrotóxicos, os inseticidas e os adubos químicos.

O governo brasileiro, comandado então pelos militares, absorveu a ideologia americana e impôs uma política de desenvolvimento rural ao país que integrava o setor industrial ao agrícola através dos Complexos Agroindustriais (CAI) e de programas e políticas agrícolas sustentados pela concessão de crédito subsidiado possibilitado pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (MOREIRA, 2010).

Esse processo de modernização, ou seja, de dominação do capital sobre a agricultura não se deu de modo totalmente passivo. Grande parte dos camponeses resistiu e ainda resiste ao mesmo, através: a) da luta contra a expulsão-expropriação decorrente da expansão da área cultivada com lavouras de exportação e da pecuária bem como da substituição da mão-de-obra por tecnologias e processos poupadores de trabalho; b) da luta de retorno à terra depois de expropriados-expulsos, através de ocupações de latifúndios improdutivos; c) da implantação e disseminação de novas formas de produção e de tecnologias adaptadas às limitações das condições naturais, entre outros.

Na Paraíba, desde a década de 1990, algumas experiências de resistência camponesa vêm sendo acompanhadas por movimentos sociais (a exemplo da Comissão Pastoral da Terra/CPT e do Movimento dos Sem Terra/MST), de entidades e ONGs ligadas à Articulação do Semi-Árido Paraibano/ASA-PB, a exemplo: da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA; do Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades – PATAC; do Centro de Educação Popular e Formação Social – CEPFS, entre outros. Destacamos aqui, o papel da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP). Em diversas comunidades e áreas de Assentamentos do estado, destacam-se experiências de Bancos de Sementes Comunitários, de utilização de tecnologias sociais enfim, de disseminação da prática da agroecologia em contraposição ao paradigma da agricultura capitalista.

O objetivo central deste trabalho é analisar uma forma de resistência camponesa ao processo de dominação do capital na agricultura, o Banco de Sementes Comunitário, através do estudo de caso do BSC do Assentamento Três Irmãos.

Como objetivos específicos, propomo-nos a:

a) rediscutir as acepções sobre território, desenvolvimento rural e práticas agrícolas sustentáveis enquanto categorias de fundamentação e análise teórica;

b) resgatar o processo histórico de formação territorial do Sertão paraibano à luz do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo;

c) recuperar e discutir o processo histórico de construção do território do Assentamento e do BSC Três Irmãos (Triunfo - PB);

d) entender a dinâmica social, econômica, cultural e política dos Bancos de Sementes e seus reflexos sobre o território.

O referido assentamento localiza-se próximo à cidade de Triunfo, na Microrregião de Cajazeiras[3], que, por sua vez está situada, em parte, sobre as serras que fazem limite com o Ceará e o Rio Grande do Norte, e em parte, sobre a Depressão do Rio do Peixe, abrangendo 3.249 km^2, ou seja, 14,5% do território paraibano (MOREIRA, 1988). Esta microrregião está inserida na porção da mesorregião do Sertão Paraibano conhecida tradicionalmente como Alto Sertão Paraibano[4].

Devido à distância entre os lotes distribuídos durante os dois conflitos que deram origem a este Assentamento[5], algumas casas ficaram em localidades diferentes, denominados de: Sítios Saco, Tabuleiro Grande, Croá, Vertente, Mulunguzinho e Três Irmãos, já existentes na região. Logo abaixo, apresentamos os mapas referentes à localização do município de Triunfo no estado da Paraíba e as localizações das glebas que compõem o PA[6] Três Irmãos.

---

[3] A microrregião de Cajazeiras é composta por 15 municípios: Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Santa Helena, Santarém, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna. A microrregião de Cajazeiras faz parte da Mesorregião do Sertão Paraibano.

[4] A expressão Alto Sertão da Paraíba, é comumente encontrada nos discursos dos movimentos sociais como a CPT e o MST, assim como, de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Na Geografia ela é utilizada para designar a região serrana que limita o estado da Paraíba com o estado do Ceará. Na verdade, essa área foi assim definida pelo IBGE em 1945 quando este realizou a subdivisão do território nacional em regiões fisiográficas que foram adotadas no censo de 1950 (MOREIRA, 1988).

[5] Retomaremos a discussão sobre os conflitos que deram origem ao Assentamento Três Irmãos no terceiro capítulo.

[6] Utilizaremos a abreviação PA quando nos referirmos a Projeto de Assentamento.

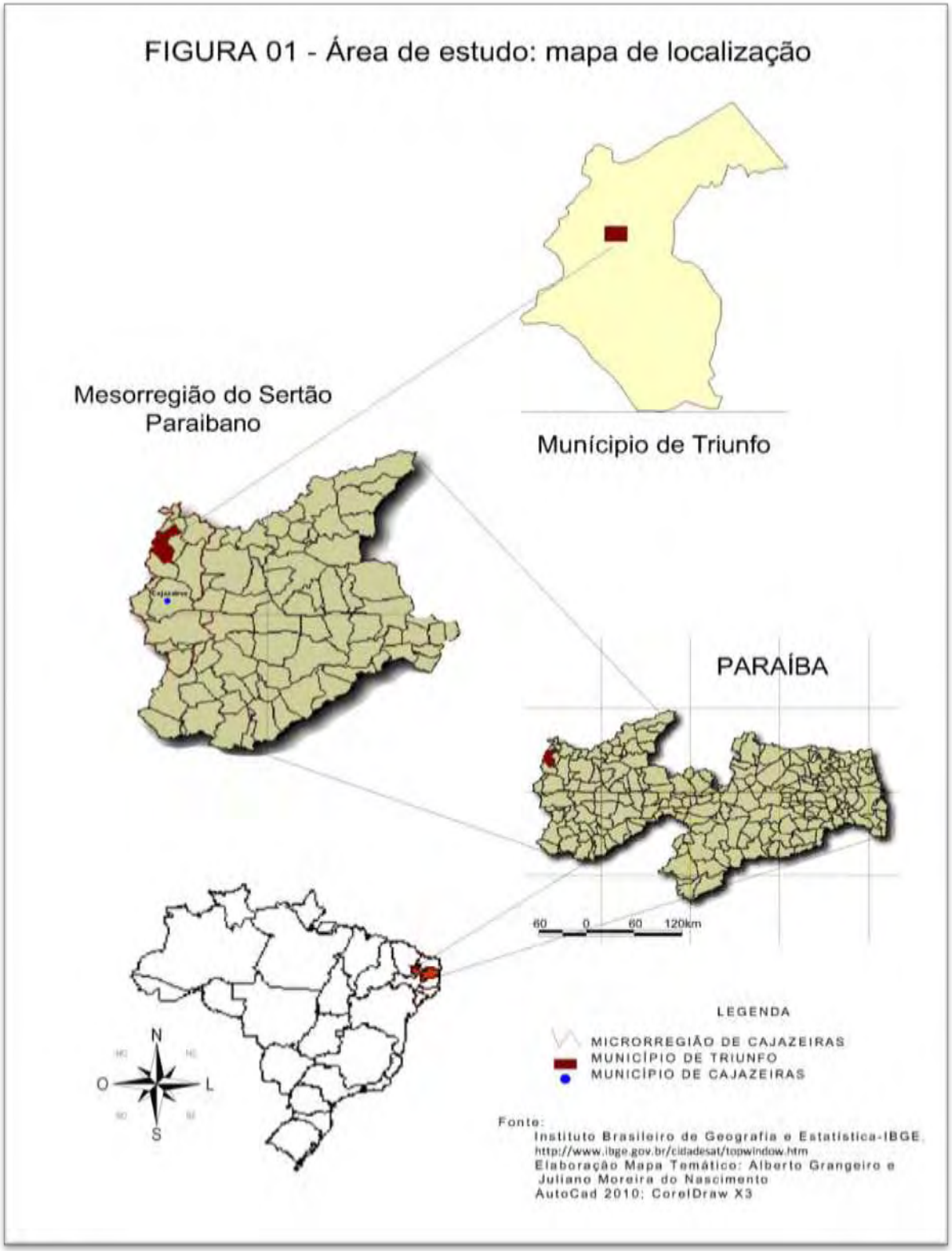


Fig. 01 - Localização do PA Três Irmãos (mapa da Paraíba com destaque para: o município de Triunfo, a microrregião e a região fisiográfica do Alto Sertão).

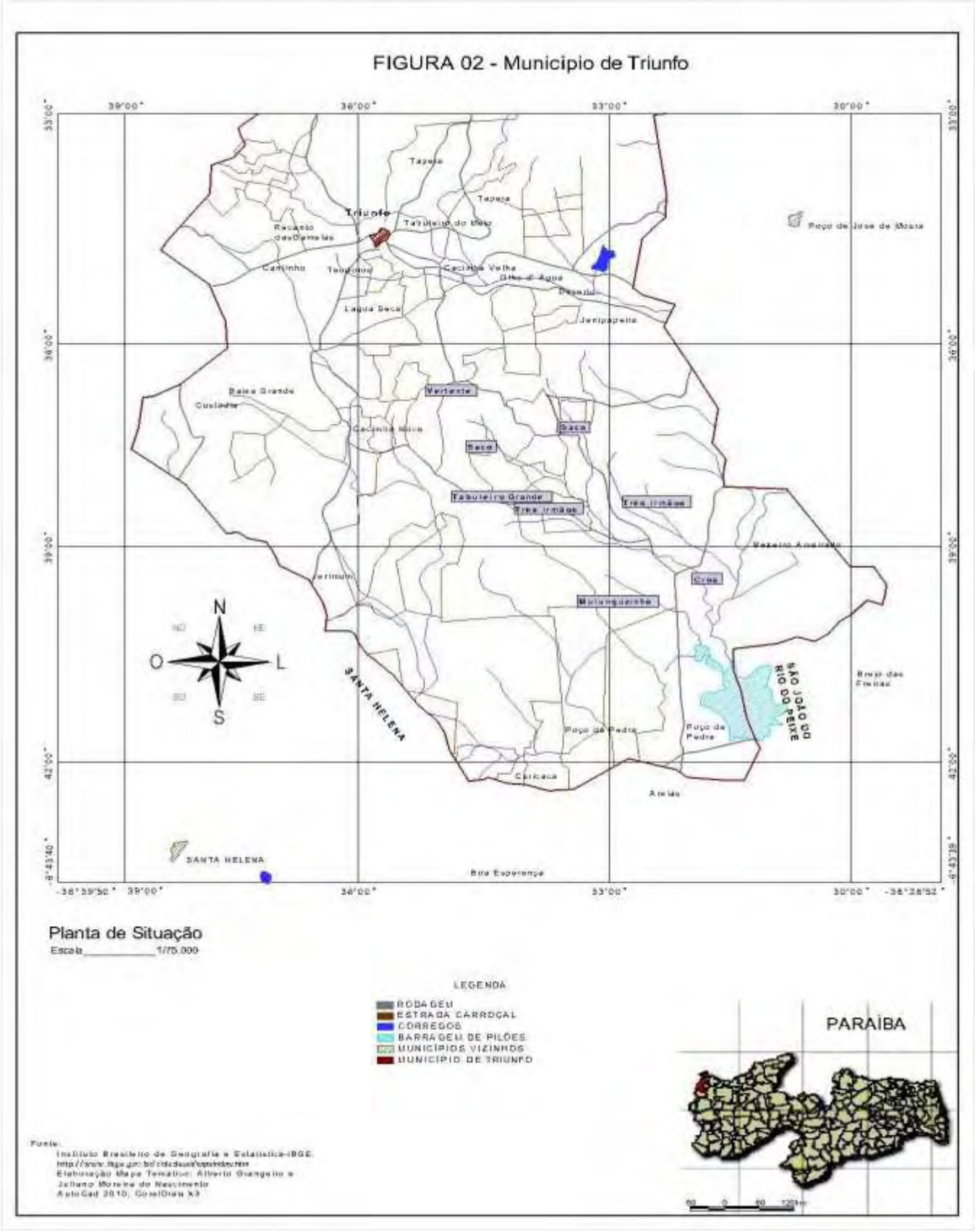


Fig. 02 – Mapa de Triunfo – PB, com destaque às comunidades que compõem o Assentamento Três irmãos.

O Assentamento Três Irmãos se destaca por possuir o Banco de Sementes Comunitário mais antigo do Alto Sertão paraibano. A sua criação teve início no ano de 1992 e, até hoje, está localizado em um dos espaços da sede da Associação Comunitária do Assentamento, sendo mantido e gerenciado pelos assentados. Segundo Almeida e Freire (2003), no Brasil, os primeiros registros de Bancos de Sementes Comunitários aconteceram na década de 1970, a partir de ações da Igreja Católica, junto as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

Entendido como uma grande conquista dos camponeses, o BSC do Assentamento Três Irmãos foi o primeiro projeto da comunidade, instalado logo após a criação da Associação Comunitária, com apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT/Sertão. Sua sobrevivência por 18 anos chama a atenção, uma vez que se trata de uma forma de organização da produção e do trabalho que não se enquadra nos moldes do modelo organizacional da produção dominante no campo brasileiro. Ao contrário, representa uma resistência a esse modelo à medida que se contrapõe à lógica capitalista. Pode-se mesmo entendê-lo, como bem afirma Moreira (2010), como uma das formas de “resistência camponesa” ao avanço da agricultura convencional pautada na modernização tecnológica, na articulação com o capital industrial e financeiro, e no desprezo ao equilíbrio ambiental. Nesse sentido o BSC representa uma forma de luta pela autonomia camponesa. Autonomia esta entendida como liberdade de escolha das formas de produção, de resistência à dominação de modelos impostos pela lógica da agricultura “moderna” num território dominado pelo capital (MOREIRA, 2010).

Aspectos metodológicos

Para entender o papel de um BSC na construção de um território, fez-se necessário recuperar e discutir diferentes concepções de *território*. Para isso, fizemos uma revisão de literatura buscando aporte em alguns autores como Ratzel (1990), Raffestin (1993), Santos (2006), Haesbaert (2006), Saquet (2007, 2009), Oliveira (2001), entre outros. Procuramos estabelecer um diálogo entre esses autores partindo da premissa de que seria inviável compreender a dinâmica dos bancos de sementes na constituição do território de Três Irmãos, negando o

processo histórico de mudanças pelos quais os sujeitos sociais envolvidos com a questão agrária vivenciaram nessa região.

Como acontece nas demais pesquisas científicas, a busca pelas contribuições teóricas se apresenta como um alicerce para a construção de um novo conhecimento ou de uma outra interpretação da realidade. Igualmente se faz necessária a escolha do método e da metodologia.

Ao dedicarmos atenção à importância da criação de bancos de sementes nas áreas de assentamentos rurais do estado da Paraíba, buscamos os meios para uma análise sobre a construção de um “conhecimento renovado” dentro dos moldes de uma sociedade capitalista dominante. O conhecimento aqui tratado é o do camponês que, com o tempo, foi sendo colocado em segundo plano ou até mesmo esquecido, à medida que a modernização agrícola avançava no campo.

Entendemos o conhecimento como aquele fundamentado a partir de elementos que compõem a realidade, sem negar a existência de um conhecimento anterior, dentro de um sistema onde os mais fortes, economicamente, subvertem os mais fracos, que se mantêm resistindo ao opressor (OLIVEIRA, 2007; DOBB, 1987).

A partir dessa interpretação de conhecimento baseado em elementos do real, damos início à discussão a respeito da definição do método utilizado na nossa pesquisa, considerando as experiências dos bancos de sementes como um resultado de várias outras experiências adquiridas e adaptadas a diversas realidades dentro do sistema capitalista.

Entender a realidade como uma consequência de fatos que vêm se modelando durante o desenrolar da história, facilita a nossa escolha por um método que discuta um *real* dinâmico e em constante movimento. Decerto, faz-se necessária uma abordagem metodológica a respeito do materialismo histórico e dialético (MORAES e COSTA, 1984).

De acordo com Hobsbawn (1983); Moraes e Costa (1984); Konder (2008) e Sposito (2004), o materialismo histórico e dialético foi desenvolvido a partir das formulações de Karl Marx e Friedrich Engels, que buscavam na realidade uma ancoragem para uma teoria geral da história das sociedades. Conforme essa

idéia, o pesquisador só compreenderia o mundo ao se inserir nele, sempre com um olhar crítico para, assim, transformá-lo.

Japiassu e Marcondes (*apud* SPOSITO, 2004) definem o método dialético como aquele que procede da contestação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição para se atingir, então, a verdade, como fruto da razão. Para Gaardner (*apud* SPOSITO, 2004, p.40), a razão é uma característica humana que distingue o homem de outros seres, contudo, todos estamos inseridos na materialidade que compõe o real concreto que é composto por "diferentes coisas que, tomadas separadamente, são elas próprias compostas de forma e de matéria".

Na Geografia, a escolha do método é tão importante quanto a sua discussão. Milton Santos (2006) o define "como uma construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista" (p. 49). Ele acrescenta ainda que não se trata de "um dado em si, um dado *a priori,* mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída" (p. 49).

Numa interpretação semelhante, Eliseu Sposito (2004, p. 23) entende o *método* como um *instrumento intelectual e racional* que, contribui com o "processo de apreensão da realidade objetivada pelo investigador, numa leitura da realidade com o fim de estabelecer realidades científicas para a sua interpretação". Para ele, o método pode ser: hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

O método dialético foi desenvolvido por Karl Marx e concebido a partir do "idealismo dialético" de Hegel, segundo o qual *o "*pensamento que é elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando assim uma tensão entre dois modos de pensamento" (SPOSITO, 2004, p.42). De acordo com Hegel, uma afirmação*,* quando confrontada com uma negação*,* tende ao surgimento de uma nova posição, superior às anteriores, que, apesar de ser considerada "nova", preserva elementos dos estágios ultrapassados. Surge daí os três estágios do conhecimento hegeliano: *tese, antítese e síntese*, que Marx denominou de "superações dialéticas" (SPOSITO, 2004; KONDER, 2003).

A dialética marxista compreende necessariamente a noção de movimento na História, um constante devir, onde o "conhecer" da Realidade consiste na

apreensão, descrição e representação mental dos elementos que a compõem (PRADO Jr)[7].

A partir da concepção histórica de movimento, Marx elaborou conceitos (renda absoluta, mercadoria) e teorias (mais-valia) permitindo a mais elaborada leitura do capitalismo como resultado de um modo de produção historicamente produzido com todas as suas determinações (SPOSITO, 2004).

Karl Marx desenvolveu suas teorias a respeito do capitalismo a partir da observação e análise de elementos do real concreto[8] - que até então para outros pensadores de sua época, não eram considerados como importantes – chegando a uma visualização de uma sociedade movimentada por diferentes classes sociais, conforme podemos observar na transcrição abaixo feita para melhor compreensão dessa discussão:

> Pode parecer acertado começar pela base sólida que é o real concreto, abordar em suma a economia pela população que constitui a raiz e o sujeito de todo processo social de produção. Todavia, observando-se a questão mais atentamente, percebe-se que isso é um erro. A população é uma abstração, se eu desprezo, por exemplo, as classes de que ela se compõe. Por seu turno, essas classes são vazias de sentido se ignoro os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Estes últimos pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. Se portanto começasse simplesmente pela população, eu teria uma visão caótica do conjunto. Mas se procedesse por uma análise cada vez mais avançada, eu alcançaria noções cada vez mais simples partindo do concreto de que teria a percepção, eu passaria a abstrações sempre mais finas para dar com as categorias as mais simples. Nesse ponto seria necessário refazer a viagem em sentido inverso para chegar de novo, afinal, à população. Mas desta vez eu não teria uma idéia caótica do todo, mas um rico conjunto de determinações e relações complexas (MARX *apud* PRADO JR., p. 43-44[9])

---

[7] As ideias aqui abordadas fazem parte do livro (edição eletrônica): **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista** de Caio Prado Jr.. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf. Acesso: 30 de março de 2010.

[8] Caio Prado Jr (idem), ao discutir a *Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista,* explica que o Real, em sua totalidade, não pode ser interpretado como uma simples soma de suas partes. A idéia marxista de *unidade na diversidade* mostra que dentro do *uno* existem particularidades que compõem um muro de construção do conhecimento, onde cada bloco tem seu determinado valor.

[9] Fonte: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf

O método histórico e dialético ajuda a entender a realidade como uma construção histórica, formulado pelas críticas feitas à própria realidade à qual pertencemos. Nesta fração da realidade, a dinâmica dos bancos de sementes surge como um processo em constante movimento, portanto, dialético.

Os bancos de sementes, diversamente espalhados pelos assentamentos da Paraíba, trazem em sua criação todo um conhecimento[10] repassado por gerações, fruto de experiências diárias de diversos camponeses da Paraíba. De fato, não poderíamos construir nossa pesquisa sem considerar os elementos fundamentais para o surgimento desse modelo de estocagem de sementes nas últimas décadas.

Portanto, daremos continuidade ao nosso percurso teórico, considerando outros autores e suas contribuições a respeito dos temas aqui abordados, que permitem a observação do processo pelo qual as categorias, noções ou formas de consciência surgem umas das outras para formar totalidades cada vez mais inclusivas, até que se complete o sistema de categorias, noções ou formas como um todo. (SPOSITO, 2004)

Diante dessas posições, partindo da idéia marxista de *superação dialética*, onde toda grande mudança exige uma negação da realidade preservando parte de sua história e, em seguida, elevando-se a um nível superior, elaboramos outra questão: podemos entender o BSC como uma forma de negação à dominação capitalista, que traz consigo elementos do capitalismo, porém, não está totalmente inserida no modo de produção capitalista?

Se a resposta for positiva, os bancos de sementes se apresentam como formas de resistência ao sistema dominante e, para entendê-los, recorremos à importância de se interpretar a realidade através de “uma visão mais ampla de múltiplas conexões” (OLIVEIRA, 2007, p. 34). De fato, dentro de uma discussão materialista histórica e dialética, seria difícil estabelecer qualquer diálogo a respeito da criação e permanência de um BSC sem considerar as interrelações

[10] Karl Marx (*apud* PRADO JR) ressalta que o conhecimento consiste numa “representação mental do concreto” a partir da percepção e intuição do real, também definido como o “real concreto”, não sendo resultado de uma elaboração prévia e sim como “apreensão de algo exterior ao intelecto ou pensamento, e preexistente a ele e as suas operações. E que apreendido e incorporado ao pensamento, se faz conhecimento”. Neste sentido, o conhecimento não poderia ser elaborado no campo do pensamento - como bem discutia a metafísica – mas já estaria nas relações presentes na realidade, “nela preexistindo e a ela pertencendo” (p. 09 – 12).

com a categoria geográfica de território ou com conceitos como o de campesinato, o de capitalismo, o de agricultura familiar, o de agroecologia, as políticas públicas voltadas para a agricultura, entre outros.

A pesquisa em questão aborda os bancos de sementes comunitários (BSC), dentro de uma perspectiva geográfica, enquanto um dos elementos constitutivos do processo de construção de *territórios de esperança*. O conceito de territórios de esperança vem sendo desenvolvido por Moreira (2006), ao qual relaciona a construção de novos territórios à luta e resistência camponesa pela permanência ou conquista de sua terra, com base na utopia e na esperança, edificados a partir das organizações de luta e resistência camponesa à territorialização do capital, contando com a mediação de ONGs, movimentos sociais, da Igreja e de entidades de classe[11].

A organização dos BSC tem como um dos seus resultados a realização das Festas Estaduais das Sementes da Paixão (FESP). A primeira FESP teve lugar na cidade de Soledade, na Paraíba, no ano de 2004 e reuniu agricultores de todas as microrregiões da Paraíba[12]. A partir de então, anualmente, entidades articuladas com a Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB) e os camponeses da Paraíba se reúnem, normalmente, no mês de junho para compartilhar os seus conhecimentos e experiências locais, para participar de discussões que estão presentes no dia-a-dia destes sujeitos sociais, como por exemplo: o papel e a participação do Estado no que tange às políticas públicas voltadas para a agricultura agroecológica, os impactos causados pelo sistema capitalista na produção e dominação dos ciclos de produção de alimentos, dentre outros[13].

A partir das pesquisas feitas, observamos que uma síntese sobre a FESP na Paraíba precisava ser realizada neste trabalho, pois entendemo-las como um ponto alto das discussões e experiências locais dos camponeses no estado. O BSC de Três Irmãos, por se tratar, de um dos primeiros focos de estocagem

---

[11] Este conceito será abordado no 1º capítulo junto às demais interpretações de território.

[12] De acordo com os dados do IBGE (2002) o estado da Paraíba possui 223 municípios, distribuídos em 23 microrregiões.

[13] Retomaremos essa discussão no decorrer do texto, nos aprofundando mais a respeito das Festas das Sementes da Paixão (FESP) no quarto capítulo deste trabalho.

comunitária de sementes da Paraíba, serviu e ainda serve como base para a criação de novos bancos de sementes nos assentamentos estaduais.

A escolha do assentamento Três Irmãos, como *lócus* da pesquisa, deve-se tanto ao fato deste se apresentar como um território de esperança, construído a partir da luta por terra e água à margens do Açude de Pilões, como pelo fato de nele ter surgido o primeiro BSC do Alto Sertão da Paraíba.

Diante do que foi colocado, nosso estudo segue uma abordagem metodológica do tipo quanti-qualitativa[14] e, para o enriquecimento e produção desta pesquisa, recorremos aos seguintes procedimentos e técnicas:

a) *pesquisa bibliográfica e documental:* um levantamento bibliográfico foi efetuado junto a bibliotecas e à internet a respeito dos conceitos centrais utilizados no decorrer da pesquisa, bem como sobre temas de suporte à mesma. Algumas obras que relataram o conflito, como o trabalho de dissertação intitulado: "Da sombra do Juazeiro à luz elétrica ou de como iluminaram-se as consciências – a construção da cidadania", de Adelaide Pereira da Silva; os livros: "Por um pedaço de Chão", de autoria de Emília Moreira e "Os Industriais da Seca" de Antonio Calado[15], assim como, algumas reportagens impressas na época, pelos jornais "O Norte (1991), "Correio da Paraíba" (1991) e "Folha de São Paulo" (1991)[16] a fim de recuperar o processo que deu origem ao PA Três Irmãos foram de importância fundamental para o resgate da história dos conflitos que originaram o Assentamento estudado. A pesquisa documental foi realizada a partir dos registros feitos pela CPT/Sertão e dos documentos existentes na Associação Comunitária Santo Antônio, localizada no Assentamento Três Irmãos, sobre os conflitos e luta por terra, às margens do açude de Pilões, o processo de formação do assentamento e a construção do BSC daquela comunidade. A respeito dos BSC recorremos também aos registros feitos pela ASA-PB, pela AS-

[14] De acordo com Oliveira (2007), a abordagem quantitativa "significa quantificar dados obtidos por meio de informações coletadas através de questionários, entrevistas, observações" (p. 61). Já a abordagem qualitativa "pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas" (p. 59).

[15] Silva (2007), Moreira (1997) e Calado (1960), respectivamente.

[16] Esses registros impressos serão apresentados durante os capítulos e disponibilizados na íntegra nos Anexos.

PTA e outras instituições e entidades que desempenham seus trabalhos em áreas de assentamentos rurais na Paraíba;

b) *o levantamento de dados secundários:* efetuado junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Os dados levantados permitiram caracterizar a dinâmica do espaço agrário nos municípios onde se localiza o assentamento objeto de investigação;

c) *a cartografia:* na confecção de mapas temáticos representativos da distribuição espacial dos BSC no estado da Paraíba, com destaque para a região objeto de estudo; do número de famílias envolvidas nos BSC; dos tipos de sementes produzidas; da localização do Projeto de Assentamento (PA) investigado; da localização da região e dos municípios no contexto do estado;

d) *a documentação fotográfica e em vídeo:* efetuamos uma cobertura fotográfica e uma filmagem do BSC estudado, de alguns momentos de encontro entre os camponeses na CPT/Sertão e das Festas Estaduais da Semente da Paixão;

e) *a pesquisa de campo* que consistiu:

e1) *na realização de entrevistas* com os agricultores da comunidade escolhida como objeto de investigação direta, com os gestores do BSC, com representantes da CPT- Sertão, envolvidos com os BSC; com representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Aparecida/PB, de ONGs, assim como, com os organizadores das Festas Estaduais das Sementes da Paixão. As entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas[17] e os questionários (que serviram de roteiro para as entrevistas) foram semiestruturados com questões subjetivas e objetivas.

[17] As entrevistas transcritas tiveram algumas correções gramaticais para que melhor se adequassem ao viés cientifico do trabalho, sem que, com isso, houvesse alguma alteração no sentido e nas ideias das palavras ditas pelos entrevistados.

Seguindo o roteiro pré-estabelecido, fizemos 11 visitas ao Assentamento Três Irmãos, que aconteceram durante as reuniões da Associação Comunitária e do Banco de Sementes[18]; os dias de empréstimos de sementes; encontros e intercâmbios com os agentes da CPT/Sertão, como descritos no quadro 01.

Quadro 01 - Calendário de visitas ao Assentamento Três Irmãos para coleta de dados

	Datas	***Número de visitas***
Reuniões da Associação Comunitária/BSC	13/07/2008 14/12/2008 12/07/2009 13/09/2009	Quatro
Empréstimos de sementes no BSC	05/01/2009 13/01/2010	Duas
Reunião com os agentes da CPT/Sertão no Assentamento Três Irmãos, sobre a V FESP.	15/072009	Uma
Entrevistas e aplicação de questionários	19/08/2009 31/07/2010 01/08/2010 02/08/2010	Quatro

No início da pesquisa, optamos por observar e acompanhar as discussões nas reuniões e, também, nos momentos de rodas de conversas, onde, pudemos ganhar a confiança dos mesmos, que, com o tempo já se sentiam familiarizados e sempre dispostos a contribuir com o avanço deste trabalho. À medida que nos aprofundávamos na história do BSC, adentrávamos na história de cada uma das famílias que se uniram durante os conflitos que deram origem ao assentamento. E assim, a pesquisa deixava de ser apenas do pesquisador para se tornar, também, de algum modo, de todos que contribuíram com o seu andamento.

Ao passo que conhecíamos a importância do BSC para a comunidade pesquisada, percebíamos que para compreender a relação de respeito e proximidade entre os camponeses e as sementes, era necessário buscar mais informações fora do assentamento. Daí, a necessidade de recorrermos às

[18] O assentado que é sócio da Associação Comunitária de Três Irmãos, automaticamente tem acesso aos empréstimos e devoluções de sementes no BSC. As reuniões ocorrem a cada segundo domingo de cada mês na sede da Associação, no próprio Assentamento.

entrevistas com os agentes da CPT/Sertão, da ASA, da AS-PTA e de outros camponeses de outras regiões que se encontravam nos encontros e Festas Estaduais das Sementes da Paixão (FESP).

Nesse processo, com o apoio dos agentes da CPT/Sertão e da CAAASP pudemos acompanhar os Encontros de Formação Política, as reuniões que antecederam a V FESP, assim como participar, como pesquisadores/ participantes, junto à comissão organizadora do evento. Neste encontro entre camponeses de diversas regiões da Paraíba e do Brasil, percebemos a amplitude a qual está envolvida as discussões a respeito dos BSC.

Durante a construção deste trabalho, deparamo-nos com muitas alegrias, dificuldades, avanços e retrocessos, entretanto, nosso maior desafio estava reservado para os últimos dias de visita ao Assentamento Três Irmãos. Vale à pena ressaltar, aqui, um fato que marcou nosso trabalho de pesquisa de campo: a primeira entrevista por nós realizada durante a última visita que fizemos ao Assentamento Três Irmãos.

No dia 31 de julho de 2010, fomos entrevistar os assentados em suas residências. A primeira entrevista foi a de Francisco Pinto (Chico Pinto, também conhecido como Chico Salú), camponês que teve um importante papel na criação do PA Três Irmãos e que participou dos dois conflitos por terra e água às margens da Barragem de Pilões/PB, mas, seu principal feito na comunidade, foi o de ser o idealizador de um banco de sementes voltado para atender às necessidades (alimentação e plantio) de toda a comunidade, durante todo o ano. Foram horas de conversa, que contribuíram para um conhecimento mais aprofundado da realidade por nós estudada. Em meio às respostas, ele nos contou sobre a sua ligação com o BSC e como este já fazia parte de sua vida, inclusive, deixou explicito a sua preocupação com o banco de sementes, caso, ele chegasse a falecer, pois, fora os camponeses mais velhos, não existiam jovens interessados nos cuidados com o BSC.

A nossa relação com Chico Salú (assim como com outros camponeses daquela comunidade) foi fortalecida durante a pesquisa, tanto que, já não nos considerávamos apenas como entrevistador e entrevistado, mas sim, como

velhos conhecidos. Após a entrevista, Chico Salú nos convidou a almoçar com ele e com sua família no dia seguinte (01 de agosto de 2010).

Infelizmente, naquele domingo, ainda quando tomávamos o café da manhã na casa de Vicente da Viúva[19] (onde estávamos hospedados), para a nossa tristeza, fomos surpreendidos com a notícia do falecimento de Chico Salú, que havia acontecido na noite anterior e que, por desencontro de informações, só tomamos conhecimento de sua morte na manhã seguinte.

Chico Salú já era acostumado com entrevistas, inclusive, contou-nos várias vezes que já havia aparecido no "Jornal Nacional"[20]; mas, por trás daquele camponês forte, existia um homem que há muitos anos convivia com alguns problemas de saúde, como hipertensão e complicações cardíacas. O seu falecimento trouxe um grande desgosto para nós e para seus amigos camponeses, os quais o tinham com muito respeito.

A entrevista por nós realizada foi o último testemunho dado pela extraordinária figura humana de um camponês engajado na luta pela terra e pela sobrevivência na terra no Alto Sertão da Paraíba.

e2) no *acompanhamento e na documentação das reuniões do BSC da comunidade estudada e dos encontros da Rede Sementes da CPT/Sertão*: observações às discussões feitas durante as reuniões e encontros, leitura das atas e relatórios escritos após as assembleias.

Com base no exposto, estruturamos o nosso trabalho em quatro capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais.

No primeiro capítulo, dedicamo-nos à construção do nosso referencial teórico a partir do resgate da discussão sobre território e sobre as mudanças ocorridas na agricultura brasileira através da política de desenvolvimento rural adotada, pautada na revolução verde e seus impactos sobre a agricultura

---

[19] Vicente do Nascimento Sobrinho (Vicente da Viúva) era o presidente da Associação Comunitária de Três Irmãos no período de pesquisa e coleta de dados para o nosso trabalho.

[20] A matéria sobre o dia de São José, gravada no Assentamento Três Irmãos pelos repórteres do Jornal Nacional (Rede Globo) está disponível em: http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM805228-7823-AGRICULTORES+NORDESTINOS+CELEBRAM+DIA+DE+SAO+JOSE,00.html, exibida em: 19 de março de 2008. Acesso em: 23 de outubro de 2008.

camponesa. Em seguida, discutimos a forma de reação à territorialização do capital no campo, através da agroecologia, e as alternativas aí inseridas para assegurar a segurança alimentar.

No segundo capítulo, discutimos o processo de formação territorial do Sertão paraibano, o lugar da agricultura camponesa nesse processo e a luta pela terra na região dando ênfase, neste caso, à área compreendida pelo Alto Sertão.

Abordamos, no terceiro capítulo, a luta pela terra como uma etapa do processo de construção de um território de esperança a partir da recuperação da história do assentamento Três Irmãos.

No quarto capítulo, apresentamos a história do Banco de Sementes Comunitário do Assentamento Três Irmãos, descrevemos, ainda, sua dinâmica atual, seus sucessos e suas dificuldades como um exemplo de experiência inovadora do campesinato do Alto Sertão paraibano. Ressaltamos, também, a importância das Festas Estaduais da Semente da Paixão para os camponeses da Paraíba.

CAPÍTULO I

QUEBRANDO A DORMÊNCIA:
DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

CAPÍTULO I

1 QUEBRANDO A DORMÊNCIA: DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

Fazer uma pesquisa sobre o Banco de Sementes Comunitário do Assentamento Três Irmãos, partindo do entendimento de que ele constitui um elemento fundamental na luta pela consolidação de um território de esperança, nos remete à discussão a respeito dos conceitos de espaço e território.

Partimos da concepção de espaço desenvolvida por Milton Santos, como algo socialmente produzido, isto é, "como aquele criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada" (SANTOS, 1980, p.163), ou ainda, como "o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais" (SANTOS, 1996, p.71).

Assim sendo,

> o espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 2006, p. 2).

Se o espaço é produzido socialmente, como entender o território, enquanto uma porção do espaço?

1.1 Conhecendo o chão que se pisa e se planta: uma discussão conceitual sobre Território

Buscamos neste trabalho recuperar a discussão sobre território a partir de alguns autores previamente selecionados no intuito de delinear, no meio da

polissemia existente, aspectos que possam contribuir com a realidade estudada. Nessa direção, iniciamos concordando com Fernandes (2008) quando ele apresenta a sua concepção de território como um conceito repleto de significados e interpretações mediadas pelas intencionalidades de cada sujeito.

> De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora ou que usa o conceito (FERNANDES, 2008, p. 278).

Partimos da percepção de Friedrich Ratzel (1990), que compreende o território[21] como resultado de um elo, uma unificação entre o homem e o solo, de modo que "a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que pertence" (p.73). Assim, entendemos que para Ratzel o sentimento ou a condição de pertencimento da terra ao homem (ou do homem à terra) é um elemento importante na construção de um território.

De acordo com este autor, a partir da constituição de um território, o ser humano, usufruindo das condições de uso da terra, desenvolveu formas de fixação no solo, construindo habitações e plantando o alimento necessário à subsistência familiar. Ele credita, ainda, à alimentação o caráter intensificador das relações do homem com sua terra e ressalta que:

> A *alimentação* representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a esta quanto àquele precedem a todas as outras. Quer o homem se proveja através da caça ou da pesca, ou através da coleta de frutas, a escolha do local de moradia e a amplitude do território do qual são trazidos os alimentos sempre estiveram subordinadas às exigências de alimentação (RATZEL, 1990, p.75).

[21] As concepções de Ratzel sobre *território* baseiam-se nos conceitos das ciências naturais que o entende como área de proteção de animais, dos quais garantem sua permanência através da proteção instintiva e de controle de sua reprodução. Há uma naturalização do povo e o território, este segundo, entendido como palco para efetivação da vida humana (RATZEL apud SAQUET, 2007; p. 30).

A produção de alimentos em um determinado território fortalece as relações familiares, a segurança a respeito das necessidades de alimentação, assim como, seu desenvolvimento. Ratzel (1990) define a produção de alimentos como uma "necessidade primeira e mais premente da existência humana*"* (p. 75) e suas técnicas de produção, aprimoradas e transmitidas no decorrer do tempo, são consideradas como uma das providências mais importantes pensada pelo ser humano.

Para ele, o solo é a base mais real da atividade política do homem. O Estado surge da necessidade de se preservar as relações de moradia e alimentação que prendem o ser humano a uma determinada fração do espaço, portanto, ao território. Ao Estado cabe como principal ação, a gerência e a organização interna do território, assim como, garantir a proteção em casos de ataques externos. De acordo com Ratzel:

> O solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido, imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que este ignora sua presença para adverti-lo severamente de que *a* ***raiz da vida está unicamente no solo***. É ele [o solo] que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo o seu destino. Cada povo é obrigado a permanecer no solo que lhe foi destinado, a viver e acomodar-se nele (1990, p.81) (grifo nosso)

Entendemos aqui que apesar do solo se apresentar como um meio determinante para o desenvolvimento do Estado, ele é apenas uma base concreta, onde são mediadas as ações e atividades da sociedade a partir das transformações de suas potencialidades em algo efetivo.

De acordo com Ratzel (1990), o povo atribui ao território características próprias que valorizam a sua relação com o solo e destaca a sua atuação através do "seu espírito", cultura e, sobretudo, com seu "sentimento territorial" obtido na sua ligação permanente com o solo, sua região ou país.

Raffestin (1993) ressalta a importância de não se confundir território com espaço. Para ele, o *espaço* é anterior ao *território* e este, por sua vez, forma-se a partir do espaço. Sendo assim, o território é:

> o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [ator que realiza um programa] em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente [por exemplo, pela representação], o ator "territorializa" o espaço [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (p.143-144).

O espaço, nessa concepção, é *algo dado,* (pré) existente e tem em sua composição a existência de muitos territórios específicos, com características próprias, ressaltadas pelas relações de poder da sociedade sobre o solo. São as características concretas e abstratas que, de acordo com Raffestin (1993), fazem de uma fração do espaço, um território. Além disso, as práticas sociais (ações e/ou comportamentos) e o conhecimento (intenções, desejos, anseios), sob a forma de projetos, são responsáveis pela objetivação do espaço. Por exemplo, ao se estabelecer uma comunicação entre intenções e realidade material, o "espaço" deixa de existir, predominando o espaço construído pelo, tornando-se então, um território. Dessa forma, predomina a construção de um território baseado na vivência dos atores no espaço, e

> O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (p.147).

Essas relações sociais (concretas ou abstratas), através de sua representação no espaço, são responsáveis pelas características especificas de cada ator (ou atores) no seu território. Assim, estes atores são responsáveis pela expansão, conquista, ou perda de seu território, o que faz dele único para si. A partir dessas relações de poder, o mesmo pode exercer conexão com outros territórios por meio de disputas ou alianças.

Para Raffestin (1993) o pertencimento do ator ao território, torna o espaço um lugar ou um campo de possibilidades para este, onde assim podem construir, articular ou impedir a ligação com outros pontos. A sociedade torna-se

responsável por organizar o espaço, utilizando-se dos elementos que o compõem, modelando seu território através da energia, informação, códigos, estratégias, objetivos e comunicação, de forma relacional e multidimensional, de acordo com as relações sociais cotidianas.

É necessário ressaltar que Raffestin (1993) também discute a idéia de *continuidade histórica*, em que os fatos de uma certa atualidade preservam elementos de acontecimentos passados, ao afirmar que "toda axiomática é histórica, e para atingir o seu significado é preciso construir ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede" (p.149).

Partindo da interpretação de território como uma fração do espaço, apropriada concreta ou abstratamente, onde existem relações de poder e onde um sujeito projeta um trabalho ou energia, Raffestin (1993) discute o conceito de *territorialidade* como *espaço vivido,* que:

> adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também (RAFESTIN, 1993, p. 159).

A territorialidade pode ser identificada através de um sistema que segue três ordens: sociedade – espaço – tempo, movido por relações de troca e/ou comunicação e consumo das coisas, considerando os elementos que o construíram, os lugares no qual se desenvolveu e os ritmos a este implicado. Para Raffestin, a ação humana no meio natural não é responsável pela existência do *espaço*, contudo, o autor afirma que essa junção do natural+social é o elemento principal na constituição de um *território*.

Milton Santos (1996), discorda dessa teoria de espaço de Raffestin, pois compreende que o espaço é resultado do meio natural mais a ação do homem neste, transformando-o de acordo com suas intencionalidades.

Dematteis e Governa (2005 *apud* SAQUET 2007) definem o território como um palco de diversidades e de reciprocidades sociais e suas relações com a natureza. Para eles, a identidade do sujeito em seu território vai além do sentido de pertencimento a um lugar, pois *"*deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimento, 'construtores' do território e de novas lógicas identitárias aos lugares" (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005 *apud* SAQUET 2007, p. 118-119). Saquet (2007) acrescenta os fatores físicos e histórico-culturais, importantes no desenvolvimento local para chegar ao consenso de que o território é condição de processos de desenvolvimento, econômico, histórico-cultural, político e natural.

De acordo com Saquet (2007),

> O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com indivíduos de outros lugares, efetivando *tramas transescalares* em diferentes níveis territoriais. O território é uma construção *coletiva* e multidimensional com múltiplas territorialidades. (p.118).

Até aqui, vimos que o território é um produto histórico onde há interações entre sociedade-natureza e onde predominam as relações de poder. Alberto Magnaghi (2000 *apud* SAQUET 2007) acrescenta que, na construção de um território, uma *sociedade local* possui a capacidade de se articular e autogerir, valorizando suas relações não só com o meio natural, mas também social, como a ajuda mútua, a autonomia, o trabalho manual e familiar, os saberes populares, o patrimônio cultural-identitário, entre outros (MAGNAGHI, 2000 *apud* SAQUET 2007, p.117).

De acordo com Rogério Haesbaert (2006), as abordagens conceituais do território podem ser agrupadas em três vertentes básicas: a jurídico-político, a cultural e a econômica. Na concepção *política* ou *jurídico-política*, o território "é um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder*"*, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado. A acepção *cultural* ou *simbólico-cultural* está relacionada ao subjetivismo e ao simbolismo, dando ênfase à apropriação/valorização por um grupo ao seu espaço vivido. Na abordagem *econômica,* o território é tido como "fonte de recursos e/ou

incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho" (HAESBERT, 2006, p.40).

Em complemento às discussões existentes, Marcos Aurélio Saquet (2000 e 2007) atribui ao território uma abordagem (i)material e acrescenta que só há territorialização, se houver interconexão na relação, no movimento, na unidade e na diversidade entre os indivíduos. Portanto, é através do vivenciar no território, marcado pelo movimento de apropriação e reprodução das relações sociais, que se atribui um caráter de territorialidade (SAQUET, 2007). Portanto,

> A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc. resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla e por isso os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (Ibid., 2007, p. 129).

As formas de apropriação e reprodução de um território podem acontecer sem que, para isso, exista a presença física de um dominador. É o caso da reprodução do capital (ou a territorialização capitalista), caracterizada pela dominação, monopólio das terras como reserva de valores pelas empresas capitalistas ou por uma minoria detentora de um grande poder econômico e político. Sua circulação, de forma articulada, em um movimento (i) material produz ou insere novas forças mercantis ao processo de reprodução ampliada do capital. Segundo Saquet (2007):

> Existem, cada vez mais, múltiplas formas de apropriação e dominação na dinâmica territorial. É possível dominar sem estar presente. A apropriação e a dominação são cada vez mais heterogêneas e complexas [...] A reprodução do capital acontece na circulação, no movimento, mas não de forma desarticulada, desligada do território ou dos territórios, na qual a geopolítica e a cultura estão presentes na processualidade econômica. É um movimento (i) material. (Ibid., 2007, p.169).

A discussão a respeito do conceito de território até aqui apresentada, procura criar um caminho conceitual que facilite a nossa compreensão para a existência de dois territórios: o território capitalista e o território não capitalista, para assim, adentrarmos nas disputas territoriais que levam aos conflitos por terra, água, alimento e trabalho, por exemplo.

É importante destacar que o poder do Estado tem se fragmentado diante do poder das grandes empresas capitalistas e que sua atuação como responsável pelo bem estar da sociedade tem deixado a desejar. Sabemos que o modelo dominante, também cria barreiras para o desenvolvimento do campesinato, principalmente por ter o domínio das indústrias de alimento e do mercado competitivo e desleal. Mas, como veremos a seguir, o capitalismo para se manter, também necessita de um modelo não capitalista, daí a contraditoriedade do modelo dominante discutida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Para Oliveira (1999) o território:

> deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais [políticas, ideológicas, simbólicas, etc.] em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência [...] são as relações sociais de produção e o processo continuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica especifica ao território (p. 74).

Ao relacionarmos a ideia de modo capitalista contraditório associado a agricultura, observamos que existe uma luta desigual entre a industrialização agrícola e a expansão da agricultura camponesa, ou seja, trata-se de territórios em disputa com intencionalidades diferentes. De um lado têm os que expropriam a terra para a obtenção de lucros, do outro lado, aqueles que necessitam da terra para garantir a sobrevivência familiar. Segundo Fernandes (2008), ao se pensar o território nesta perspectiva,

> [...] deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam território. Esses

> compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas (p. 296)

Fernandes (2008 e 2009) propõe a divisão do conceito de território em três modelos de interpretação, compondo o que ele chama de multiterritorialidade. O conceito de multiterritorialidade,

> une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas [layers], em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional" (Ibid. 2008, p. 280)

De acordo com a classificação feita por Fernandes, o primeiro território corresponde ao do Estado e suas unidades territoriais: países, estados e municípios. O segundo território é formado pelas propriedades privadas capitalistas e pelas propriedades privadas não capitalista, a exemplo dos territórios do campesinato e dos territórios do agronegócio. O terceiro território é formado por diferentes territórios que são controlados por relações de poder e está relacionado às formas de uso dos territórios.

As propriedades não-capitalistas se mantêm resistindo ao processo de absorção e extinção causado pelo capitalismo que visa o acúmulo e o domínio de novos territórios. As disputas territoriais - de um lado, aqueles interessados na aquisição de um maior número de bens através das "tomadas de território"; de outro, aqueles que lutam pela preservação de seus territórios – encontram-se marcadas pelas *conflitualidades*. Com base nas discussões de Haesbaert (2006), Fernandes (2009) faz o seguinte destaque:

> Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos. O desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais [...] Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. Este é o sentido supremo da luta pelos territórios dos povos camponeses e indígenas (p.209).

A construção do conhecimento camponês e o desenvolvimento de técnicas produtivas são adquiridos através da interação e troca de experiências entre camponeses, de forma coletiva, seja em um âmbito familiar ou numa comunidade, dentro do território ao qual pertence. A relação camponês-território se dá pela convivência, pelas materialidades e imaterialidades que fazem de um pedaço de chão[22], de suas casas simples, de suas festas simbólicas, da união entre os membros de uma comunidade, algo que o camponês possa afirmar com toda alegria: "É meu!". Neste caso, o território já não existe sem o camponês, nem o camponês sem o território. Ao ser expulso do seu território, o camponês perde os laços políticos, econômicos, sociais e culturais que o fixou ao solo.

O processo de desterritorialização é sempre doloroso para quem perde os vínculos com sua terra, seu lar. Contudo, reterritorializar-se pode ser mais penoso, pois não é fácil adaptar-se a um novo modo de vida, com novas dinâmicas (Haesbaert, 2006, Fernandes, 2009). E isso se encontra presente em todo o processo de luta e conquista da terra, pois, no caso dos acampamentos e assentamentos rurais, o processo de reterritorialização resulta numa mistura de culturas e identidades vindas de diversos outros territórios, daí a dificuldade de muitos camponeses se "acharem" como pertencentes a esse novo território

Cada núcleo familiar é responsável pela criação e recriação do Assentamento, contribuindo com seus conhecimentos na construção de novas formas de conhecimento e de uma nova identidade dentro da comunidade (MEDEIROS, 2009 *apud* SAQUET 2009). Assim, o território dos assentamentos surge como um *território alternativo* ou *híbrido* (MEDEIROS, 2009 *apud* SAQUET 2009); palco de mediação entre o homem e sua cultura (BONNEMAISON, 2000); o chão mais a população (SANTOS, 2006). As relações de pertencimento ou enraizamento são características necessárias para a proteção de seus territórios, prevalecendo as relações de poder.

Essa nova territorialidade tem suas origens durante a luta pela conquista e posse da terra. Os anseios, a esperança, as idéias e propostas são pensadas e vivenciadas pelos camponeses com antecedência, imaterialmente, passando do sonho à concretude, objetivados na busca pela terra de moradia e produção.

[22] Pequena gleba de terra, voltada para o plantio e que pertença ao agricultor. Na cultura sertaneja, esse termo é envolto por uma ideia de carinho e pertencimento.

Dessa forma, “o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações” (MEDEIROS, 2009 apud SAQUET 2009, p. 219).

Para o camponês, introduzido nesse espaço novo e desconhecido, um grande esforço se faz necessário para que se possa criar uma nova identidade, enquanto assentados da reforma agrária e enquanto assentamento. São as marcas de cada história familiar que irão contribuir para a identificação de uma determinada comunidade.

A territorialização de formas de produção e reprodução camponesa apresenta-se, também, como uma negação a diversas teorias a respeito de um *fim do campesinato*. De acordo com esta idéia fatalista, o camponês estaria reduzido ao desaparecimento ou extinção, pois, de acordo com a sequência de acontecimentos gerados dentro do sistema capitalista, que visa o lucro, a sociedade estaria fadada a dois tipos de classes sociais: burguesia e proletariado (OLIVEIRA, 1999).

Autores como Karl Marx (1996), Karl Kautsky (1986), Vladimir I. Lenin (1980, 1982), Caio Prado Jr (2004), Ricardo Abramovay (1992), Oliveira, 1999, entre outros, compartilham idéias semelhantes quanto ao possível enfraquecimento e desaparecimento do campesinato à medida que se desenvolve o capitalismo. Nesta concepção, os camponeses, ao tentarem se inserir em um mercado competitivo acabariam falindo graças à incapacidade de competição com grupos maiores na produção e venda de alimentos. As dívidas acumuladas, através de empréstimos ou créditos bancários, fariam com que o produtor camponês se desfizesse de sua terra através da venda a preços reduzidos. A única alternativa, então, seria tornar-se proletário, ou seja, um trabalhador assalariado.

A luta por terra, neste sentido, valoriza a idéia e um sentimento de sobrevivência e resistência ao modelo capitalista dominante. Assim, poderíamos levantar a seguinte indagação: como os camponeses poderiam estar seguindo em rumo a sua extinção, quando os mesmos continuam lutando por acesso à terra em diversas partes do Brasil e do mundo, luta esta por uma recamponeização? Uma resposta possível a esse questionamento seria a de que parcela significativa

dos camponeses, “em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses*”* (OLIVEIRA, 1999, p.72).

As contribuições a respeito do *território* aqui abordadas serviram como base para a construção do conceito de *territórios de esperança*, a partir da realidade camponesa em seu cotidiano, os quais, segundo Moreira (2006), representam uma compreensão do campo como espaço de luta e de construções objetivas e simbólicas. Assim,

> O Território de Esperança é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança [...] Território em movimento, vivo, que experiência um processo contínuo de [re]criação, [re]definição. [re]delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA 2006; p.5)

Segundo Moreira (2006), o território de esperança vai além da relação material entre o camponês e o seu pedaço de chão. Este, passa a existir através dos sentidos, sentimentos, desejos, anseios, construção e desconstrução das identidades, na esperança e na busca por melhores condições que garantam aos camponeses a sobrevivência e a permanência dentro do campo ao qual lhes pertencem. Pois, nesta contradição se encontram os valores que levam os camponeses a lutarem pelas terras, na busca constante pela [re]criação de seus territórios de esperança.

Ao se unirem durante os períodos de acampamento, por exemplo, em uma área específica, as famílias camponesas, juntamente com instituições da sociedade civil organizada (CPT, MST, STR, ASA-PB, entre outros), envolvidas no processo de luta pelo acesso a frações do território dominado pelo capital, discutem as possibilidades de uso da terra, no intuito de construir moradias e plantar alimentos, e assim transformar um pedaço de terra em um território de esperança.

A ideia de posse da terra, para os camponeses, é diferente da concebida pela lógica capitalista. Enquanto para o camponês a posse da terra representa a possibilidade de ter onde morar, produzir e garantir a subsistência familiar, de se libertar da subordinação a um grande fazendeiro ou coronel, para os capitalistas a posse da terra tem como meta transformá-la em uma máquina lucrativa a serviço da reprodução do capital.

O grande entrave que desestabiliza a organização dos camponeses na fase de acampamento encontra-se justamente no período de espera ao qual são obrigados a se submeterem (na maioria dos casos morarem) próximos à área pela qual estão lutando. Muitas famílias desistem e buscam outras oportunidades de sobrevivência, no entanto, os que optam por resistir aos impasses e dificuldades, mostram-se esperançosos por adquirirem um pedaço de chão e um dia terem a certeza de que esse território de esperança será deles.

Após um longo período de espera, ao se fixarem como assentados da reforma agrária, os camponeses desterritorializados, buscam, cotidianamente, inserirem-se nesse novo território, que é construído a partir das diferentes ideias e experiências trazidas de lugares diversos.

A partir do exposto acima, podemos compreender o Assentamento Três Irmãos como um território de esperança, consequência do enfrentamento entre camponeses e latifundiários; e da persistência na luta pelo acesso a um pedaço de chão, às margens do açude de Pilões, em Triunfo - PB[23].

Ademais, o Banco de Sementes da Paixão, criado no Assentamento em questão, contribui para a materialização da conquista do camponês na luta diária pela sobrevivência e permanência na sua terra. Por isso, defendemos a ideia de que o BSC fortalece a relação entre os meios social e natural, assim como, da afinidade entre o camponês e o seu território.

Para melhor compreendermos a relação entre o camponês e seus territórios (material, imaterial e de esperança) e como ocorre o processo de luta pela terra de moradia e produção camponesa, discutiremos a seguir, as mudanças que o processo de modernização da agricultura trouxe para o campo,

[23] Discutiremos do processo de luta por terra e água, que marcou a origem do Assentamento Três Irmãos, no terceiro capítulo dessa dissertação.

alterando as tradições, os hábitos, as relações sociais e políticas, e como tal processo contribuiu para a desterritorialização dos camponeses no Brasil.

1.2 Manipular, desenraizar, desapropriar, patentear e destruir culturas - tudo é válido quando se visa ao desenvolvimento?

A expropriação e a (des)territorialização dos camponeses foram intensificados a partir da expansão do capitalismo no mundo. De acordo com Caporal e Costabeber (2002), os teóricos analistas americanos, no período pós-segunda guerra mundial, no intuito de entender como se dava o crescimento econômico capitalista dos países desenvolvidos, tomaram como referência a agricultura tradicional definindo-a como algo limitado, não especializado, que impediria o progresso do país, e que deveria ser superado. A questão era que, as experiências desenvolvidas nos Estados Unidos não se adequavam às diferentes realidades culturais dos outros países.

Segundo Carvalho (2009, p. 01), desde que surgiu até a atualidade, o capitalismo vem passando por inúmeras transformações e mudanças, mas nunca perdeu a essência que o mantêm ativo e dominante: “a maximização do lucro e a apropriação dos recursos naturais e das terras”. O conceito de capitalismo sempre esteve vinculado ao de desenvolvimento. Países como os Estados Unidos, onde o modelo capitalista influenciou e ainda influencia as relações econômicas, serviram como referência para os países subdesenvolvidos.

Caporal e Costabeber (2002) afirmam que o termo *desenvolvimento* surgiu no contexto mundial, a partir da Segunda Grande Guerra. Nesse período, os Estados Unidos da América se destacaram como uma potência mundial em ascensão, como um país modelo a ser seguido. Os países ditos desenvolvidos eram representados pelo modelo padrão da sociedade ocidental, capitalista e industrializada, já os países que não conseguiam atingir o ritmo de “evolução”, progresso e modernização daqueles, foram chamados de subdesenvolvidos.

Enquanto os países desenvolvidos representavam o que havia de mais moderno - ou seja, países com um setor urbano-industrial em ascensão - os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos tornaram-se alvos de críticas,

sendo considerados “atrasados” e em “condições indignas”, pois tinham como base econômica um setor tradicional e agrícola-rural.

Muitas teorias buscam explicar a importância da modernização das técnicas da produção agrícola, da produção e difusão de insumos como fatores essenciais ao desenvolvimento da agropecuária. Destacamos a Teoria da Difusão de Inovações[24] publicada por Everett Rogers na década de 1962, em sua obra intitulada “Diffusion of innovations” e que serviu de referência para os serviços de extensão rural dos Estados Unidos. Também foi utilizada nos países subdesenvolvidos, sendo imposta aos camponeses de “cima para baixo” pelos agentes de desenvolvimento do Estado.

Rogers (1962, *apud* CAPORAL e COSTABEBER 2002) propõe a transformação do camponês em agricultor, como um dos meios de se atingir o desenvolvimento. Para isso, seria necessário ao camponês rever seus conceitos e ações, tendo que se adequar à educação e à informação, a novas atitudes, novos valores e as inter-relações entre indivíduos, criadas por uma elite empresarial. Semelhante à substituição do camponês pelo produtor rural no Brasil. Everett Rogers, assim como muitos pesquisadores elitistas da época, defendeu a idéia de que os camponeses eram:

> fatalistas, sem espírito inovador, pouco imaginativos, contrários à cooperação, localistas e com uma estreita visão do mundo, assim como limitados em suas aspirações, mutuamente desconfiados em suas relações, não predispostos a poupar, e familísticos (IBID, 2002: p. 08).

A teoria da Difusão de Inovações recebeu grande contribuição do pensamento liberal[25] hegemônico que influenciou a teoria das *Etapas do Crescimento Econômico*, de Walt Rostow (1965, *apud* CAPORAL e COSTABEBER, 2002), a qual contribuiu para o estabelecimento de estratégias

[24] Não temos o intuito de nos aprofundar na Teoria da Difusão de Inovações, portanto, para uma maior compreensão sobre esta teoria, indicamos: Caporal e Costabeber, 2002; Rogers, 1962.

[25] Liberalismo pode ser definido como um conjunto de princípios e teorias políticas, que apresenta como ponto principal a defesa da liberdade política e econômica. Neste sentido, os liberais são contrários ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas. O pensamento liberal teve sua origem no século XVII, através dos trabalhos sobre política publicados pelo filósofo inglês John Locke. Já no século XVIII, o liberalismo econômico ganhou força com as idéias defendidas pelo filósofo e economista escocês Adam Smith.

que pretendiam levar as sociedades tradicionais a sair de sua condição de atraso em direção a um modelo de sociedade desenvolvida, voltada para o consumo.

Dessa forma, articulada e vinculada à expansão do capitalismo nos países subdesenvolvidos, construiu-se uma ideologia de desenvolvimento rural baseada na rejeição das culturas, das técnicas e das relações sociais das comunidades tradicionais e na modernização das técnicas de produção como um caminho para o desenvolvimento. É nessa direção que se implanta o processo de modernização mais recente da agricultura brasileira.

1.2.1 Desenvolvimento rural via modernização da agricultura

Vejam essa arrumação
A vida virou mercado
O que se come se compra
O que se planta é comprado
Remédio é na drogaria
Compra-se até alegria
Está tudo envenenado

Chegou junto com a guerra
O veneno prá comida
O governo enganou
Que era a favor da vida
Botou fogo no roçado
Está tudo envenenado
A medida é desmedida

Veio dinheiro do banco
Um pacote já prontinho
Deu dinheiro prá empresa
Foi tudo desse jeitinho
Ninguém sabe de onde veio
Um tal dum veneno feio
Muito forte no frasquinho
Da guerra chegou já pronto
Um potente maquinário
Que acabou o trabalho
Pois máquina não tem salário
Saiu derrubando a mata
Depois com fogo se trata
Verba pro milionário[26] (...)

[26]Trecho do poema "*Semente da Paixão, semente da vida*" de Euzébio Cavalcanti de Albuquerque, assentado e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Remígio (PB); declamado durante a V Festa Estadual da Semente da Paixão, Campina Grande-PB, março de 2010.

Sabe-se que o camponês, através da sua convivência com o meio natural e do acúmulo de conhecimentos adquiridos e repassados por gerações, desenvolveu técnicas de adaptação, buscando amenizar as limitações naturais relacionadas aos fatores edafoclimáticos, como: a diferenciação das estações climáticas, os tipos de solos, as variedades de sementes e de alimentos, entre outros, no intuito de garantir a sua sobrevivência e a de sua família. Para tanto, construiu moradias mais resistentes, domesticou os animais e selecionou sementes. Desde o surgimento da agricultura, são desenvolvidas diferentes técnicas que visam à melhoria dos alimentos e ao aumento da produtividade utilizando sementes naturais adaptadas às regiões onde vivem.

A estocagem de sementes[27] surge da necessidade de guardar o excedente da produção familiar para ser utilizado em momentos em que a sobrevivência da prole encontra-se ameaçada. É nessa relação com a terra de cultivo e a sua produção,

> que os alimentos que excediam das produções podiam ser guardados, estocados e reservados para suprir as necessidades da população em épocas de colheitas ruins. A tradição pela conservação dos alimentos sempre teve importância para a formação da sociedade humana em vários momentos da história. (MARX, 1975, p. 861)

Para muitos povos, as sementes representam algo sagrado, um presente de Deus – uma fonte de energia que garante a sobrevivência alimentar dos seres vivos, sejam eles humanos ou animais - portanto, seu acesso deve ser livre. A diversidade de sementes encontradas nas diversas regiões espalhadas pelo mundo nos permite uma alimentação natural, variada e balanceada.

A produção, seleção e estocagem de sementes é algo natural, um processo desenvolvido por diversos camponeses a partir da necessidade de melhor aproveitar as sementes que mais se destacaram pela adaptação e germinação, não sendo um resultado de ideologias ou princípios.

---

[27] Quando nos referimos às sementes, englobamos não só as de origem vegetal, mas também as de origem animal e a água. É comum entre os camponeses do sertão da Paraíba chamar os filhotes de galinha, vaca, pato, assim como a água das chuvas, de sementinhas.

As sementes representam um elo entre o camponês e o seu território de esperança e por muito tempo essa relação foi preservada. O camponês tinha um contato direto com a sua produção de forma artesanal e autônoma, indo da criação e fabricação das ferramentas à escolha das sementes, tendo o acompanhamento e participação da família em todas as atividades.

Na atualidade, observa-se, de modo geral, um enfraquecimento das relações entre o camponês, as sementes e o seu território. Isto se deve basicamente à modernização das técnicas e dos processos produtivos e à manipulação genética dos alimentos promovidos pela expansão do capital na agricultura. A partir daqui, faremos uma discussão a respeito do projeto de desenvolvimento territorial baseado na modernização agrícola e dos impactos que o modelo capitalista trouxe para a agricultura camponesa no mundo, dando destaque para as mudanças ocorridas no Brasil.

Ao nos centrarmos na agricultura brasileira, em seu veio histórico, percebemos que o processo de modernização agrícola, embora iniciado nos anos de 1950, “com base no processo de substituição de importação dos meios de produção, só irá consolidar-se no país na década de 1960, impulsionado pela política de desenvolvimento econômico, implantada pelo regime militar” (MOREIRA, et al, 2003, p.94).

De acordo com Silva (2003),

> a proposta de desenvolvimento que se modelava no início dos anos 50 tinha forte influência do projeto nacionalista do presidente Vargas, das recomendações feitas pelas duas missões econômicas norte-americanas no Brasil no final dos anos 40 e , acima de tudo, da estratégia de desenvolvimento formulada pela recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas (p. 87).

O golpe militar de 1964 e o estabelecimento de um governo autoritário e totalmente comprometido com um projeto de subordinação do território nacional ao capital foram responsáveis por uma mudança profunda na estrutura econômica e produtiva do país. No caso da agricultura assistiu-se um processo de transformação profundo. Três fatores concorreram para isso: o fortalecimento do Complexo Agro-industrial (CAI), a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural e

a aceleração do processo de urbanização. Com isso, a agricultura subordina-se cada vez mais ao capital industrial e financeiro. Ela passa a depender de créditos bancários, articula-se como compradora e fornecedora da indústria, e ainda encontra um mercado consumidor para seus produtos na cidade, em decorrência da ampliação da urbanização (DELGADO, 1985 *apud* MOREIRA et al, 2003). Ainda de acordo com Delgado,

> O resgate das teses modernizantes de Delfim Netto e de seu grupo iniciou-se no governo Castelo Branco [...] mas manifestou-se como projeto explícito do governo a partir do momento em que Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda em 1967 e começou a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária (2001, p.3).

"Não é mais a dinâmica do mercado interno e externo que regula a agricultura, mas os parâmetros definidos pelo Estado para a rentabilidade dos capitais empregados nos distintos ramos" (SILVA, 1981, p.16). Nesse processo a agricultura foi convertida:

> num setor de peso da acumulação industrial, não apenas como fornecedora de matéria-prima, mas também como consumidora de máquinas e insumos agrícolas que passaram a ser produzidos no país [era a fase de industrialização via bens de capital], ampliando-se o mercado dos bens industriais com o fornecimento ao campo (LEBSA, 2002, p. 8).

É desse modo que se assiste ao avanço do capital no campo brasileiro, consubstanciado através de uma "modernização conservadora"[28] da agricultura. Conservadora porque preservava a estrutura da posse da terra e não afetava as relações de poder preservando as oligarquias rurais.

---

[28] O conceito de modernização conservadora foi amplamente divulgado por Alberto Passos Guimarães e muitos pesquisadores atribuem a este a autoria do conceito. Segundo Guimarães (1977 *apud* Pires 2009): "a estratégia de 'modernização conservadora', assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária" (p.416).

O auge da modernização agrícola no campo brasileiro é alcançado na década de 1970. As relações entre o Estado e as empresas transnacionais - que se fixaram no país – intensificaram-se e um novo pacote tecnológico foi introduzido na agricultura do país. Denominado de "revolução verde"[29], este pacote tecnológico era composto de insumos químicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes químicos), máquinas, equipamentos e sementes modificadas geneticamente em laboratórios (que compõem o grupo dos Organismos Geneticamente Modificados - OGM). Isso forçou o camponês a se adaptar às novas "facilidades" no campo, que tinham como apoio a substituição dos trabalhadores por máquinas de maior precisão e rapidez, o uso de insumos químicos no combate a pragas associadas a sementes modificadas. Tais mudanças afetaram diretamente as tradições camponesas e indígenas, deixando, assim, para trás (e até permitindo cair no esquecimento) as diversas culturas e experiências locais de produção de alimentos naturais, nativos e saudáveis[30] no Brasil. Segundo Silva (2001):

> O Estado brasileiro teve um papel decisivo na criação das condições políticas, institucionais e econômicas para que a modernização se efetivasse de maneira rápida e em grande escala. As exigências de consolidação e reprodução em larga escala do modelo de "industrialização da agricultura" comandaram uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e mecanismos de crédito, dos circuitos de comercialização e da estrutura dos mercados [...]. O Estado definiu um amplo e complexo conjunto de instrumentos de intervenção – leis, regulamentos, programas, instituições – que passaram a favorecer a expansão e a consolidação do modelo no terreno técnico - científico e a regular as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social e técnica da produção agrícola (p. 22).

Segundo Mittal e Rosset (2003) apesar de ser uma novidade para o povo brasileiro, os pacotes tecnológicos da "revolução verde", chegaram ao Brasil tardiamente se comparado com países como os Estados Unidos, que já possuíam

[29] Credita-se à Revolução Verde (1960/1970) a invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção de alimentos em países menos desenvolvidos. Andrioli (2008, p. 103) explica que a "Revolução Verde" se baseava em três estratégias interligadas: 1) a mecanização, através da produção de tratores, colheitadeiras e equipamentos; 2) a aplicação de adubo químico, pesticidas e medicamentos para a criação de animais; 3) o progresso da biologia, através do desenvolvimento de sementes híbridas e novas raças de animais com potencial produtivo superior.

[30] Propomos uma leitura de SILVA, 2003, que trata do assunto de forma mais detalhada.

uma produção de alimentos e de matérias-primas associada ao uso de máquinas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e a reprodução moderna de grãos desde as primeiras décadas do século XX.

Nesse jogo político e econômico da modernização agrícola, inserem-se as grandes empresas transnacionais especializadas em produzir e vender sementes para exportação, que, aliadas ao Estado brasileiro, tornam-se responsáveis pelas alterações nas formas de produzir e consumir os alimentos.

Para continuar o seu trabalho de alienação e desarticulação dos camponeses, grandes empresas investiram em propagandas comerciais que estimulavam o consumo em massa e a mudança de hábitos alimentares. De acordo com Carvalho (2003):

> A tirania estabelecida pelo controle oligopolista das sementes e pela oferta de novos e variados produtos industrializados para o consumo alimentar alterou, de maneira substantiva, a estrutura e a organização da produção, assim como a dieta alimentar dos camponeses e dos povos indígenas. Introduziu elementos novos na concepção de mundo dessas populações, em particular pela negação do tradicional em nome do moderno. Rompeu a multiculturalidade e esterilizou a diversidade de iniciativas (p. 100).

Essas novas idéias eram complementadas pela concepção de que o aumento da produção seria suficiente para atender à necessidade alimentar da população, acabando, assim, com a fome e a desigualdade social. Entretanto, a história nos mostra que nada disso aconteceu. O que se viu no Brasil foi: a) o aumento da produção dos produtos de exportação como o café, a soja e a cana-de-açúcar em detrimento da produção diversificada de alimentos básicos; b) o crescimento da pobreza e da marginalização social; c) o agravamento da diferenciação de classes; d) a inferiorização do campesinato.

Assim, a modernização agrícola possibilitou o aumento da produção de matérias-primas e de alimentos voltados para a industrialização e a exportação, mas não conseguiu acabar com a fome e ainda favoreceu o aumento das desigualdades sociais e a concentração de terras. Como bem o diz Mittal e Rosset (2003):

> O total de alimentos disponível por pessoa na realidade aumentou. O que incrementou a fome foi a falha na resolução do acesso desigual ao alimento e aos recursos de produção alimentar. Em outras palavras, a crescente desigualdade levou ao crescimento da fome. A “revolução verde” contribuiu para o aumento da desigualdade quando os custos associados à compra de sementes e fertilizantes discriminaram os pequenos produtores descapitalizados (p. 175).

Com o apoio do Estado e um amplo trabalho de divulgação dos “benefícios” de se expandir a produção de alimentos através dos pacotes técnicos, muitas corporações conseguiram tomar dos camponeses algo de muito valor: a autonomia e o controle de sua produção.

A subordinação camponesa à lógica da modernização tecnológica da agricultura foi se dando através da incorporação de insumos no processo produtivo (sementes, fertilizantes e defensivos químicos, maquinário, ração industrial, medicamentos) e da adoção de novas práticas de manejo.

As novas tecnologias e os novos processos técnicos monopolizados por grandes corporações invadiram o campo e as cidades através dos meios de comunicação, que divulgaram um “novo modo” de viver, agir e de se alimentar.

Tais ações induziram parcela importante do campesinato a adotar novas formas de produzir e novas tecnologias negando os conhecimentos adquiridos com seus antepassados e repassados a gerações.

Plantar seu próprio alimento já não seria “moderno”, afinal, seria mais prático comprá-lo diretamente nos supermercados, pois já vinha industrializado e embalado, pronto para o consumo. Disseminava-se a idéia de que guardar e preservar as sementes naturais e locais fazia do camponês “um atrasado social”, sendo assim, o moderno seria comprar as sementes diretamente das empresas, pois já vinham melhoradas e, assim, associadas aos seus produtos químicos, teriam um aumento na produção e, consequentemente, nas vendas.

Se por um lado os camponeses e a biodiversidade são afetados pela “revolução verde”, por outro, ela favoreceu a expansão e concentração das empresas transnacionais. De acordo com Mittal e Rosset (2003):

> A engenharia genética dos alimentos e da agricultura se iniciou devido aos mesmos interesses que promoveram a afluência da agricultura baseada em químicos. Algumas das empresas de agrotóxicos líderes das décadas anteriores – Monsanto, Ciba-Geigy, Hoechst e outras – compraram a maioria das empresas de sementes do mundo e, em muitos casos, adquiridas e incorporadas umas às outras, produzindo o que hoje são chamadas eufemisticamente de "companhias de ciências da vida" – Aventis, Novartis, Syngenta, Monsanto, Dupont e outras. Elas usam frequentemente a engenharia genética para transformar sementes em sistemas de transmissão de produtos – como no caso dos grãos que toleram apenas marcas de herbicida com direitos de propriedade ou que contenham seu próprio inseticida (p.176).

Algumas dessas empresas, visando expandir seus negócios, aliaram-se e desenvolveram formas de domínio sobre a produção de alimentos, comprando a maioria das pequenas empresas que produziam sementes. Isso levou a um crescimento na fabricação de sementes manipuladas em laboratórios vinculados às transnacionais. Por serem donas ou financiadoras de projetos científicos, foi dado às empresas, o direito de propriedade sobre essas sementes, ou seja, devido ao patenteamento, os camponeses foram obrigados a pagar pelo uso delas em suas plantações.

Como vimos, o fato de se investir em pesquisas científicas voltadas para a manipulação genética, levou essas empresas a se auto-intitularam "companhias de ciências da vida". Esse auto-engrandecimento das empresas associadas à falsa ideia de desenvolvimento e enriquecimento dos agricultores, gerou uma grande aceitação por parte dos produtores agrícolas, interessados pelo aumento da produção e por mais espaço no mercado competitivo de exportação, contudo, não consideraram os impactos naturais, sociais, culturais e econômicos que essa mudança iria trazer.

A manipulação genética das sementes e suas patentes estão diretamente ligadas ao crescimento capitalista que gera um domínio sobre o camponês e sua produção, que vê seu alimento precioso ser dominado por grandes indústrias e cientistas que "brincam de ser Deus" criando sementes modernas com elevada produtividade. No entanto, essas sementes só germinam se estiverem associadas a insumos agrícolas (herbicidas, adubos químicos, etc.), produzidos por empresas

tais como as que foram mencionadas anteriormente (SCHOLZE, 2002; CARVALHO, 2003; MAE-WAN HO, 2004; PINHEIRO, 2005).

A respeito das modificações genéticas das sementes, podemos citar as duas tão "valorizadas e importantes criações" dessas empresas, as *sementes híbridas* e as *transgênicas*[31].

1.2.1.1 Sementes sem paixão: a desnaturalização da agricultura através da manipulação genética dos alimentos

As sementes híbridas são organismos desenvolvidos em laboratórios a partir de pesquisas apoiadas pelas grandes empresas de alimentos. Só atingem seu vigor produtivo quando associados a herbicidas ou fungicidas, pois possuem um fator de resistência superior as demais ervas daninhas ou fungos e bactérias. Decerto, perdem a sua capacidade genética quando plantada safra após safra, o que enfraquece a sua produtividade, algo como um prazo de validade, que força o produtor a comprar novas sementes híbridas, aumentando a dependência dele para com as grandes empresas.

No campo dos debates a respeito desse tema, existem pesquisadores que defendem a introdução de sementes híbridas na agricultura, justamente pelo seu índice de reprodução e pelo retorno econômico. O fato é que uma minoria dos produtores se beneficia com essa produção e poucos são os que conseguem ingressar, competir e se manter no mercado, que é totalmente voltado para o agronegócio e para a exportação, onde o único retorno é o dinheiro.

Outro exemplo de sementes geneticamente modificadas são os *transgênicos*, que teve início a partir do plantio da soja transgênica nos EUA, em 1996, como consequência do acordo TRIPS – Trade Related Intellectual Property Rights (ANDRIOLI e FUCHS, 2008). Segundo a Revista Globo Rural em matéria intitulada "o avanço dos transgênicos":

> Os transgênicos são organismos produzidos em laboratório por meio da introdução de genes de outras espécies, com o objetivo

[31] Ver: Delpeuch (1990), Carvalho (2003 e 2009); Pinheiro (2005); Andrioli e Fuchs, (2008).

> de atribuir-lhe novas características. No caso dos grãos, esses genes podem ser resistentes a pragas, a condições climáticas adversas, como secas prolongadas, e a herbicidas (Revista Globo Rural, ano 25, número 295, maio de 2010, p. 47)[32]

Diferente das experiências camponesas no trato das sementes, como o plantio e seleção das melhores, sempre à procura de reproduzir o material genético de melhor destaque (vigor, resistência, adaptação, produção e sabor), os cientistas modificam a estrutura genética das sementes de acordo com as necessidades de mercado. Por exemplo, quando surge uma nova ameaça de pragas, logo em seguida criam-se novos venenos que possam combatê-las. No caso dos transgênicos, as sementes ganham características do DNA de algumas dessas pragas, o que leva o animal a não atacar seu alimento, por reconhecer nele semelhanças de sua própria espécie.

> A planta transgênica passa por um processo totalmente artificial, feita em laboratório. No laboratório eles conseguem manipular a planta e fazer um cruzamento que não existe e que nunca vai existir na natureza, que é cruzar uma planta de milho ou algodão com uma bactéria. Quando a gente fala de milho transgênico, tá falando de uma mistura de vírus e bactérias na genética da planta. Essas bactérias ou vírus usadas para criar uma planta nova causam doenças nas plantas [...] Pode até matar a lagarta, mas mata outros insetos também. E o pior, vai parar na espiga de milho, por exemplo. E quando a gente comer vai ingerir tudo isso. (Entrevista com Gabriel Fernandes, assessor da AS-PTA, 2010).

O que se discute atualmente é: quais os impactos que essa modificação pode trazer para a biodiversidade? Quais as consequências que pode trazer para o ser humano?

Sobre a primeira questão, observamos que o uso intensivo dos recursos naturais e o plantio ininterrupto de monoculturas, afetam a biodiversidade quando limitam a sua propagação no ambiente, ou quando esgotam ou poluem os solos e mananciais aquáticos (uso de agroquímicos). Outro ponto importante é que a própria natureza se encarrega de enfrentar essas tecnologias, o que se percebe

[32] Segundo esta publicação, o Brasil está em segundo lugar no ranking dos países produtores de transgênicos, com uma área de cultivo de 21,4 milhões de hectares, perdendo apenas para os Estados Unidos. Porém, ainda não conseguiu a aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

em alguns insetos que desenvolveram resistência aos produtos tóxicos. Em contrapartida os cientistas criam novos insumos mais potentes.

Sobre o segundo questionamento, apesar de não se ter pesquisas divulgadas a respeito dos problemas que as OGM trazem ao serem consumidas por seres humanos, muito se sabe de casos de doenças associadas ao uso de insumos químicos durante a plantação.

É interessante ressaltar que na mesma matéria sobre "o avanço dos transgênicos" publicada pela Revista Globo Rural[33], ao passo que deixa bem claro a importância dos transgênicos quando afirma que optar por essas sementes é bom para "o bolso do produtor", ainda, diz que "outro aspecto preocupante é a falta de estudos que comprovem que o consumo desses alimentos não trará, no longo prazo, riscos à saúde humana e ao meio ambiente" (p.44).

Quanto à reprodução das espécies vegetais, sabemos que muitas plantas transferem seus materiais genéticos através da polinização pelo vento, por animais, seres humanos, entre outros. Tomamos um exemplo: o que fazer quando uma abelha procurando alimento entra em contato com uma planta modificada (OGM) carrega em si o pólen e em seguida recorre a uma planta natural? O que resulta dessa polinização? – Com a polinização os genes macho e fêmea se fundem desenvolvendo um novo material genético diferente das anteriores. Só que para as empresas de alimento ou "impérios alimentares" como define Ploeg (2009, p. 23), essa mistura não tem importância, já que, para eles, as novas sementes que virão já serão transgênicas.

As sementes transgênicas são protegidas por patentes[34], portanto, não podem ser copiadas por empresas concorrentes ou reproduzidas pelos agricultores em seus roçados. Para serem utilizadas pelos camponeses é necessário pagar um valor como licença de plantio, os *royalties*[35], tudo isso

---

[33] Revista Globo Rural, ano 25, número 295, maio de 2010.

[34] De acordo com Ribeiro (2003): "As patentes são poderosos instrumentos adicionais ao controle do mercado através das vendas, preços e outros meios. Para as empresas que as possuem, elas têm a vantagem de poder conservar o monopólio de um produto ou impedir que outros cheguem ao mercado ou inclusive pesquisem sobre ele, ou mesmo de fabricá-lo nunca chegando a produzi-los. De fato, aproximadamente dois terços dos produtos patenteados nunca chegam a ser fabricados, o que prova claramente que a intenção é reforçar os monopólios e não "proteger as descobertas" (p. 61).

[35] s.m. (pal.ingl.) Renda devida a um inventor, autor ou editor pelo uso de suas patentes ou direitos. / Pagamento ao seu detentor pelo uso ou exploração de concessões ou direitos, como

mediante contrato. O não cumprimento da dívida dá o direito a empresa detentora da patente, processar juridicamente o “produtor inadimplente”. Mas o ciclo de dominação não pára. Além das patentes, algumas variações das sementes transgênicas vêm “programadas” com um sistema de não-reprodução, ou seja, as sementes que nascem da primeira safra são por si próprias estéreis, chamadas de “sementes suicidas” ou *terminator* (exterminador, em inglês). Uma outra variação, denominada de TRAITOR, possui uma capacidade de germinação mediante uso de agrotóxicos e fertilizantes desenvolvidos pela mesma empresa que as criou. Por todos os lados, encontramos a influência dominante e concentradora dessas empresas e o camponês, ao se inserir nesse ciclo, torna-se um refém (RIBEIRO, 2003).

A relação desigual entre dominador e dominado, nesse caso, entre as empresas transnacionais (de produção de insumos químicos e manipulação genética de alimentos) e os camponeses, intensifica-se quando vemos os problemas de saúde pública causadas pelo consumo de alimentos produzidos com insumos tóxicos. Doenças como alergias e infecções - relacionadas ao contato direto e indireto com os produtos tóxicos - além de intoxicações pelo consumo alimentar, afetam grande parte da população, que buscam “a cura” através de remédios, muitas vezes, produzidos pela mesma empresa que “criou” a semente e produziu o adubo/veneno, compondo mais um ponto do clico de dominação alimentar. Algumas empresas como a Bayer e a Monsanto podem ser lembradas nessa discussão.

O enfraquecimento na tradição do cultivo de sementes nativas está intimamente ligado aos pacotes de sementes oferecidas pelo governo, fruto da parceria realizada entre este e as multinacionais. Os programas do Governo disponibilizam sementes certificadas, melhoradas em outras regiões e pouco adaptadas às condições locais de solo e clima e ao sistema de manejo. Segundo Almeida (2007),

---

patentes de invenção, jazidas minerais, propriedade literária e artística, marcas comerciais. (Usa-se mais freqüentemente o plural royalties e, em linguagem editorial, prefere-se a expressão direitos autorais.) – Disponível em: http://www.dicionariodoaurelio.com/Royalty.

> essas “sementes do governo”, como são conhecidas entre os agricultores, são distribuídas de forma escassa e fora do período de plantio [época de chuva ou inverno], elas possuem baixo índice de germinação, pouca adaptabilidade e alto custo. Ao se tornarem usuários dessas sementes, os agricultores ficam reféns, escravos e dependentes desses programas governamentais clientelistas criados para monopolizar de forma mascarada as formas de plantio no campo brasileiro. As sementes também são usadas como “troca de favores”, em que, muitos políticos se aproveitam das condições precárias dos camponeses para oferecer sementes em troca de votos (2007; p. 19).

Muitas dessas sementes certificadas, que são ofertadas pelos projetos governamentais, pertencem às mesmas empresas que produzem os defensivos agrícolas e os fertilizantes usados para que elas germinem. As empresas multinacionais acabam por monopolizar o processo de produção e as condições de cultivo dos alimentos dos agricultores (CARVALHO, 2003).

Além da dominação das formas de produção alimentar e dos remédios, houve uma redefinição *do que* e *como* consumir os alimentos, ou seja, a padronização da produção e do consumo. Na concepção de Carvalho (2003):

> O domínio das grandes corporações sobre a produção e a distribuição de sementes determina o que, como e quando a maioria dos produtores rurais poderá produzir. Delimita ou interfere de maneira decisiva sobre quais as matérias-primas que serão ofertadas para as agroindústrias. E, indiretamente, permite que um grupo de grandes corporações privadas escolha quais produtos estarão disponíveis para o abastecimento alimentar no varejo através das redes nacionais e internacionais oligopolizadas de supermercados (p. 98).

Como vimos, o processo de modernização agrícola trouxe consequências negativas para toda a sociedade, do rural ao urbano, pois ao modificar as técnicas de produção alimentar e dominar o uso das sementes, fez com que o alimento disponibilizado no mercado ficasse limitado ao do tipo industrializado e com prazo de validade. Agora o consumidor não tem mais o acesso às informações como: quem e onde foi produzido? Qual a origem? Foram usados insumos químicos na produção?

Na contramão dessas ações, a agroecologia surge como uma ciência em busca de outras oportunidades, tanto ecológicas como sociais, baseadas na conservação e sustentabilidade do meio ambiente. Novas técnicas de produção foram criadas com base no conhecimento e na experiência do camponês, uma forma de reinvenção do campesinato como resistência ao capital no campo.

1.3 A importância da agroecologia para o resgate das tradições camponesas e da biodiversidade

Ao passo que os resultados negativos do desenvolvimento do capitalismo no campo foram sendo motivos de preocupação em todo o mundo (principalmente nos países subdesenvolvidos, graças à “revolução verde”), novas propostas de se pensar um novo modelo de desenvolvimento rural - com base nos princípios de sustentabilidade da produção, respeito ao meio ambiente e segurança alimentar – passam a fazer parte das pautas de discussões nas Universidades, nas entidades sociais, na Igreja Católica, nos movimentos populares, entre outros.

Discutimos anteriormente, algumas formas – como a apropriação dos meios de produção agrícola e a expropriação camponesa - que o modelo capitalista encontrou para dominar e subordinar o camponês de acordo com suas necessidades de mercado, principalmente, a partir da década de 1970. A partir da década de 1980, um novo modelo de desenvolvimento rural que respeitasse e seguisse as dinâmicas dos ecossistemas ganhou impulso graças à inserção do conceito de Agroecologia nos debates acadêmicos e de entidades de classe, mas principalmente pelos movimentos populares. Mas qual a importância da Agroecologia para o desenvolvimento territorial rural do Brasil? Primeiro se faz necessário compreender o que esse conceito, modelo ou ciência significa.

De acordo com Altieri (2004):

> A Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios dos quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e

> avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (p.23)

Dessa forma, o desenvolvimento de um território (país, cidade, Assentamento) partiria do entendimento de que o espaço é composto de diversos territórios, ou seja, é multidimensional, respeitando o conhecimento que vem de "baixo para cima"[36], as experiências locais, os diferentes climas, solos e vegetações. Para o autor, não se pode pensar em um desenvolvimento rural separado da preservação do meio ambiente e da ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas, princípios estes que foram desconsiderados pelo modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, como discutimos anteriormente.

Se antes o camponês fora forçado a se integrar a uma outra realidade produtiva diferente da sua, a partir da compreensão de um desenvolvimento com base nos preceitos da agroecologia, a recuperação do conhecimento tradicional e dos próprios valores camponeses tornam-se fundamentais. Busca-se no resgate do conhecimento camponês, das tradições, das experiências e técnicas locais uma maior aproximação entre o conhecimento técnico e o tradicional. O conhecimento tradicional é fruto de leituras e observações precisas do meio em que vivem. São através das experiências, erros e acertos, que os camponeses descobrem os meios para superar ou conviver com os limites naturais como: os períodos de estiagens, baixa fertilidade do solo e ataque de pragas, por exemplo.

Altieri (2004) destaca cinco alternativas agroecológicas encontradas pelos camponeses na convivência com as exigências ambientais. Tais alternativas são apresentadas no quadro 02. Essas estratégias, comuns aos camponeses, são o que chamamos de uma releitura atualizada de antigas tradições, agora adaptadas às suas necessidades.

---

[36] Aqui utilizamos o termo "de baixo para cima" quando nos referimos aos camponeses diretamente ligados à produção, o que seria contrário ao "de cima para baixo", quando decisões são tomadas e aprovadas pelo governo ou por Instituições de Pesquisa.

Quadro 02 – Alternativas agroecológicas encontradas pelos camponeses na convivência com as exigências ambientais

Diversidade e continuidade espacial e temporal	- Plantio de cultivos mistos (oferta de alimento regular e variada, uma dieta alimentar nutritiva e diversificada; - Extensão do período de colheita;
Otimização do uso do espaço e recursos	- Através da combinação de plantas com diferentes hábitos de crescimento, copadas e estruturas de raízes;
Reciclagem de nutrientes	- Coleta de nutrientes externos (esterco, por exemplo); - Adoção de sistemas de rotação ou pousio; - Consorciamento ou intercalamento de cultivos;
Conservação da água	- Escolha por plantas adaptadas a climas específicos; - Práticas de manejo (por exemplo: o uso de vegetação morta como cobertura para o solo, evitando a evaporação ou escoamento de água;)
Controle de sucessão e proteção de cultivos	- Desenvolvimento de estratégias ao enfrentamento a organismos, como: erva-daninha, insetos e outras pragas; - Práticas culturais: uso de sementes naturais, inseticidas botânicos;

Fonte: Altieri, 2004

Os Bancos de Sementes Comunitários, por exemplo, são experiências que têm na sua gênese a tradição camponesa de guardar sementes em casa, dentro de garrafões de vinho, ou mantidas em vagens, próximas ao forno ou fogão a lenha para não serem atacados por bichos ou apodrecerem. Há também a criação de cisternas de placas inspiradas nos antigos tanques que serviam de reservatório de água para os animais.

A Agroecologia não só valoriza o uso dos recursos naturais de forma sustentada, como também reforça a convivência entre membros de uma mesma família ou desta com a comunidade (nos Assentamentos, por exemplo) visando à união dos moradores na organização e manutenção do território, compartilhando idéias, construindo novos conhecimentos. Desta forma “o objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento” (ALTIERI, 2004; p. 27), responsáveis por encontrar novos caminhos alternativos que ajudem a superar ou amenizar os impactos do modelo de desenvolvimento convencional. Mas, a Agroecologia representa apenas um novo modelo de superação ao capital? Mais uma técnica agronômica?

Caporal e Costabeber (2002 e 2006) discutem a Agroecologia de forma mais profunda, entendendo-a como uma nova ciência, resultado da multidisciplinaridade e com elementos de diversas ciências, como: a sociologia, a ecologia, a biologia, a física, a história, a geografia, entre outras.

Como ciência, a Agroecologia se constrói a partir do apoio dos conhecimentos científicos associados aos saberes tradicionais dos camponeses. Estes são alguns elementos essenciais para a organização de um pensamento social alternativo, capaz de "apoiar e dar sustentação à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis" (CAPORAL e COSTABEBER, 2002; p. 04).

A Agroecologia não é apenas um ato de disciplina ou reeducação das práticas agrícolas camponesas, ficando restrita apenas à produção e ao campesinato. O uso de técnicas alternativas ao modelo convencional se mantém presente dentro da propriedade camponesa, durante a circulação dos bens (venda direta ou por atravessadores) até chegar ao consumidor, é uma forma de conscientização que envolve toda a sociedade.

Para Sevilla Guzmán (2002), a sociedade tem um importante papel dentro da ciência agroecológica. Para ele, a "Agroecologia tem uma natureza social, uma vez que se apóia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais"(p.18).

Espera-se que a sociedade como um todo participe de decisões a respeito de como e quais caminhos que levam ao desenvolvimento territorial rural, seja nas associações comunitárias, nas prefeituras, nos Institutos de Pesquisas ou nos órgãos públicos, com base numa agricultura participativa.

Atualmente, percebemos um avanço do campesinato nestas discussões como parte de políticas públicas voltadas para o apoio à produção alimentar camponesa, reconhecendo o protagonismo dos camponeses, sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar[37] (PRONAF) um exemplo.

---

[37] "O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou

A agricultura de base familiar representa uma das características mais tradicionais do campesinato brasileiro, onde a própria família é responsável por todos os processos que envolvem a produção alimentar. Uma ação que começa com questionamentos, como: o que plantar?, quais ferramentas utilizar?, quais sementes serão utilizadas?, quando colher?, como estocar?, onde vender?

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Art. 3º[38], a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais considera como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais[39]; b) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Diferente da produção industrial e da patronal, a agricultura de base familiar garante ao camponês o direito de autonomia familiar da produção e os alimentos produzidos são direcionados para as suas necessidades básicas como alimentação, moradia, vestimentas, educação, entre outras.

De acordo com Chayanov (1981), o resultado do trabalho familiar aplicado no cultivo da terra, no período de um ano, resulta na obtenção de bens que são revertidos para a própria estrutura interna da unidade de trabalho familiar. Nesse caso, não se aplica o caráter de lucratividade ou de assalariamento, já que o

---

atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários." Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf. Acesso em: 23 de março de 2010.

[38] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 23 de março de 2010.

[39] O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do Pronaf (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais). Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77:qual-e-a-aplicacao-do-modulo-fiscal&catid=52:faqincra&Itemid=83; Acesso em: 23 de março de 2010.

produto do trabalho[40] tem como finalidade a satisfação (consumo familiar) e a penosidade. Sobre este último, o autor ressalta que o camponês só encontra motivos para elevar a sua produção quando percebe que o equilíbrio interno da família está ameaçado (equilíbrio entre braços para trabalhar e bocas para comer). O aumento da produção exige uma intensificação do trabalho familiar no campo (autoexploração), mas no fim tem como prioridade o bem-estar da família.

Nas concepções de Wanderley (2001), a agricultura familiar pode ser entendida como "aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo" (p. 26). Todo processo que vai desde as escolhas, as idéias e as ações, são discutidas e acompanhadas pelos membros da família, numa relação propriedade – trabalho – família. Contudo a autora destaca que:

> É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial ou descritivo: o fato de uma estrutura familiar associar família – produção – trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente [...] esta categoria é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 2001, p. 27).
>
> Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento especifica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar -, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004; p.45)

[40] "A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e – isto é especialmente importante – pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano". (CHAYANOV, 1981; p.138)

Aqui se destaca o coletivismo e a reciprocidade entre os membros de uma família. Nessa relação, a produção que excede é utilizada como mercadoria e o dinheiro obtido ajuda na escolarização dos filhos ou como recurso para apoiá-los quando se casam. A busca por mais terra, em muitos casos, representa a necessidade de se ter mais espaço, no qual possam acomodar as novas famílias de sua prole, mantendo-os próximos da sua. Para Wanderley (2001), cria-se uma

> expectativa de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência (p. 27).

Quanto às diversas compreensões que o conceito de agricultura familiar vem ganhando nos últimos anos, Ploeg (2009) considera algumas características de diferenciação, que devem ser ressaltadas como: as diferentes regiões, origens e características dos camponeses; as diferentes formas de integração camponesa ao Sistema Alimentar Industrial; as dificuldades no acesso a terra; a exclusão das políticas públicas; a luta pelo acesso e permanência na terra. Dentre estas características podemos tomar como exemplo a presença da agricultura de base familiar dentro da grande propriedade, onde o camponês e a sua família desempenha seu papel de produtor numa terra que não lhe pertence, como é o caso do morador e do meeiro.

A autonomia familiar é representada em muitos casos pelo pai que coordena a produção e atua desde os momentos de reflexão sobre quais sementes são adequadas para o plantio, quais ferramentas devem usar, qual o período de colheita, e quando e onde vender o alimento excedente. É comum encontrarmos os membros da família juntos nos períodos de plantio. Ao primeiro sinal de chuva ou de aproximação do inverno os camponeses seguem para o campo. Fé e ação estão presentes no campo, nas orações aos santos que abençoam a colheita e as chuvas, na esperança de se ter bons resultados, na força aplicada na enxada e no uso dos seus conhecimentos sobre como produzir sem causar danos maiores ao meio ambiente.

> Essa liberdade se dá em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher com qual cultura se quer trabalhar, da forma como vão imprimi-las em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle daquilo que foi produzido (o produto final do trabalho da família lhes pertence, não é diretamente apropriado por ninguém), até o ritmo de trabalho que se quer, ou que se precisa atribuir à própria família. (BOMBARDI, 2004, p.200).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006[41], foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% do total dos estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é responsável por garantir uma boa parte da segurança alimentar do país, sendo uma importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Segundo os dados, a agricultura familiar produz 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% da produção de milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

Observamos que apesar da agricultura industrial capitalista ter maiores benefícios do governo - se comparado ao apoio à agricultura familiar - são os alimentos produzidos pelos camponeses que atendem a demanda alimentar dos brasileiros. Afinal, se dependêssemos da agricultura de exportação só comeríamos milho e soja.

---

[41]Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2009

A proposta agroecológica traz consigo outra discussão, a de sustentabilidade ambiental, em que a partir de novas propostas de desenvolvimento econômico sejam respeitados os limites dos recursos naturais e assim, contribuam para a criação de projetos que satisfaçam as necessidades do presente sem comprometer às gerações futuras. O desenvolvimento sustentável[42] sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem.

Dentro desta proposta também há a valorização do direito humano a uma alimentação natural, balanceada e nutricional afirmada na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, nº 11.346, de 15 de setembro de 2006[43] na qual diz que:

> Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.
>
> Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
>
> Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:
>
> I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a

[42] A expressão sustentabilidade apareceu pela primeira vez em 1980, num relatório da International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), World Conservation Strategy, que sugeria esse conceito como uma aproximação estratégica à integração da conservação e do desenvolvimento coerente com os objetivos de manutenção do ecossistema, preservação da diversidade genética e utilização sustentável dos recursos. O conceito de desenvolvimento sustentável foi mais tarde consagrado no relatório "O Nosso Futuro Comum", publicado em 1987 pela World Commission on Environment and Development, uma comissão das Nações Unidas, chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, a Sra. Gro Harlem Brundtland. O Relatório Brundtland (1987), como ficou sendo conhecido o documento, definia desenvolvimento sustentável como: "(...) desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades". Disponível em: http://www.cm-amadora.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=42786; Acesso em: 23 de março de 2010.

[43] Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm

> água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;
>
> II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
>
> III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
>
> IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;
>
> V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e
>
> VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Entender os conceitos, a importância e a necessidade de se criar um outro modelo de desenvolvimento rural que seja contrário ao modelo capitalista dominante é necessário, para que possamos adentrar no tema de nossa pesquisa, que é a experiência do Banco de Semente Comunitário - BSC e o seu valor no território do Assentamento Três Irmãos.

Os BSC se apresentam como uma das alternativas ao modelo dominante, ou seja, como uma experiência camponesa de resistência aos desígnios de um capitalismo excludente, contribuindo para o resgate de antigas tradições de estocagens de sementes naturais – a qual os adeptos do agronegócio teimam em chamar de atrasada e arcaica – buscando no conhecimento tradicional camponês, antigas e novas formas de produção alimentar saudável e sem agressão a natureza. Dessa forma ele compõe um dos itens da agroecologia.

A construção de BSC também é uma oportunidade para novas conquistas e desde que foi implantado no Assentamento Três Irmãos, contribuiu para criação e aprovação de outros projetos desenvolvidos na comunidade. Contudo, o que nos chama mais a atenção nos Bancos de Sementes, seja eles comunitários ou familiares, é o elo existente entre os camponeses com a terra de moradia e produção, o enraizamento com o seu pedaço de chão, ou seja, com o seu território de esperança.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO TERRITORIAL, AGRICULTURA CAMPONESA E LUTA PELA TERRA NO SERTÃO PARAIBANO

CAPÍTULO II

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL, AGRICULTURA CAMPONESA E LUTA PELA TERRA NO SERTÃO PARAIBANO

Os primeiros resquícios de uma produção agrícola no Sertão paraibano surgem no século XVI, como forma de garantir a alimentação dos vaqueiros, que percorriam longos caminhos com o gado em busca de pastagens. Para Andrade (1986), a agricultura, em sua gênese no sertão nordestino brasileiro, aparece dispersa “mediocremente à sombra dos currais” (p.155). Esta afirmação mostra que havia uma associação tímida entre a pecuária e a agricultura no interior da região.

Este capítulo tem como foco o processo de formação territorial do Sertão Paraibano e o papel da agricultura camponesa nesse processo. Ele busca também descortinar os impactos da modernização agrícola sobre os costumes e a tradição camponesas e a luta pelo acesso à terra na região, com destaque para a subunidade territorial do Alto Sertão paraibano, onde se localiza o Assentamento Três Irmãos.

2.1 A pecuária e a agricultura camponesa no processo inicial de formação do território sertanejo

A agricultura camponesa na Paraíba se desenvolve à margem ou no interstício de outras atividades como a cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão.

A atividade canavieira desenvolveu-se no litoral paraibano, em engenhos voltados para a produção e processamento da cana-de-açúcar. Era comum encontrar numa mesma unidade de produção, a associação entre o cultivo de cana-de-açúcar e a criação de gado. Contudo, alguns conflitos envolvendo

criadores e lavradores, devido ao crescimento da procura por “animais de tiro[44]” e ao aumento do consumo de carne, tanto nos engenhos como nos centros urbanos, bem como pelo fato do gado, criado solto, pisotear a cana nova, levaram a uma “separação entre cana e curral”. Os animais foram deslocados para áreas ainda não colonizadas no interior do estado, dando origem a grandes fazendas de gado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Esta separação não aconteceu,

> [...] sem antes haver provocado repetidos conflitos entre criadores e lavradores. Estes, pela necessidade de defender suas plantações, nunca cessaram seus esforços no sentido de empurrar para longe do Litoral os rebanhos em proliferação, até que uma Carta Régia no alvorecer do século XVIII fixou a área de criação a mais de 10 léguas da costa. (GUIMARÃES, 1968 *apud* MOREIRA e TARGINO, 1997: p.67).

A Carta Régia de 1701 estabeleceu a proibição da criação de gado nas extensões do litoral brasileiro, em favor da cultura canavieira, obrigando a uma interiorização da ocupação e o consequente povoamento do sertão nordestino.

O percurso feito pelos vaqueiros e o rebanho era chamado de “caminhos do gado” e acompanhava uma trilha que seguia do litoral ao interior do país em direção ao sertão. Seguia as margens dos rios e, à medida que avançava em meio às terras desconhecidas, intensificava-se o processo de colonização portuguesa no Brasil. (ANDRADE, 1986; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Na Paraíba, Moreira e Targino (1997) destacam que dois sentidos foram tomados pela penetração do gado em direção ao interior: o sentido ***leste-oeste*** seguia o curso do rio Paraíba, fixando currais, criando fazendas de gado e originando núcleos populacionais a exemplo de Pilar, São Miguel de Taipú, Itabaiana e Mogeiro. O segundo sentido teve a direção ***sul-norte***, saindo da Bahia e acompanhando o percurso do Rio São Francisco, chegou a Pernambuco e, em seguida, à Paraíba.

---

[44] Animais destinados ao trabalho agrícola, ao transporte de carroças, ou seja, animais destinados à tração.

Dentre os “entradistas[45]” que seguiam em busca de novas terras, os Garcia d’Ávila e seus descendentes se destacaram pela conquista e expansão de suas propriedades[46]. Essa família tinha a proteção do governador Tomé de Souza e, diante do poder e da liberdade de fazer o que bem entendesse, a respeito do domínio de novas terras, eles

> [...] trataram de conseguir doações de terra, sesmarias, que cada vez mais penetravam o Sertão subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançarem o Rio São Francisco. Nem este grande rio deteve a ambição, a fome de terras dos homens da Casa da Torre que, através dos seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais na margem esquerda pernambucana, portanto, do Rio São Francisco e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e do Piauí. (ANDRADE, 1986: p.147-148).

Observa-se que, desde o período colonial, prevalece a proteção do governo para com os grandes fazendeiros, que tinham o aval de conquistar e acumular o maior número de terras, contribuindo para um histórico de concentração fundiária no Nordeste. A criação do gado, no sertão, favoreceu esta concentração, pois exigia grandes extensões de terras, “uma vez que são necessários dez hectares de terras para alimentar um boi” (ANDRADE, 1986: p. 164).

A ocupação do território sertanejo tem, em sua história, as marcas da violência, da apropriação de terras incultas e da subordinação do trabalho escravo ou livre. A atividade pecuária, na necessidade de mais espaço para o gado[47], forçou a interiorização e a construção de vários currais colaborando para o povoamento daquela região (RIBEIRO, 2006).

No final do século XVII e início do século XVIII, o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, assume um lugar de destaque na história da colonização sertaneja,

---

[45] Eram chamados de “entradistas” aqueles exploradores que adentravam e colonizavam as terras desconhecidas e que também foram responsáveis pelas trilhas e estradas em direção ao oeste do país. As entradas tinham cobertura oficial ao contrário das bandeiras que eram constituídas por exploradores particulares que adentravam o interior na busca de metais preciosos.

[46] A Casa da Torre de Garcia D’Ávila tornou-se um símbolo da concentração fundiária na região. Sobre o seu papel na conquista dos sertões consulte, entre outros, BANDEIRA, Luis Alberto Moniz, 2ª Ed., 2007.

[47] De acordo com Ribeiro (2006), no século XVI, os rebanhos somavam um número de 700 mil cabeças que chegou a dobrar no século seguinte.

sendo o primeiro a estabelecer um elo de comunicação territorial, ligando o litoral ao extremo oeste da Paraíba. Também foi responsável pelos intensos e cruéis confrontos com os indígenas que já habitavam aquelas terras, como as tribos dos Tapuias e dos Cariris (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Além dos grandes proprietários, que se destacavam não só pelas suas terras, *status* e poder, ressalta-se a importância dos camponeses que contribuíram para o desenvolvimento da riqueza desses primeiros fazendeiros e que foram fundamentais para a existência dos grandes latifúndios no sertão nordestino[48] e paraibano. De acordo com a sua função nas fazendas, esses camponeses receberam diferentes denominações: vaqueiros, boiadeiros, posseiros, foreiros, entre outros.

Muitos dos vaqueiros eram homens que, por não conseguirem garantir concessões de terra ou sesmarias e por não terem prestígio, eram submetidos ao trabalho pesado, tendo que enfrentar o calor e a sede nas caatingas guiando o gado, além de lutar e se proteger dos indígenas que defendiam suas terras do ataque do homem branco. (ANDRADE, 1986).

De acordo com Moreira e Targino (1997), algumas características que diferenciavam as relações culturais, sociais e econômicas do sertão em relação ao litoral eram: a instalação de grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica; o baixo nível de capitalização exigido para a edificação de uma fazenda; a organização do trabalho combinando trabalho livre e escravo; o acesso à terra pelos homens livres; as relações com o mercado metropolitano (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Alguns fatores, como as longas distâncias até a zona litorânea e o elevado preço que os alimentos atingiam após o transporte, motivaram os vaqueiros a plantarem nos períodos em que o gado ficava solto, alimentando-se dos pastos em um período conhecido como a “fase da engorda”.

Nesses espaços de tempo entre a espera e o deslocamento, os vaqueiros aproveitavam para construir os currais e algumas cabanas, nas quais se

[48] Durante o texto, trataremos como camponeses aqueles sujeitos que desempenharam suas funções de trabalho dentro e fora das fazendas, e que ao longo do tempo, receberam denominações de acordo com suas atividades, como: vaqueiros, meeiros, rendeiros, moradores, entre outros.

instalavam com suas famílias ou algum agregado. Pequenos roçados eram feitos “perto de casa” e basicamente se restringiam à plantação da mandioca, do milho, do feijão, do algodão e, em alguns casos, da melancia e melão, limitados por cercas ou valas, sempre com o cuidado para o gado não invadir (ANDRADE, 1986).

No sertão, os vaqueiros eram homens de força e de confiança que, ao mesmo tempo em que dependiam de seus patrões e obedeciam as suas ordens, também ficavam responsáveis pelos trabalhos nas fazendas na maioria do tempo em que o fazendeiro não estava. Andrade (1986, p.164) define-o como a “figura central de trabalhador em uma fazenda” já que cuidava do rebanho e administrava a propriedade.

A relação entre os donos das terras e dos rebanhos e os vaqueiros era menos desigual que a existente nos engenhos. Os vaqueiros não eram tratados como escravos, nem eram forçados a trabalhar sob ameaças dos senhores, mas sim como pessoas mais próximas e de confiança dos fazendeiros, numa relação de apadrinhamento e de compadrio (RIBEIRO, 2006).

Se nos engenhos os escravos eram obrigados a trabalhar sob o jugo de pressões psicológicas e físicas, nas fazendas os vaqueiros eram submetidos a atividades sob um domínio, digamos, subliminar, pois existia o poder do fazendeiro sobre o camponês, mas de forma menos agressiva. Esta relação não era menos perversa, pois os camponeses ficavam sob constante dependência do fazendeiro, prevalecendo o respeito e a obediência em troca da proteção dos seus patrões.

A subordinação psicológica e física dos camponeses permitia que o dono e senhor da fazenda exercesse uma autoridade sem questionamentos sobre os bens e sobre as vidas daqueles que lhes prestassem serviço, fortalecendo uma divisão hierárquica de classe e constantes abusos de poder por parte dos fazendeiros (RIBEIRO, 2006). O trabalho dos camponeses nas fazendas e a dependência da ajuda do dono das terras impediam ou restringiam as possibilidades de qualquer forma de luta camponesa contra a elite latifundiária, pois, era através do serviço prestado ao patrão que os camponeses se mantinham e garantiam o seu (momentâneo) pedaço de chão.

A terra, para os grandes proprietários, representava poder, segurança e garantia de lucratividade. No caso dos camponeses, o fato de estar inserido nos latifúndios significava ter o acesso à terra mesmo que precário, a fim de garantir uma sobrevivência mínima para si e para sua família.

O trabalho dos camponeses nas atividades das fazendas era, via de regra, pago através do sistema de *quarteação.* Este consistia no pagamento referente a quatro ou cinco anos de trabalho com um quarto da produção animal da propriedade: potros, bezerros e cabritos escolhidos no dia em que o patrão estivesse na fazenda (ANDRADE, 1986; MOREIRA e TARGINO, 1997; RIBEIRO, 2006). Esse pagamento rendia ao vaqueiro certo número de animais, o que podia possibilitar a sua instalação por conta própria em terras que ele comprava, arrendava ou se apossava (MOREIRA e TARGINO, 1997). Dessa forma, ele ia formando seu próprio rebanho, adquirindo novos bens e assim garantindo as necessidades básicas de sua família.

Com o tempo, a forma de pagamento em animais foi substituída pelo sistema de salários pagos em dinheiro que, no final das contas “computando o rancho e alimentação, pouco saldo asseguravam ao trabalhador” (RIBEIRO, 2006, p. 312).

Com base no exposto, constata-se que a atividade pecuária, responsável pela ocupação inicial do espaço sertanejo paraibano, somou-se a uma agricultura camponesa de autoconsumo praticada por vaqueiros e agregados no interior das fazendas. Desse modo, a agricultura camponesa surge no espaço sertanejo inicialmente no interior da grande propriedade como um elemento complementar e fundamental para a expansão e sobrevivência da atividade pecuária (MOREIRA e TARGINO, 1997).

2.2 O algodão e a agricultura camponesa na formação territorial dos sertões da Paraíba

Além da atividade pecuária e do cultivo de alimentos nos seus roçados para o sustento familiar, os camponeses sertanejos também se dedicaram à cultura do algodão arbóreo, nativo da região, conhecido como algodão mocó

(*Gossypium hirsutum*), “cujo caráter xerófilo lhe permitia sobreviver e produzir, mesmo nas áreas mais secas do sertão, um casulo de fibras longas com ampla aceitação no mercado mundial” (RIBEIRO, 2006, p. 312).

O algodão era plantado tradicionalmente em associação com o milho e o feijão. Essa associação de culturas contribuiu para melhorar a alimentação dos animais, que tinham uma ração composta pelas sementes do algodão e pelas palhas dos roçados.

Na Paraíba, nos fins do século XVIII, alguns fatores importantes foram responsáveis pelo impulso na produção e distribuição do algodão, tais como: o desenvolvimento técnico da indústria têxtil inglesa; o aumento da demanda do mercado internacional; a Guerra de Independência Americana, graças ao afastamento dos Estados Unidos do mercado mundial (ANDRADE, 1986; MOREIRA e TARGINO, 1997). Neste período, a produção do algodão estava entre as principais fontes de riqueza do estado.

Na onda do surto algodoeiro e aproveitando-se do mercado em expansão, surgiram as grandes unidades de beneficiamento da fibra e do caroço do algodão, como as estrangeiras SANBRA e ANDERSON CLEYTON, assim como alguns estabelecimentos locais nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Pombal e Patos (MOREIRA e TARGINO, 1997). Nessa situação, a entrada do capital estrangeiro no estado faz parte do processo de estímulo em investimentos de outros países em terras nacionais graças ao imperialismo que visava à produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para exportação (PRADO JUNIOR, 2004).

Apesar da precariedade dos instrumentos utilizados, a produção algodoeira obteve destaque no mercado das exportações, conquistou territórios e chegou a competir com a produção canavieira da Zona da Mata paraibana.

Apesar das idas e vindas, graças à oscilação por conta do mercado externo, a cultura do algodão ganhou força e estimulou o crescimento do mercado interno a partir do desenvolvimento da indústria têxtil regional no final do século XIX e início do século XX, fortalecendo a sua posição hegemônica no sistema de uso do solo agrícola principalmente nos sertões e no Agreste.

O fato de o algodão ter se expandido pelo sertão não afetou a produção camponesa de alimentos, uma vez que, como já foi mencionado, ele era

produzido em consórcio com a agricultura alimentar. O acesso ao alimento produzido na região e, sobretudo, a produção do algodão, alavancou o crescimento populacional e contribuiu para uma maior densidade da exploração econômica no sertão paraibano.

Com o advento do algodão, outras formas de relação de trabalho foram se estabelecendo nas fazendas, como os sistemas de parceria e de arrendamento, através dos quais o trabalhador pagava uma renda em produto ou dinheiro ao dono da terra em troca de um pedaço de chão para cultivar alimentos e algodão.

O alimento do camponês e de sua família vinha do seu roçado, plantado com a ajuda de seus familiares. Uma parte da produção era destinada à alimentação familiar e a outra parte era vendida para pagar a renda ao patrão, no caso do arrendamento. Já no sistema de parceria era comum o pagamento da *meia*, onde os chamados *meeiros*, em troca da terra para plantar, entregavam ao proprietário a metade da sua produção. Andrade (1986) explica que, no regime de meia:

> Os proprietários fornecem a terra e as sementes, financiando o agricultor durante a formação e o trato do roçado. Após a colheita, recebem como pagamento a metade da produção de algodão e o restolho das culturas, ficando o agricultor com a outra metade do algodão, com os cereais – milho, feijão e fava – e com as “frutas da rama”, isto é, o jerimum, a melancia e o melão. Quando o roçado se localiza em terras de vazante, o proprietário exige também a meação dos cereais e das “frutas de rama” (p. 168).

Mesmo que tenha seu trabalho e esforço absorvidos pelas atividades ditadas pelo patrão, o camponês e sua família se mantêm dentro das grandes fazendas, dando continuidade a sua história, repassando e dividindo seus conhecimentos com os demais camponeses, além de produzir o seu alimento. Em seu roçado, não precisava de muitos trabalhadores. Para trabalhar na pouca terra a que tinha acesso, a família era de grande importância e estava diretamente ligada à produção alimentar. O esforço utilizado pelos membros da prole não era revertido em lucro.

As intenções da família camponesa não eram as de entrar para o mercado competitivo ou se tornar mais uma família de latifundiários nas terras secas do

sertão; apenas usavam a sua energia trabalhando para produzir os alimentos que serviriam como pagamento pelo uso das terras do patrão, para a alimentação básica familiar e para a comercialização visando à aquisição dos bens que a terra não lhes proporcionava como: roupas, calçados, algum móvel ou ferramenta.

Com isso, lembramos dos princípios ou processos de intercâmbios que regem a economia capitalista ditas por Marx (1996) em que, no caso do capital, se resume a D – M – D,' ou seja, inicia com um investimento (D) com a finalidade de produzir mercadorias (M), que ao serem vendidas, deveriam assegurar um retorno monetário superior ao investido anteriormente (D'). Esse processo continua em um ciclo, onde, para o capitalista, o que está em foco é o lucro final obtido em grande parte com o trabalho assalariado, ou seja, é o excedente que Marx chama de mais-valia.

No caso da agricultura camponesa, o princípio é outro, isto é, M – D – M, o que significa, em outras palavras, que a mercadoria (M) produzida pelo camponês é transformada em dinheiro (D) necessário para adquirir novas mercadorias indispensáveis à reprodução familiar (M).

O trabalho camponês na agricultura está relacionado à segurança alimentar e econômica da família e, associado a isso, há também um equilíbrio entre o meio natural e a exploração da terra. Diferente da exploração capitalista que retira da terra o máximo de seus recursos, a exploração camponesa vai até o limite em que a produção garanta a sua subsistência e não a acumulação capitalista (CHAYANOV, 1981). O excedente é estocado em casa, servindo de reserva para períodos de escassez ou em que pesem as necessidades econômicas (CHAYANOV, 1981; CARVALHO, 2005; RIBEIRO, 2006).

O mais importante de tudo isso é a autonomia, mesmo que limitada, que o camponês tinha dentro da sua produção através do seu envolvimento e dos laços que o ligavam a sua terra. Mesmo em sua terrinha (pequena unidade de produção própria) ou na do patrão, o camponês junto de sua família determinava e comandava a sua plantação, colheita, estocagem e venda dos produtos (PAULINO, 2006; CARVALHO, 2005; RIBEIRO, 2006).

O cultivo do algodão veio acrescentar uma renda extra à produção camponesa que tinha naquele produto o retorno monetário que necessitava para

adquirir os bens que não produzia. O proprietário da terra também se beneficiava com o arrendamento e a parceria uma vez que a terra era paga com o equivalente dinheiro da metade da produção do algodão, no primeiro caso, e com a metade da produção do algodão (a meia), no segundo caso. A esta renda fundiária, extraída pelo proprietário dos camponeses, somava-se ainda o fato dos camponeses serem obrigados a vender a outra metade de sua produção ao próprio fazendeiro pelo preço por ele imposto. A exploração dessas relações, portanto assumia duas faces (MOREIRA e TARGINO, 2007).

Essas formas de relações de trabalho estiveram presentes no espaço sertanejo paraibano até a primeira metade do século XX. Mesmo a expansão da pecuária melhorada na região, incentivada pela política de modernização agrícola de caráter capitalista levada a efeito pelos governos militares a partir da segunda metade dos anos de 1960 e concretizada, através dos subsídios da SUDENE[49] a partir de 1970, nem as repetidas secas que atingiram historicamente os sertões paraibanos conseguiram destruí-las.

Na verdade, o fator de impacto mais marcante sobre essas relações sociais estabelecidas historicamente no território sertanejo foi, sem dúvida, a expansão da praga do bicudo (*Anthonomus grandis)* sobre os algodoais a partir de 1985. Esta praga dizimou a cultura do algodão e desmantelou as relações de trabalho tradicionais que haviam sobrevivido desde o período colonial às mudanças que tiveram lugar na atividade agrícola sertaneja. Isto porque a crise do algodão vai tirar do camponês a sua principal fonte de renda monetária deixando aqueles que dependiam de terras de terceiros sem as condições de renovação dos contratos de parceria ou arrendamento uma vez que o produto que lhes garantia essas relações não podia mais ser produzido.

Aos camponeses proprietários de terra ficava a atividade pecuária e de alimentos como únicas fontes de sobrevivência. Aos que detinham o acesso precário à terra restava a migração ou a instalação em arruamentos e vilarejos agrícolas onde ficam as mulheres e crianças enquanto os homens partem em busca de trabalho.

---

[49] Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

De acordo com Moreira e Targino (1997) os índices de migração camponesa no estado da Paraíba deram um salto a partir da década de 1970 com a modernização da agricultura no Estado. Porém, no sertão, foi a crise do algodão que impulsionou de modo mais persistente e forte a migração dos sertanejos do campo para as cidades. A partir de 1985, as relações de trabalho camponesas tradicionais retraíram-se e verificou-se uma intensificação do êxodo rural na região sertaneja[50], para outras cidades do estado e do país (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Esse acontecimento, associado a fatores climáticos como as estiagens prolongadas, e ao avanço de uma atividade pecuária semi-intensiva, possibilitada pelo avanço do processo de modernização do campo a partir dos anos de 1970, contribuiu para o crescimento de diversas cidades do Sertão da Paraíba onde irão surgir, a partir de então, as primeiras periferias em forma de “pontas de rua”.

2.3 Como uma erva daninha, o modelo capitalista sufoca a soberania e as tradições camponesas no Sertão paraibano

Apesar de não se atribuir unicamente à modernização agrícola, o enfraquecimento e a desarticulação das relações de trabalho camponesas, no sertão paraibano, e a intensificação da desterritorialização do campesinato, não se pode negar o seu impacto na organização da produção camponesa. Isto porque a modernização das técnicas de produção abriu caminho para a entrada de novas tecnologias e de uma nova ideologia capitalista de pensar, produzir e consumir os alimentos, facilitados pelas políticas de desenvolvimento rural no país, através de um programa de créditos subsidiados, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (MOREIRA e TARGINO, 1997; RIBEIRO, 2006).

O financiamento da produção agrícola embutia pacotes tecnológicos compostos por insumos e maquinários capazes de articular a agricultura à

[50] Estudos mais recentes realizados por Moreira, Targino e Menezes (2007/2010) sobre as perspectivas migratórias dos jovens rurais paraibanos detectou em vários subespaços regionais do Sertão do estado, fluxos migratórios sazonais importantes em direção ao vale de São Francisco, para a colheita da manga e da uva e para São Paulo, para o corte da cana-de-açúcar e a colheita da laranja.

indústria de bens de produção e à indústria química. Embora voltado principalmente para o grande produtor, o SNCR também alcançou os médios produtores e, de forma mais atenuada, os pequenos agricultores.

Para obter financiamento, muitos camponeses que detinham a autonomia e o controle de sua produção foram obrigados a recorrer ao auxilio de técnicos para a elaboração de projetos que implicavam na adoção das novas tecnologias de produção.

No Brasil, as mudanças tecnológicas da agricultura foram sentidas com mais força no Centro-Sul do país e nas culturas voltadas para a exportação. Mesmo de forma atenuada, como foi mencionado, elas também alcançaram as terras sertanejas.

É preciso observar que antes da chegada da modernização no sertão paraibano, os camponeses já possuíam algumas características próprias desenvolvidas a partir das longas experiências e vivências no semiárido. Por mais que a situação fosse de pobreza e de subordinação aos grandes fazendeiros, os sertanejos se adaptaram e aprenderam a conviver com as limitações edafoclimáticas e alimentares a qual estavam subjugados.

Numa interpretação de quais alimentos eram mais nutritivos, comparando os que eram produzidos na Zona da Mata (área úmida) e os do Sertão (semiárido), Josué de Castro, em sua obra clássica *Geografia da Fome,* destaca que os sertanejos tinham acesso a uma alimentação básica com valores protéicos acima dos que eram consumidos na outra região. Isso se dava graças às chamadas rações alimentares que tinham como base o milho (e seus derivados), o feijão, a carne de boi ou cabra (carne de sol ou seca), o leite (e seus derivados). Nos períodos de chuva (inverno), os alimentos eram encontrados nos matos com mais facilidade, os animais tinham alimento para a engorda, oferecendo mais carne e leite, a água aparecia em maior quantidade e, assim, as mesas dos sertanejos estavam cheias de “fartura”. Mesmo nos períodos de seca era possível garantir a alimentação através de pequenas caças como as rolinhas, as arribações, os preás, os pebas, as codornizes e os animais pequenos criados nos terreiros de casa, como as galinhas, os bodes, os porcos, entre outros.

Para Duarte (2005),

> A vida isolada, distante das “rotas” do mundo moderno, em franca expansão no país, enclausurava o sertanejo numa auto-suficiência nutritiva, mais rica de acordo com a invernada e mais magra de acordo com adversidade climática. Naquela clausura, o torresmo do milho nativo, adaptado às poucas chuvas, a carne seca da vaca magra, que dava seu leite de cada dia, o mantinha vivo. O tejo, o preá, a rolinha, a ave de arribação, o juriti, substituía a carne de boi quando esta faltava (p. 344)

E assim os sertanejos iam sobrevivendo, buscando na natureza o necessário para a sua permanência nas terras do semiárido.

Mas esse meio de adquirir seu alimento através da caça e do trabalho manual foi sendo substituído por novas formas de se alimentar, de como se alimentar e de onde adquirir o alimento. A modernização chegou ao semiárido de forma tímida e não fez grandes mudanças como no Centro-Sul do país, mas causou graves problemas porque incidiu na cultura e na tradição alimentar camponesa que vinham sendo transmitidas de pai para filho durante séculos.

Se antes os sertanejos faziam do milho que plantavam e colhiam nos seus roçados, o cuscuz, a farofa, o cural e o xerém, por exemplo, com a modernização, foi “ensinado” que eles deveriam recorrer aos supermercados, comprando os derivados do milho já embalados industrialmente. Assim, os agricultores começaram a se distanciar das tradições. A procedência, a forma de cultivo, por exemplo, do milho, que passaram a adquirir no supermercado, é-lhes desconhecida. De acordo com Duarte (2005),

> Essa realidade de modificações no cotidiano sertanejo provocou profundas mudanças de costumes e valores de sua gente. O trabalho duro, às vezes irracional, sem voltar-se ao negócio lucrativo, ao acúmulo de riquezas, alterou-se. Desenvolveu-se um tipo que se chama, vulgarmente, de materialista, pois seu apego a ganhos materiais, financeiros, voltados a suprir suas necessidades imediatas ou alcançar minimamente promoção social, supera aos ditames dos dogmas religiosos, antes senhor de suas ações (p. 348).

Com o tempo, os sertanejos foram substituindo o alimento tradicional pelo industrializado. Além do alimento que vinha de outras localidades, alguns objetos de casa como móveis e utensílios – muitas vezes feitos de madeira e couro do gado - foram sendo trocados. Os aparelhos de televisão aos poucos foram fazendo parte dos acessórios das casas e numa combinação diferente, hoje em dia, é comum se ver uma casinha sem muitos reparos, mas onde se destaca uma cinzenta antena parabólica no parapeito (Fig. 03). Assim a modernidade foi absorvendo o tradicional, mexendo com tudo e com todos, alterando a economia, os costumes e os valores dos camponeses da região.

Fig. 03- Vilarejo rural sertanejo onde se visualiza uma casa rústica com antena parabólica. Arquivo: Emília Moreira.

A modernização não só interferiu no acesso ao alimento, como também levou os camponeses a acreditarem que a comida deles não era boa. De qualidade mesmo eram os produtos vendidos no supermercado em grande quantidade. Na mesa dos camponeses, o pão de milho foi trocado pelo feito de trigo, o leite de vaca passou a ser adquirido em pacotes. No mercado, as bodegas davam espaço aos supermercados. Os alimentos eram exibidos nos televisores

em bonitas propagandas que estimulavam o consumismo de uma população que, aos poucos, ia perdendo o controle de sua produção.

Como citamos anteriormente, a modernização estava associada à distribuição de pacotes tecnológicos. Dessa forma, os camponeses da Paraíba, financiados pelo Estado através do SNCR, tiveram o contato com as sementes manipuladas geneticamente, com o uso de máquinas pesadas (tratores, arados mecânicos) e, sobretudo, com os insumos químicos como pesticidas, herbicidas, fungicidas e fertilizantes entre outras criações de laboratórios (MOREIRA e TARGINO, 1997). Só que a utilização dos insumos químicos era realizado regra geral sem orientação nem acompanhamento técnico. (DUARTE, 2005; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Por outro lado, a modernização da agricultura via crédito subsidiado também fortaleceu as relações de dependência da população junto ao Estado. Além disso, o voto de cabresto virou voto mercadoria. Muitos políticos se aproveitaram da situação para barganhar o voto dos eleitores em troca de cestas básicas, materiais de construção, lâmpadas, entre outros. Como havia aumentado o número de agricultores que não guardavam sementes para o plantio, em vários momentos estas também eram utilizadas na compra de votos.

O que se percebe é que a chegada da modernização, pautada na ideologia capitalista de desenvolvimento, trouxe para o camponês sertanejo uma nova forma de viver, de produzir e de consumir os alimentos. Assim como, levou os camponeses sertanejos da Paraíba a necessitarem de objetos que antes não faziam parte de sua realidade. Alteraram-se as antigas tradições construídas cotidianamente pelos vaqueiros, posseiros, parceiros e arrendatários desde as primeiras entradas no interior do estado. De forma sutil, o modelo capitalista foi se infiltrando sem muita oposição. Difundia-se que as práticas camponesas tradicionais estavam ultrapassadas e que para se inserir no mercado a agricultura precisava modernizar-se.

No sertão paraibano, as inovações técnicas apenas contribuíram para aumentar a dependência dos camponeses junto aos grandes fazendeiros ou para perderem suas terras para os agentes financiadores, uma vez que as hipotecavam no momento em que faziam seus empréstimos.

Por sua vez, as políticas de combate à seca, levadas a termo pelo Estado, esteve muito tempo assentada na construção de barragens e açudes. Em princípio, o objetivo dessas construções era disponibilizar água para o consumo humano e animal e para a irrigação nos períodos secos a todos os habitantes da região. Contudo, o que se viu foram açudes construídos dentro dos latifúndios, pertencentes em sua maioria a coronéis[51] que se aproveitavam dos camponeses que necessitavam destas águas, exigindo favores em troca do acesso a este recurso natural, muitas vezes cercado no interior das propriedades.

Para se ter uma melhor compreensão desta realidade, basta consultar os dados do DNOCS relativos ao cadastramento de açudes do estado da Paraíba: em 1986 existiam apenas 41 açudes públicos no estado e um total de 3.181 açudes particulares (MOREIRA e TARGINO, 1997: p. 206).

As mudanças levadas a efeito na organização agrária sertaneja pela modernização agropecuária, bem mais atenuada que a ocorrida na Zona da Mata e no Agreste-Brejo, não foram suficientes para impulsionar a organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra na região. Na verdade, segundo Moreira (2010), pode-se atribuir como causas da eclosão de conflitos por terra e água no sertão paraibano principalmente à desarticulação da economia algodoeira e à necessidade de acesso à água.

2.4 A luta camponesa por terra e água no Sertão paraibano

Na Mesorregião do Sertão Paraibano, os primeiros conflitos por terra aconteceram próximos às barragens dos açudes construídos pelo governo, como o Açude de Riacho dos Cavalos, o de São Gonçalo, o de Carneiro, no município de Jericó, e o de Pilões, próximo às cidades de São João do Rio do Peixe e de Triunfo (MOREIRA, 1997).

[51] Na metade do século XIX, além da existência dos grandes fazendeiros, surge nas terras dos sertões a figura dos coronéis, representantes da oligarquia sertaneja existente desde a época colonial. Eram grandes fazendeiros que ganharam, através da imposição, o respeito dos sertanejos e tiveram grande influência na política, tornando-se mediadores entre os trabalhadores sertanejos e o poder público. Pela sua imposição e respeito, o coronel dominava a vida no sertão criando currais eleitorais – através dos votos de cabresto – e elegendo candidatos (apadrinhados) de seu apreço e confiança, sendo muitas vezes representantes de sua família (RIBEIRO, 2006).

Todavia, só a partir da segunda metade dos anos de 1980, apoiados pela Igreja Católica, por entidades de classe e instituições e organismos da sociedade civil é que os camponeses do Sertão Paraibano dão início a um processo de organização mais sistemático para reivindicar terra e água, enfim, desencadeiam um processo de luta pela reforma agrária na região que culminará com a criação de 45 Projetos de Assentamento entre 1986 e 2007.

Na região de atuação da CPT por ela denominada de Alto Sertão, a conquista de terras pelos trabalhadores foi mais tardia do que em outras regiões do sertão. Ela originou 22 Projetos de Assentamento que representam 48,9% do total dos PA instalados na Mesorregião do Sertão Paraibano entre 1996 e 2007. Eles abrangem 11 municípios, 21.459,9 hectares onde foram assentadas 897 famílias camponesas.

Quadro 03- Assentamentos criados no Alto Sertão da Paraíba entre 1996 e 2007.

Nome do Imóvel	Nome Projeto Assentamento	Município	Desaprop. (ha)	Famílias assentadas	Decreto de desapropriação
Fazenda Calçara	São Francisco II	Cachoeira dos Índios	727,3	21	11.09.97
Angelim/Saquinho/Serrote	Frei Damião I	Cajazeiras	726	21	05.10.00
Fazenda Santo Antonio	Santo Antonio	Cajazeiras	662,02	32	09.07.97
Coxos Oitis Minadouro	Valdeci Santiago	Cajazeiras	2.579,00	64	20.10.97
Olho D'água Fz. Olho D'água Queimadas	Edvaldo Sebastião	Cajazeiras	136,9549	31	05.10.00
Ponta d' água	Frei Beda	Cajazeiras	1.308,12	34	22.12.03
Minador	Mãe Rainha	Cajazeiras	531,795	28	12/12/2005
Fazenda Saquinho	Saquinho	Jericó	794,3	31	19.12.00
Fortuna Trincheiras	Fortuna	Jericó	1.792,50	73	28.04.97

Alto Alegre	Alto Alegre	Jericó	745,6	45	18.03.98
Curralinho	Curralinho	Paulista	1.227,90	40	19.089.02
Paxicu	Paxicu	Paulista	1.227,00	36	22.04.02
Jacu	Jacu	Pombal	1.200,00	40	19.08.02
Fazenda Alto e Zé de Barro e Mroró	Margarida Maria Alves	Pombal	889	46	11.08.04
Sitio Poços Dos Cavalos/Manga do Catolé	Sarapó	São José da Lagoa Tapada	756,6	36	29.12.04
Várzea de Sousa	Várzea de Sousa I*	Sousa	100,7561	14	Compra
Várzea de Sousa	Várzea de Sousa II*	Sousa	390,3787	75	Compra
Várzea de Sousa	Várzea de Sousa III*	Sousa	475,8027	89	Compra
Angélicas	Angélicas	Sousa, Aparecida e São José da Lagoa Tapada	1.440,00	34	17.06.05
Trapiá	Padre Acácio Cartaxo Rolim	Malta	724,8	18	22.04.02
Lagoa Redonda	Juazeiro	Marizópolis	1.809,03	62	26.07.99
Paissandu	Paissandu	São Domingos de Pombal	1.215,00	27	01.09.99
Total	22	11	21.459,86	897	

Fonte: Incra, 2007.
***** PA adquiridos através de compra.

Esses assentamentos não incluem o de Três Irmãos, objeto de investigação deste trabalho, que abrange mais de 400 hectares de terra e onde atualmente estão assentadas 74 famílias. Como será visto no próximo capítulo, este assentamento é fruto da luta de camponeses por terra e três conflitos estão a ele relacionados. Embora se saiba que as terras que deram origem ao assentamento pertenciam ao governo do estado da Paraíba e foram entregues

aos trabalhadores através da intervenção do mesmo com a intermediação do Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA), não consta nem na relação dos Assentamentos fornecida pelo Incra nem na fornecida pelo INTERPA nenhuma menção a esta área. Esperamos que este trabalho possa contribuir para preencher esta lacuna existente nos dados dos órgãos governamentais que tratam da reforma agrária na Paraíba.

Com base no exposto, constatamos que a formação territorial e o povoamento da região do Sertão da Paraíba, estiveram historicamente relacionados à presença de uma oligarquia rural que se apropriava do trabalho dos camponeses (MOREIRA e TARGINO, 1997; ANDRADE, 1986; RIBEIRO, 2006; FERNANDES, 2007; CARVALHO, 2003; OLIVEIRA, 2001). O êxodo rural presente na região, o seu atraso econômico e social foram por muito tempo atribuídos à seca, mas na verdade, na base desse processo estava uma estrutura agrária fortemente concentrada, uma organização da produção agropecuária baseada na pecuária e no cultivo de um determinado produto, como no caso do algodão e a organização do trabalho fundada na extração da renda fundiária dos camponeses em forma de dinheiro e produto. As políticas modernizadoras introduzidas na segunda metade do século XX, por sua vez, embora dominantemente dirigidas para as grandes propriedades, alcançou as unidades de produção camponesas contribuindo para desvalorizar e até mesmo destruir tradições e costumes.

A luta pela terra e água no século XX embora tenha sido mais lenta e mais tardia que a observada na Zona da Mata e no Agreste-Brejo, tem avançado na região tendo originado vários assentamentos de reforma agrária.

Com a instalação dos assentamentos, assiste-se a um movimento em torno da necessidade de resistência à lógica da produção agrícola capitalista, através do resgate das tradições e do saber tradicional, no que se refere à organização da produção e do trabalho e à convivência com a seca, como será visto posteriormente.

CAPÍTULO III

A LUTA PELA CONQUISTA DA TERRA DO P.A. TRÊS IRMÃOS

CAPÍTULO III

3 A LUTA PELA CONQUISTA DA TERRA DO P.A. TRÊS IRMÃOS

No percurso que trilhamos durante esta pesquisa, no intuito de mostrar como o Banco de Sementes de Três Irmãos vem sendo considerado uma experiência alternativa ao modelo capitalista, achamos que seria essencial ressaltar como o povo da comunidade de Três Irmãos tem mostrado força de vontade e resistência na luta pelo direito ao acesso às terras que pertenciam ao Estado e que, por muitos anos, eram dominadas pelos latifundiários da região.

O acesso e a posse da terra para o camponês é apenas a base para o desenvolvimento de outras experiências que lhes garantam a sua autonomia (na terra, no trabalho, no roçado) e a sua sobrevivência e da sua família. Para isso, eles precisam enfrentar alguns problemas que, ainda hoje, assombram os trabalhadores do campo: a concentração de terras nas mãos de uma minoria abastada da população e a violência dos proprietários e dos agentes do próprio Estado.

No caso do Assentamento Três Irmãos, sua origem acha-se relacionada a três conflitos que ocorreram nas terras próximas a uma barragem denominada de Pilões, localizada entre os municípios de Triunfo e São João do Rio do Peixe situados, por sua vez, na mesorregião do Sertão Paraibano, na subunidade espacial denominado pela CPT de Alto Sertão (MOREIRA, 1988). O primeiro conflito se deu entre o Estado e os grandes fazendeiros; o segundo, entre os camponeses e políticos da região e o terceiro entre os camponeses e os grandes fazendeiros. A seguir, apresenta-se as origens do açude e os conflitos que eclodiram a partir de sua construção.

3.1 O açude que encolheu: a construção da Barragem de Pilões na década de 1930

A ideia da seca como elemento limitador do desenvolvimento, mediada por um "discurso político" que defendia ser a seca o motivo do atraso da região Nordeste fez com que o governo intensificasse os projetos de construção de grandes reservatórios de água voltados para o desenvolvimento regional.

De acordo com um relatório elaborado pelos membros da CPT/Sertão[52] e com os trabalhos de Moreira (1997)[53], o açude de Pilões teve suas obras iniciadas no governo de Epitácio Pessoa (1919 a 1922) sendo concluído no ano de 1932, com o apoio do então ministro José Américo de Almeida. As obras da barragem tiveram início no dia 21 de fevereiro de 1921, mas foram interrompidas, sendo retomadas no dia 01 de julho de 1932. A inauguração aconteceu no dia 14 de setembro de 1933.

Inicialmente, o projeto de desapropriação das terras para a implantação da barragem abarcava uma área de 7.010,0 hectares, pertencentes ao Convento Nossa Senhora da Glória, sediado em Recife-PE. Ela foi projetada para acolher 350 milhões de metros cúbicos de água. Contudo, naquela região existia uma área reservada à Estância Termal Brejo das Freiras, localizada no município de São João do Rio do Peixe-PB, a 480 km da capital, João Pessoa. Ela conta com um hotel, quadras esportivas, piscinas e banheiras abastecidas com água das cinco fontes termais lá existentes. Além das fontes, na estância são encontradas lamas medicinais, que são usadas por muitas pessoas em tratamentos de saúde e beleza[54]. O projeto inicial de construção da barragem inundaria as terras da Estância, daí ter ele sido alterado, resultando numa redução dos 7.010 hectares iniciais para apenas 584 hectares. O reservatório previsto para conter 350 milhões de metros cúbicos de água teve seu volume reduzido para apenas 13 milhões de

---

[52] Este relatório foi feito pelos membros da CPT/Sertão e conta com depoimentos dos próprios camponeses que acompanharam e/ou vivenciaram a história de luta por terra e água às margens do açude de Pilões. Este documento encontra-se no Centro de Formação de Camponeses Frei Beda, sede da CPT/Sertão em Cajazeiras/PB.

[53] Ver: MOREIRA, Emilia. Por um pedaço de chão. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, págs. 855 a 859

[54] Consulte a respeito o site: http://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo/sets/72157623943158962/.

metros cúbicos. Além de deixar de fora as terra da Estância Termal, a desapropriação também excluiu terras que ficavam no entorno do açude.

O fator desencadeante do primeiro conflito ocorrido na área foi a disputa dos fazendeiros com o Estado pelos 6.297 hectares de faixas de “terra seca” ou “terras devolutas”, situadas próximas ao açude de Pilões, terras que eles já vinham tentando obter o “direito de posse” antes mesmo do surgimento do projeto de construção do açude[55].

Na Fig. 04 temos uma vista aérea do açude de Pilões e, ao lado esquerdo, podemos observar a estrada de asfalto que passa por dentro do Assentamento Três Irmãos. As faixas de terra que ficam localizadas entre o açude e o lado esquerdo da estrada de asfalto foram as disputadas pelos fazendeiros e o Estado, na época representado pelo Departamento Nacional de Obras Contras as Secas - DNOCS.

[55] Idem

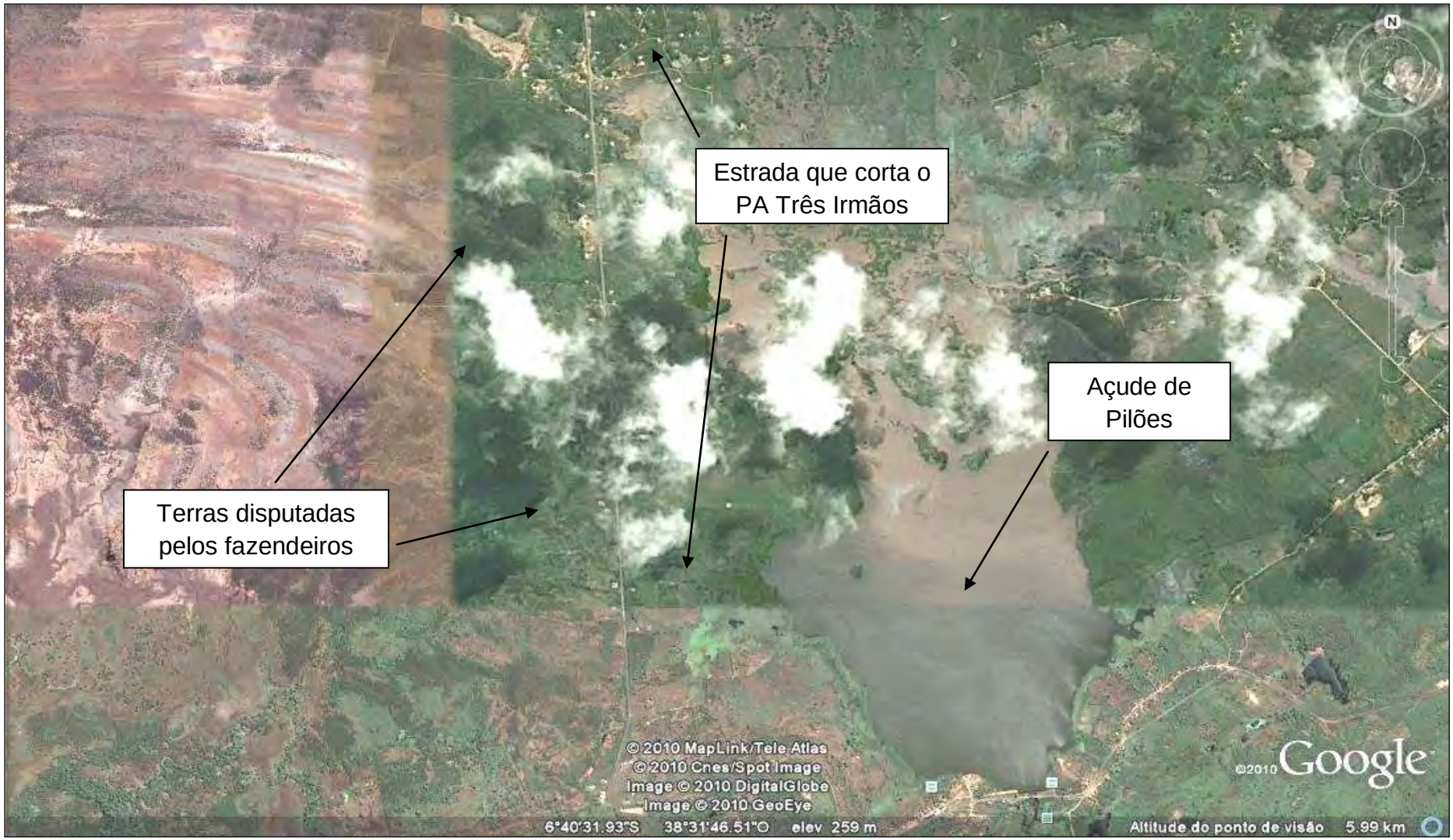


Fig.04 - Vista aérea do Açude de Pilões, Triunfo/PB - Imagem: Google Earth. Acesso em: 19 de março de 2010

Dos 6.297 ha de terra que não foram aproveitados, 3.019 ha foram repassados a 154 rendeiros, em sua maioria constituídos de grandes proprietários oriundos de cidades circunvizinhas como Cajazeiras, São João do Rio do Peixe e Uiraúna. A outra parte dessas terras devolutas compreendia uma parcela de 3.108 ha, que ficaram sob o controle do DNOCS.

No caso dos pequenos rendeiros, a falta de apoio para explorar as terras gerou muita dificuldade para manter seus lotes e chamou a atenção dos fazendeiros mais abastados que, se aproveitando da situação, ofereciam-se para adquirir as terras por preços muito abaixo do valor de mercado. Sem saída, os camponeses foram perdendo os lotes para os grandes proprietários, que ficaram conhecidos como “posseiros de luxo”. De acordo com a documentação consultada, nas décadas de 1960 e 1970 os mais importantes fazendeiros da região eram Miguel Estrela, Hilário Moreira e Romualdo Rolim. Além do *status* de senhores de respeito, esses fazendeiros eram influentes por serem apadrinhados por políticos da época[56]. A partir da década de 1970 desencadeiam-se os conflitos de terra no entorno do açude de Pilões.

3.2 O conflito entre os fazendeiros e o Estado

Na década de 1970, a administração da agência do DNOCS na região ficou sob a responsabilidade de Manoel Sampaio. Este realizou uma ação que gerou forte tensão, pois dividiu com os camponeses sem-terra da região - através de um projeto de redistribuição de terras - os lotes pertencentes aos “posseiros de luxo”, provocando a fúria destes. Vale destacar que, segundo a documentação consultada junto a CPT-Sertão, na época, a maioria das terras adquiridas dos camponeses pelos fazendeiros ou estavam abandonadas ou serviam para a criação de gado.

A divisão dos lotes pertencentes ao DNOCS entre os camponeses gerou o primeiro conflito em torno das terras do açude de Pilões. Só que este se deu entre o Estado representado pelo DNOCS e os fazendeiros e se concretizou através de

[56] Idem

perseguições ao administrador Manoel Sampaio e aos funcionários que trabalhavam para o órgão na região. Segundo o relatório da CPT-Sertão:

> Em 1978, pistoleiros fortemente armados praticaram um crime de emboscada contra uma pessoa que viajava num jeep no rumo de Triunfo e cruzou nas proximidades de uma cancela que dava acesso as terras de Pilões. A emboscada era para Manoel Sampaio, mas quem pagou foi o inocente carpinteiro Antonio Dantas Pinheiro que ia a Triunfo comunicar a família a morte de um parente. Comentou-se largamente sobre os autores do crime durante três dias, mas depois se estabeleceu um silêncio total[57].

Esse acontecimento ficou conhecido como "a emboscada na cancela de Pilões". Segundo o relatório da CPT, a emboscada foi "um aviso para aqueles que porventura quisessem afrontar as decisões dos 'posseiros de luxo"[58].

O silêncio que assombrava os moradores e rendeiros daquela região permaneceu por meses. Durante aquele tempo, os camponeses evitavam comentar sobre o acontecimento já que, segundo os próprios assentados que foram entrevistados, os policiais que foram investigar o caso tinham ligação com os fazendeiros. Com medo de novos ataques, Manoel Sampaio abandonou o cargo no DNOCS e fugiu[59].

Com a fuga de Manoel Sampaio, a administração do DNOCS ficou sob a responsabilidade de Francisco Afonso de Carvalho (1982 – 1986). Segundo consta no relatório da CPT, este passou a ceder lotes aos camponeses com base num acordo que estabelecia que a cessão da terra se daria por um ano, contribuindo para que as famílias pudessem produzir seus alimentos. Terminada a colheita, a terra com o restolho era devolvida para ser usada como pasto pelo gado do administrador do DNOCS. Naquele período, foram registradas cem famílias camponesas cultivando as terras na "área do massapê"[60] e sobrevivendo da sua produção.

---

[57] Idem
[58] Idem
[59] Em nossas pesquisas, não conseguimos descobrir o paradeiro de Manoel Sampaio, que segundo alguns entrevistados, fugiu de madrugada.
[60] A área do Massapê é um pedaço de terra que não serve para a construção de casas, justamente pelo solo que costuma rachar nos períodos secos, mas é importante para o plantio de

Esse novo acordo entre os camponeses e Francisco Carvalho durou pouco tempo, pois em 1986, com a vitória de Tarcisio Burity para Governador do Estado da Paraíba, uma nova comissão formada por políticos da região assumiu a administração da agência regional do DNOCS e, consequentemente, das terras próximas ao açude de Pilões.

A liderança ficou com o senhor Abel Dantas de Medeiros (político conhecido na região, que em 1988, foi eleito prefeito do município de São João do Rio do Peixe) e Etina Medeiros (administradora da estância Brejo das Freiras, na época), que iniciaram um novo remanejamento das terras que estavam sendo ocupadas e preparadas pelos camponeses sem-terra[61]. Segundo os entrevistados, Abel e Etina já haviam demonstrado interesse sobre as terras do DNOCS e, através da nova administração, criaram novas ordens de redistribuição dos lotes. Um novo acordo foi estabelecido e, para ter acesso aos lotes, os camponeses tinham que assinar um contrato de seis meses e tinham que pagar uma renda com a metade, a terça ou a quarta parte da sua produção embora as terras fossem públicas.

As pressões e o abuso de poder da nova administração do DNOCS geraram revolta entre os camponeses, sobretudo porque, terminado o prazo dos contratos, eles tinham que largar parte da lavoura que ainda não estava pronta para ser colhida. O senhor Abel Dantas mandava então soltar seu gado na terra para se alimentar do restolho das lavouras e do resto da plantação não colhida. Se o camponês atrasasse a desocupação da terra, recebia ordem de despejo. Abel Dantas colocava o gado nas terras ocupadas por roçados em trechos da área onde a renda não era cobrada. Na fala transcrita abaixo, percebemos o clima de tensão e de ameaças a que os camponeses eram sujeitos.

> Eu conto bem, porque as minhas necessidades eram grandes, porque nós [Vicente e sua família] não tínhamos terra, morávamos com “Chico do Pá” e a renda lá era mais alta e a gente pegava as beiradinhas da terra do Estado que não pagava renda. A gente fugindo da renda e muita gente queria cobrar, ai a gente plantava.

---

culturas como feijão, algodão, milho e até para a criação de gado. Até hoje esta área é utilizada para esses fins, pelos moradores do Assentamento.

[61] Com mais uma mudança na administração, o acordo entre os camponeses rendeiros e Francisco Carvalho foi desfeito.

> Devido não pagar renda, quando era meio de junho, os milhos todos verdes, o camarada [Abel Medeiros] dizia "ói quem não quebrar os milhos essa semana eu vou botar o gado dentro". Era o cara lá, que tomava conta da terra do governo, o Abel Medeiros, e muita das vezes a gente quebrava o milho antes do tempo (depoimento do assentado e ex-presidente da Associação do P.A. Três Irmãos[62], Vicente da Viúva, em entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2009).

Abel Dantas de Medeiros, em afronta aos camponeses, também limitou e vetou o acesso às águas do açude – utilizadas na irrigação, para consumo próprio ou para sedentação animal, no cozimento de alimentos, entre outros – provocando mais tensão. O sentimento de perseguição vivenciado pelos camponeses pode ser constatado através do depoimento do assentado Chico Salú.

> Em 1988, não lembro a data, mas foi numa terça feira, o José Alexandre de Sousa foi ao meu roçado para pegar uma carroça de pasto [alimento para o gado] para a única vaca leiteira que tinha. Vicente Ferreira de Moura [Vicente Mãozinha] imediatamente foi a São João do Rio do Peixe, para denunciar, e dentro de uma hora ele chegou com Abel e três policiais militares, tomaram a carroça com o pasto. Não conseguiram prender ele porque este correu [...] muitos perderam arroz, algodão porque Abel não deixava aguar. Não parou ai, João Soares Sobrinho tem uma área que recebeu logo que o DNOCS passou para o Estado, plantou milho, feijão e algodão numa área e cercou, e plantou arroz. Abel o proibiu de aguar o arroz, mas, este não obedeceu. O Abel inconformado com a decisão de seu João, prestou queixa na delegacia de São João do Rio do Peixe. O delegado mandou uma intimação pedindo o comparecimento de seu João, este não foi, depois de cinco dias, Abel veio com o delegado.
> (Depoimento do assentado Chico Salú, em entrevista concedida no dia 19 de agosto de 2009)

Os camponeses relatam que, em junho de 1988, após o vencimento de um dos contratos, Abel Medeiros exigiu que as lavouras dos camponeses fossem retiradas. Contudo, muitas das plantações não estavam prontas para serem

[62] Na última visita que fizemos ao Assentamento Três Irmãos, Vicente da Viúva havia deixado o cargo de presidente da Associação Comunitária por conta de uma eleição que havia acontecido semanas antes. Nessa eleição que contou com a presença dos associados, foi eleito o Assentado e coordenador do Banco de Sementes Comunitário Francisco Pinto (Sr. Chico) que faleceu uma semana antes da posse. Antes do fechamento deste trabalho, ainda não tinha sido decidido quem assumiria o cargo.

colhidas. O descaso com os moradores e, principalmente, a exigência da renda da terra como pagamento pelo seu uso por seis meses, deram início a novas discussões a respeito das atitudes de Abel Medeiros e muitos começaram a se unir na busca por uma solução para este problema.

Percebemos durante as entrevistas e nas nossas leituras dos registros da época, que esse sentimento de revolta dos camponeses ficou mais forte porque eles acreditavam que, mesmo sob o regime de parceria com o DNOCS, os antigos administradores Manoel Sampaio e Francisco Carvalho tinham realmente a intenção de efetuar a redistribuição dos lotes entre eles, que eram os que mais necessitavam da terra para viver. O fato de Manoel Sampaio ter desafiado os "posseiros de luxo", dividindo as terras desses últimos com os trabalhadores, representava a esperança de terem a liberdade de cultivarem nos lotes sem ter que enfrentar os grandes fazendeiros.

Mas os ataques e ameaças comandadas pelos "posseiros de luxo", que não concordavam com a decisão de Manoel Sampaio e, posteriormente, a chegada de Abel Dantas, frustraram qualquer expectativa de conquista da terra, que os camponeses tinham criado. Vicente da Viúva relata que essa perseguição teve como ponto positivo o despertar da consciência crítica dos camponeses que, assim como ele, passaram a questionar o papel do Estado em relação às necessidades das famílias que sobreviviam do roçado. Segundo ele, naquela época, já conversava com seu irmão Antônio da Viúva[63] e também com alguns rendeiros sobre essa questão.

> Eu disse: Antônio de quem são essas terras? Um tanto de gente que trabalha aqui nas terras do Estado... E ele veio me dizer: - Meu irmão, essas terras são do Estado. Ai eu fiquei aqui martelando: - Mas, quem é o Estado mesmo? O Estado não somos nós? Ai ele disse: - Não. O Estado é o governador, é o governo que manda nisso aqui. Aí ele [o governador] tem um pistolão em São João do Rio do Peixe que toma conta disso aqui apenas pra usufruir do pasto, que é o Abel. Ele vende o pasto.

[63] Antônio do Nascimento Sobrinho (Antônio da Viúva) esteve na luta camponesa de Três Irmãos desde antes do primeiro conflito, sempre foi um militante da causa camponesa. Durante muito tempo foi o presidente da Associação da Comunidade e com o apoio da CPT/Sertão, tornou-se um agente da Pastoral da Terra. Após conseguir um lote no Assentamento Acauã, no município de Aparecida/PB, ele deixou a sua terra na comunidade de Três Irmãos e doou seu lote para a construção da Sede da Associação Comunitária.

> Isso foi logo no período que a gente tava limpando o pasto. Aí quando foi no mês de junho, o milho zarolho, chegou a noticia: - Olhe, Abel disse que quem quisesse colher o milho que fosse quebrar, porque ele vai botar o gado dentro. Aí voltou na minha lembrança: - Antônio, e nós vamos fazer o quê? Se quebrar o milho agora, ele apodrece. A gente tem que dizer que o Estado não é o governo não, o Estado somos nós.
> (Depoimento do assentado Vicente da Viúva, entrevistado em: 31 de julho de 2010).

Após muitos anos de sujeição, os camponeses demonstraram insatisfação com o que acontecia. Para eles, alguma coisa deveria ser feita em defesa dos seus interesses. Os questionamentos que foram surgindo contribuíram para a conscientização de que só a luta de todos poderia mudar a situação.

Foi a partir de então que os rendeiros de Três Irmãos se organizaram no intuito de discutirem os "problemas da terra", mas, sem progresso. A participação de Arcanjo Gabriel[64] e de Geraldo Trajano[65] nas discussões feitas na comunidade foi importante porque eles serviram de intermediários entre os camponeses e a Diocese de Uiraúna.

3.3 O conflito entre os camponeses e o Estado

O primeiro conflito, do qual os camponeses participaram diretamente, aconteceu no final da década de 1980 e contou com a participação das famílias que já residiam na região há bastante tempo e que tinham a posse dos lotes. Muitas dessas famílias já estavam ali no período de construção da Barragem de Pilões, portanto, já estavam territorializadas. O fato que desencadeou a revolta dos camponeses foi a falta de respeito de Abel Dantas que, por mais de um ano, obrigou-os a pagar a renda e a entregar os lotes antes do período de colheita o que trouxe grandes prejuízos aos camponeses que dependiam da produção para garantir a sua sobrevivência.

Na época, o coordenador da Diocese de Uiraúna/PB era o Padre Cleides Domingos, que também era o vigário da Paróquia do Menino Jesus em

[64] Arcanjo é filho de Francisco Gabriel, posseiro nas terras do ainda Sítio Três Irmãos e na época estudante na cidade de Uiraúna.
[65] Nesta época era residente em Triunfo e membro da Comissão de Pastoral Rural.

Triunfo/PB. Ele e alguns agentes pastorais, como Socorro Gouveia[66], faziam um importante trabalho de catequese na região através da Pastoral Rural. Por intermédio de Arcanjo Gabriel essa equipe ficou a par da situação dos camponeses de Três Irmãos e passou a acompanhar e a fazer algumas "reuniões secretas" – por receio de alguma represália – no sítio, com o intuito de ajudar a pensar numa solução para o caso.

Como vimos anteriormente, na década de 1980, já se presenciava alguns conflitos por terra no estado que resultavam em ocupações através de acampamentos. Para os camponeses, a única forma de lutar pelo direito ao acesso e posse dos lotes seria a união dos posseiros numa ocupação das terras de massapê.

Ao saber da decisão dos trabalhadores, Padre Cleides enviou uma equipe da Pastoral Rural para acompanhá-los. Em entrevista, Socorro Gouveia nos contou que ao chegarem à área de massapê encontraram 43 posseiros ocupando a área e discutindo com Abel Dantas, que estava acompanhado de alguns policiais do município de São João do Rio do Peixe. Para Socorro, o clima era de tensão, pois os posseiros estavam dispostos a permanecer e lutar pelas terras do massapê que, oficialmente, pertenciam ao Estado. A notícia logo se espalhou.

Chico Salú[67] nos relatou que, naquele dia, apareceu na área de massapê um conhecido vereador da cidade de Triunfo/PB, chamado Chico Cândido, que, ao saber da notícia, propôs-se a conversar e entrar em um acordo com os rendeiros. A proposta dada pelo vereador era a de que poderia agendar uma audiência com o governador do estado na época, Tarcísio de Miranda Burity – que estava para visitar a cidade de Triunfo na mesma semana, e tentar encontrar uma solução para o conflito que se instalava entre os camponeses posseiros e o administrador das terras do DNOCS. Contudo, no dia da audiência agendada com o governador do estado, o vereador Chico Cândido não apareceu e nem deu satisfação de sua ausência.

---

[66] Socorro Gouveia é uma das líderes da CPT-Sertão tendo sido sua coordenadora por longo tempo.

[67] O Sr. Chico Pinto (Francisco José Pinto), era conhecido na comunidade como Chico Salú ou "Seu" Chico. Durante o texto, optamos pelo uso do nome Chico Salú, no intuito de evitarmos comparações com a família Pinto (latifundiários da Bacia de Pilões), citada no decorrer do texto. Apesar de homônimos, não existe parentesco entre eles.

Quando os camponeses ficaram sabendo que ele não tinha cumprido com o trato, não se deixaram enfraquecer e decidiram que eles mesmos teriam a audiência com o governador. Conseguiram, então, uma caminhonete e seguiram para a cidade de Triunfo em direção à prefeitura, onde estava o Sr. Tarcísio Burity. Chegando lá, os posseiros não conseguiram a audiência de imediato, tendo que solicitar o apoio de Pe. Cleides que, "como uma autoridade religiosa de respeito", seria atendido pelo governador.

E assim, a pressão dos camponeses que se encontravam na entrada da prefeitura, e a presença do Padre Cleides, que serviu de intermediário entre as partes, fez com que o governador atendesse a solicitação da audiência. Chico Salú nos contou que pela primeira vez os camponeses estiveram cara-a-cara com o governador, reivindicando o direito à posse definitiva dos lotes. Ele nos disse que não foi fácil, já que sabiam que "estavam entrando na briga dos grandes", mas que também não iriam desistir já que tinham chegado tão longe. Segundo ele:

> Quando a gente chegou lá, ele [o governador] não queria receber a gente não. Lembro que Arcanjo e Pe. Cleides estavam lá. E eles reprimiram o Arcanjo. Mas ouviram o Pe. Cleides e depois ouviu o que a gente tinha a dizer. (depoimento do Sr. Chico Salú em entrevistada realizada em 11 de outubro de 2009).

É importante destacar que, para os camponeses (que, durante muito tempo, sofreram os abusos de poder, as perseguições e a subordinação aos donos das terras daquela região), o fato de enfrentarem o temido Abel Dantas e, em seguida, conseguir uma audiência com o Governador do estado, representava um grande passo e também um avanço na luta camponesa no sertão paraibano.

Com o apoio dos membros da Diocese e da Pastoral Rural[68], reivindicaram ao governador a permissão de continuarem nas terras, mas agora de forma definitiva. Durante a audiência, os mesmos tiveram o direito à fala e contaram tudo que já tinham passado, assim como, todo o sofrimento de trabalharem nas terras que não lhes pertenciam e de terem que obedecer às imposições de alguns

[68] O trabalho da Pastoral Rural na região serviu como base para a criação da Comissão Pastoral da Terra/Sertão – CPT-Sertão - e sua instalação na cidade de Cajazeiras/PB.

senhores, que se apropriavam do cargo do DNOCS para se beneficiarem do trabalho alheio. Também falaram do abuso que era o pagamento da renda da terra, das constantes expulsões dos lotes, da retirada da produção antes do período certo e da introdução do gado nas plantações.

Ao final desse importante encontro, foi feito um acordo: as terras seriam entregues aos camponeses em lotes de três à cinco hectares e esse processo de distribuição dos lotes seria acompanhado por técnicos do INTERPA[69]. Segundo Vicente da Viúva,

> onde se localizava o massapê descoberto e sem pedra, foram distribuídos lotes de até 3,3 hectares; nos lugares onde o solo era ruim, os lotes chegavam a 5 hectares. Lá eles poderiam produzir seu alimento e construir suas casas, sem ter que pagar mais renda aos fazendeiros. Os lotes foram distribuídos entre as cem famílias que participavam do conflito. (depoimento de Vicente da Viúva, entrevistado em: 31 de julho de 2010)

Apesar do senhor Vicente da Viúva referir-se a cem famílias, a divisão dos lotes foi feita entre apenas 71, dentre as que estavam participando diretamente do conflito. Segundo Moreira (1997), se fosse considerado o número total de famílias que pagavam a renda da terra, este número chegaria próximo de cento e cinquenta como pode ser constatado na citação seguinte.

> Haviam famílias que residiam e trabalhavam na terra desde a construção da barragem, outras que chegaram depois e ocuparam pequenos lotes, deles retirando, ao longo dos anos a sobrevivência da unidade familiar, sem nunca ter obtido os títulos definitivos das terras. Apesar de estimar em cerca de 150 o número de famílias ali existentes, nem o INTERPA, nem o DNOCS tinha um cadastro atualizado da população local (MOREIRA, 1997, p. 857).

Assim, registrou-se na história das lutas camponesas na Paraíba mais um capítulo de conquista, pois os camponeses garantiram a posse dos seus lotes nas

---

[69] Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba - foi criado em novembro de 1991, fruto da junção da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa) e da Fundação de Desenvolvimento Agrário da Paraíba (Fundap). Ver: http://www.interpa.pb.gov.br/historia.html - Acesso em: 18 de novembro de 2009.

terras do massapé e criaram o Assentamento Três Irmãos. Outra notícia boa para os camponeses foi o afastamento de Abel Dantas da administração do DNOCS. Mas, infelizmente, eles não conseguiram os títulos definitivos e nem o apoio do Governo para a construção das casas ou compra de novas ferramentas. Chegava-se ao fim do primeiro conflito, que se configurou apenas como o início da luta.

3.4 Apesar da conquista, a luta persiste: o segundo conflito

Como vimos anteriormente, a distribuição dos lotes no primeiro conflito não atendeu à demanda de todas as famílias. De fato, algumas não acreditaram que a luta tivesse um resultado positivo e não se arriscaram a participar da ocupação das terras do massapê, ficando de fora do loteamento feito pelo INTERPA.

Vimos que, no primeiro conflito, trinta e seis famílias, inicialmente, acreditaram que poderiam lutar e conseguiram o direito de posse das terras do massapê, em princípio provisório, mas que permitiu o uso delas durante todo o ano, sem o pagamento da renda da terra, nos períodos de chuva ou seca. Assim, garantiram o plantio e a colheita dos alimentos necessários à subsistência das famílias. Ao final do conflito, foram distribuídos 71[70] títulos provisórios de posse das terras aos camponeses que participaram do conflito e que já moravam na área há bastante tempo[71].

Esse fato motivou os camponeses que já tinham adquirido os seus lotes – como resultado da primeira luta por terra - a incentivar os que não tinham terra própria[72] a se organizarem e lutarem por algumas áreas consideradas improdutivas existentes nas proximidades do Assentamento. As terras improdutivas faziam parte de algumas fazendas pertencentes aos grandes fazendeiros da região.

---

[70] Os 71 títulos foram distribuídos entre as 36 famílias iniciais mais 35 famílias que, posteriormente ao “primeiro conflito”, foram se somando à luta pelo acesso à terra e água.
[71] Jornal Correio; Paraíba, 28 de julho de 1991.
[72] Nesse período, os camponeses que já moravam na região se organizaram para convidar seus familiares, amigos ou outras famílias que já moravam nas cidades próximas, como: Triunfo, São João do Rio do Peixe, Bernardino Batista, Cajazeiras, entre outras.

Entre os anos de 1990 e 1991, os assentados de Três Irmãos se organizaram para criar a Associação Comunitária Santo Antonio da Bacia do Açude Público de Pilões, registrada em 1991. Por não terem uma sede na época, as reuniões eram feitas à sombra de uma pequena capela que hoje em dia não existe mais. Vicente da Viúva nos contou que, mesmo com a divisão dos lotes do Estado no primeiro conflito, ainda era grande o número de terras pertencentes a antigos fazendeiros da região, como era o caso de Antonio Claro, que morava no município de Uiraúna, mas possuía uma área em que não produzia nada.

Naquela época, os assentados pediram a Antonio Claro[73] um pedaço de terra para que eles construíssem a sede para a Associação e, de acordo com Vicente da Viúva, eles receberam a seguinte resposta: - Que conversa é essa, e eu quero saber de Associação? Vão fazer onde vocês quiserem, eu não dou um palmo dessas terras nem a meu pai. E ele continuou: - Aí os camponeses pensaram em tomar as terras dele e diziam: vamos fazer um conflito aqui dentro?

O fato de precisarem de um terreno para construir a sede da Associação – que fora negado pelo fazendeiro – junto às necessidades de alguns moradores da região de possuir um lote, e assim, acabar com o pagamento da renda, fortaleceu a ideia de reivindicarem mais terras[74].

A história de um outro conflito agitava a comunidade e chegou até a CPT-Sertão, a qual era coordenada por Socorro Ferreira. Na época, ela falou que se tivesse um mínimo de 30 famílias já seria possível organizar um acampamento. Assim, os que já estavam assentados, entraram em contato com os familiares, amigos e conhecidos que também quisessem fortalecer a luta e conquistar o seu pedaço de chão.

Dentre os assentados que apoiavam os camponeses no segundo conflito, estava o irmão de Antonio Claro (um dos fazendeiros envolvidos), o Sr. Chico Gabriel, que participou da “luta no massapê” e que se tornou uma das lideranças no Assentamento.

No ano de 1991, começaram os preparativos para a segunda luta por terra, agora, de forma mais organizada, através da Associação Comunitária de Três

[73] De acordo com o relatório da CPT/Sertão, o fazendeiro Antonio Claro possuía duas áreas, uma com 17 hectares e outra com 23 hectares.
[74] Fragmentos da entrevista concedida por Vicente da Viúva em 31 de julho de 2010.

Irmãos, com o apoio e acompanhamento da CPT/Sertão (que iniciava as suas atividades no Alto Sertão Paraibano), da Paróquia de Uiraúna e do Comitê de Apoio aos Agricultores de Pilões[75].

Apesar do apoio externo vindo dos movimentos sociais, das associações e entidades de classe e de alguns políticos e docentes da UFCG da região, o segundo conflito foi mais intenso que o antecessor, pois, dessa vez os camponeses enfrentaram diretamente os grandes fazendeiros da Bacia de Pilões. De acordo com alguns jornais impressos da época, o segundo conflito que estava prestes a iniciar, iria "assanhar um vespeiro" que há muito tempo tinha sido motivo de assombro para os "pequenos"[76] daquelas terras. Afinal, o poder da oligarquia latifundiária no Alto Sertão da Paraíba era representado pelo respeito e obediência – para não se dizer medo - não só dos que dependiam da renda/moradia/parceria, mas de políticos da região e até do governo do estado[77].

Apesar das "brigas por terra" serem uma realidade vivida pelos moradores da Bacia de Pilões desde antes da construção da Barragem, as mesmas, apenas trouxeram benefícios aos grandes fazendeiros. Só a partir do final da década de 1980, os camponeses de Três Irmãos começaram a reescrever a história da luta camponesa naquela região[78]. O segundo conflito, pode ser então, considerado um outro capítulo dessa história, em que os camponeses, mais uma vez, foram os protagonistas da luta. Só que agora, contaram com um apoio maior da sociedade civil e da mídia - que acompanhou e divulgou através das rádios e jornais impressos várias matérias e denúncias a respeito dos conflitos de Três Irmãos, Jericó e de Riacho dos Cavalos (Ver Anexo D).

---

[75] O Comitê de Apoio aos Agricultores de Pilões era coordenado por membros do Sintep (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação da Paraíba), do Sindicato dos Previdenciários, da Aduc (Associação dos Docentes da Universidade de Cajazeiras), da Pastoral da Juventude, Grupo Teatral Esperança, Comunidades dos Bairros em Cajazeiras, CUT-PB, Diretório do PT (Cajazeiras e Uiraúna) e das Irmãs Missionárias.

[76] As expressões "pequeno" e "grande/graúdo" são respectivamente utilizadas na linguagem camponesa, para denominar as diferenças de classes entre os camponeses e os grandes fazendeiros/latifundiários/oligarquias, não só no sertão nordestino, mas, também em outras regiões do Brasil.

[77] Em relação à participação do Estado nas negociações com os grandes fazendeiros, observamos que nos depoimentos e nos jornais da época, ficou claro que o tratamento era diferente do que acontecia com os acampados. E isso está registrado nas constantes ameaças dos técnicos do Interpa contra os acampados segundo consta do relatório da CPT e de noticiais de jornais veiculadas à época.

[78] Lembramos que no mesmo período, também aconteciam conflitos às margens dos açudes públicos de Carneiro, em Jericó/PB e de Riacho dos Cavalos no município do mesmo nome.

Este novo conflito teve início com a instalação de um acampamento (v. Fig. 05) no dia 06 de julho de 1991 embaixo de um Juazeiro[79], árvore que passou a ser o símbolo da resistência camponesa no Sertão. Ele contou com a participação de 36 famílias[80] que se revezavam nas atividades diárias do acampamento, como as de preparo da alimentação, armação de barracas, construção de buracos no chão para armazenar material de trabalho, broca[81], reunião com técnicos do INTERPA e vigilância do acampamento como demonstra o relato abaixo transcrito do relatório da CPT.

> A barraca foi construída bem no centro da área, com 10 metros quadrados, tendo no centro um enorme juazeiro, símbolo da resistência no Sertão. Todos que chegassem, tinham onde sentar, pois, foram construídos alguns bancos de madeira em volta da barraca. [...] todos iam se dispondo para realizar os afazeres que tinha, além da derrubada do mato: Foram escolhidas duas pessoas para botar água, duas para fazer o fogão, quatro para a negociação junto com a CPT e associação [Comissão], duas para botar lenha; um dos homens ficaria com as mulheres para fazer a comida e avisar aos outros caso houvesse uma emergência. Depois de feitas as tarefas, todos iam para o roçado brocar, ficando apenas o que iria fazer a comida e vigiar.

De acordo com o senhor Vicente da Viúva, no local só existia mato e algumas casas de alguns camponeses que participaram do primeiro conflito, mas, muito distantes umas das outras[82].

---

[79] Planta xerófita pertencente à família das *Rhamnaceae*, cujo nome científico é *Ziziphus joazeiro Mart*.

[80] As 36 famílias que participaram do segundo conflito, se juntaram às famílias que já estavam assentadas naquela área.

[81] A expressão “brocar” é comumente utilizada pelos sertanejos para definir o processo de limpeza da terra (retirada do mato) como preparação para o plantio. Normalmente, cortam-se as árvores e amontoam fazendo coivaras, em seguida, as queimam.

[82] Naquela época, a área reivindicada pelos camponeses pertencia aos grandes fazendeiros daquela região. Estas terras estavam abandonadas, portanto, era comum a presença de árvores e matos. A única parte desmatada era a que passava a estrada de terra (carroçal) que dava acesso à cidade de Triunfo.

Fig. 05– Famílias acampadas no Acampamento embaixo do Juazeiro.
Fonte/Foto: Jornal O Correio - 28 de julho de 1991.

A broca iniciada pelos camponeses durante o acampamento aconteceu nas terras ocupadas pelo fazendeiro Antonio Claro (Fig. 06).

Fig. 06 - Os acampados efetuando a broca na área reivindicada. Foto: Silva, 1997.

Chegaram a brocar uma área equivalente a 17 hectares, o que causou a revolta deste fazendeiro que enviou pessoas armadas para assustar os

acampados dando tiros durante a noite, no meio do mato e com rondas próximo ao acampamento.

Os assentados nos relataram que durante o conflito um dos trabalhadores de Antonio Claro, conhecido como Raimundo Duca, entrou no acampamento “totalmente bêbado”, armado de uma faca de 12 polegadas, ameaçando matar todas as lideranças tanto da Associação de Três Irmãos, como da CPT/Sertão, caso, os acampados não desistissem de reivindicar as terras do seu patrão. Na verdade, ele era apenas uma cobaia, que havia sido enviada para causar polêmica e criar um confronto com os acampados. Mas, esses últimos sabiam que, qualquer tumulto naquele momento, seria a justificativa que os fazendeiros queriam para desarticular o movimento. E assim, não reagiram e nem deram motivos para Raimundo Duca atacar.

Mas o sentimento de risco ainda permaneceu por muito tempo e os acampados ficaram em alerta para tudo o que acontecia nas proximidades. Logo nos primeiros de dias do conflito, os caminhos de acesso ao acampamento ficaram sobre constante observação. No caso de alguém precisar sair do local, na volta tinha que vir por outro caminho, pois em muitos casos, já tinha gente (pistoleiros enviados pelos latifundiários) esperando para atacar.

> Tanto eu, como Antonio da Viúva e Chico Salú, se a gente ia lá prá barraca por aqui, nós procurávamos voltar por outro canto. Porque por aonde nós íamos já tinham pessoas para nos atalhar, vez por outra a gente ouvia tiros (depoimento do assentado Vicente da Viúva, entrevistado em: 31 de julho de 2010).

Nesse conflito, as mulheres camponesas desempenharam um importante papel, pois, além de se dedicarem às atividades do lar e do acampamento, também observavam a aproximação de pessoas estranhas na área, participavam das reuniões e contribuíam com suas opiniões. Segundo Dona Nevinha, esposa de Vicente da Viúva:

> Eu botava o menino de um lado e quando acabava [as atividades de casa] eu descia para lá [acampamento], e dizia “ei, um homem entrou ali prá dentro”. Eu fazia os trabalhos [em casa] até o meio dia, e quando era depois botava o menino do lado e desabava prá

> lá, passava a tarde todinha lá, e só voltava prá casa umas 7 ou 8 horas da noite. Todo dia eu ia, todo dia. (depoimento de Dona Nevinha, entrevistada em: 31 de julho de 2010)

A presença de mulheres (algumas grávidas) e crianças no acampamento reforçava o movimento e contribuía para apressar as negociações.

Além da família Claro, outras famílias com *status* e poder sobre as terras do entorno do açude de Pilões se destacaram durante o conflito, tais como as famílias Pinheiro Pinto e Camilo Gomes. Esta última se destacava, pois possuía 108 hectares de terras geridas pelos irmãos Vicente Pinheiro Pinto e Francisco Pinto (Chico Pinto). Conforme Vicente da Viúva e Antonio Lão[83], a família Pinto era conhecida por perseguir e ameaçar os camponeses da região. Era comum a presença de jagunços que, vez por outra, faziam "uma perversidade com os moradores" do Assentamento, a mando dos fazendeiros.

> Isso era tanto do roubo, quando esses homens eram donos dessas terras, olha, aqui sumia cabra, ovelha. Você não podia possuir uma ovelha graúda, eles roubavam, escondiam no mato. (depoimento do assentado Vicente da Viúva, entrevistado em: 31 de julho de 2010).

E Antonio Lão complementa:

> tinha uns 'malassombros' de ameaças de uns homens com umas armas, umas espingardas. A gente tinha uns silos de feijão que era onde a gente guardava as nossas armas. O 'malassombro' sabe o que que era? – É por que os cabras que eram donos daí do terreno, tinham tudo cercado por conta deles. Aí, eles alugavam para o povo botar o gado, mas eles mesmos roubavam o gado. Acredita que era assim? – Ainda foi gente presa, foi "reboliço" feio aqui. Tinha uma casa dentro dos matos, eles matavam os bichos e levavam para Cajazeiras [...] Era um danado de um Chico Pinto que tinha aí, era o dono das terras que só serviam para criar gado e alugar.

O fato de serem perseguidos pelos "malassombros", ao qual Antonio Lão se refere, está relacionado a tradicional reação dos grandes fazendeiros que, a

[83] Antonio Francisco Barbosa, conhecido na comunidade como Antonio Lão.

todo custo, queriam manter as terras sob seu domínio[84]. O pior de tudo era saber que a impunidade também favorecia aos grandes fazendeiros, pois muitos camponeses já haviam perdido as suas vidas sem que o verdadeiro mandante fosse responsabilizado.

Como foi anteriormente colocado, o conflito que se instaurou nas terras de Três Irmãos ganhou respaldo das mídias radiofônica[85] e escrita[86] que relataram o caso como um "barril de pólvora, prestes a explodir no Alto Sertão Paraibano". Outros, consideravam como um "vespeiro que estava sendo assanhado", por entenderem que a luta camponesa agora era com a "gente graúda" da região, ou seja, com os grandes fazendeiros que não tinham interesse algum em distribuir as terras (do estado) que estavam improdutivas.

Um dos destaques das matérias abordadas nos jornais estava relacionado à "arma" utilizada pelos camponeses durante as reuniões com os técnicos do INTERPA ou com os políticos que por lá aparecessem: um gravador. Uma ferramenta, que ao mesmo tempo em que inibia os técnicos, garantia o registro de tudo que fosse questionado ou acordado durante as negociações, pois a palavra naquele momento era tão importante quanto um documento impresso. Por isso, era comum, assim que a comissão se reunia com a equipe do INTERPA, que se aproximasse um camponês com um "enorme gravador".

O ato de gravar as reuniões foi rapidamente considerado como uma astúcia da parte dos "sem-terra" e hoje em dia é relembrado com muita alegria, pois, foi uma estratégia diferente e que ajudou bastante na garantia de cada acordo feito. Decerto, não demorou muito para os acampados serem comparados ao índio Mário Dzururá, ou Juruna[87] que ficou conhecido por gravar as promessas

---

[84] Em grande parte adquiridos através da grilagem ou, como no caso da Barragem de Pilões, pela compra de terras de pequenos camponeses que não podiam se manter nelas.

[85] As rádios Alto Piranhas e Difusora, ambas na cidade de Cajazeiras/PB acompanharam o conflito e debateram diariamente durante os três meses de luta, sobre os acontecimentos de Três Irmãos.

[86] Disponibilizamos no Anexo A, algumas matérias de jornais as quais tivemos acesso durante a pesquisa, sendo eles: Correio (1991), Correio da Paraíba (1991), Jornal da Paraíba (1991), o Norte (1991).

[87] Mário Dzururá, ou Juruna como era conhecido, foi o primeiro e único índio brasileiro a se tornar deputado federal. Eleito pelo PDT do Rio de Janeiro em 1982, participou da política de Leonel Brizola e do antropólogo Darcy Ribeiro, que na época militava nas fileiras do partido. Juruna foi o maior representante indígena nas esferas do poder federal. Vítima de diabete crônica, o ex-cacique xavante morreu em 2002, depois de passar 15 dias internado no hospital Santa Lúcia em Brasília. Este ficou conhecido por se utilizar de sua "arma" no mundo dos brancos: um gravador.

das “autoridades brancas do Brasil”, que tinham uma grande facilidade de esquecer o que prometiam.

De acordo com o Jornal Correio, em sua matéria intitulada “gravador à moda Juruna para evitar dúvidas”:

> Não há amadorismo na luta dos sem-terra de Três Irmãos. Na hora da conversa com o técnico do INTERPA, por exemplo, liga-se um enorme gravador, à moda Juruna, para se evitar qualquer dúvida posterior. (Jornal da Paraíba, 28 de julho de 1991)

Na imagem a seguir, observamos um técnico do INTERPA chamado de Benevides (camisa listrada) e logo atrás um dos acampados “armado” com seu gravador (Fig. 07).

Fig. 07 - Gravador à moda Juruna para evitar dúvidas;
Fonte: Jornal Correio; Paraíba, 28 de julho de 1991.

A necessidade de registrar todas as negociações se fazia necessária, pois, estava claro que o técnico responsável pelas negociações com o INTERPA apoiava os grandes proprietários, devido à forma desdenhosa como ele tratava os

---

Com o gravador em mãos, ele registrou cada promessa das autoridades brasileiras, que segundo ele, esqueciam rapidamente o que prometiam.
Ver: http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp606/pag10.htm; Acesso em 23 de fevereiro de 2010.

acampados e às constantes ameaças e pressões para que os camponeses desistissem da luta e abandonassem o acampamento. A grande preocupação dos fazendeiros, principalmente de Antonio Claro, era que os camponeses ampliassem a área de broca das áreas reivindicadas.

Uma das propostas feitas por Benevides era a de que os sem-terra abandonassem a broca e se retirassem da terra já trabalhada e fossem para outra área cedida por Antonio Claro, e também que entregassem os nomes das famílias acampadas e não aceitassem mais a entrada de nenhuma outra que, porventura, chegasse. Mas, os acampados não aceitaram a proposta, pois, naquele dia não estavam no acampamento todas as famílias envolvidas nos conflitos, e, abandonar a área de 17 hectares já limpa não era do interesse deles.

Alguns proprietários chegaram a oferecer sementes selecionadas como pagamento pela saída dos camponeses da área, mas, eles não aceitaram, pois, segundo o Sr. Chico Salú, as sementes não eram boas para o semiárido e nem iriam comprar o direito dos moradores daquela região de adquirirem o seu pedaço de chão.

Entretanto, como fora abordado no jornal Correio, “o vespeiro já tinha sido assanhado” e o clima de tensão nas negociações, tanto no conflito de Três Irmãos, como nos de Riacho dos Cavalos e de Jericó, já tinham ganhado repercussão a nível estadual.

As pressões da mídia e dos movimentos sociais fizeram com que o Estado procurasse entrar em contato direto com os acampados. O governador do estado na época, Ronaldo da Cunha Lima, foi pessoalmente ao Sertão para negociar diretamente com as comissões das três áreas em conflito.

O encontro entre o governador e as comissões representativas dos conflitos aconteceu na Estância Termal Brejo das Freiras – o mesmo lugar onde começou a história do “açude que encolheu” – e lá se deu a negociação que, a princípio, mantinha a proposta feita por Benevides, ou seja, os camponeses deveriam sair das terras já brocadas e irem para outra e, como contrapartida, cada família iria receber um salário mínimo. Mas, os acampados não concordaram. Depois de muita conversação o governador autorizou Benevides a resolver o mais rápido possível a situação de Três Irmãos, fazendo o loteamento

das áreas reivindicadas para as 36 famílias que participaram do conflito. Os camponeses conquistaram mais uma vitória.

3.5 - A construção do Assentamento Três Irmãos

Assim como em outros assentamentos da Paraíba, o de Três Irmãos surgiu no início da década de 1990, no município de Triunfo – PB como o resultado da ação e luta camponesa pelo acesso à terra e água. Após os dois conflitos que se instauraram às margens da Barragem de Pilões, os rendeiros ganharam o direito provisório de posse dos lotes distribuídos pelo INTERPA (MOREIRA, 1997). Contudo, os novos assentados não tiveram acesso a projetos que lhes ajudassem a construir suas casas ou colocar energia elétrica nas moradias que já existiam antes dos conflitos.

De acordo com o Coordenador Regional da CPT/Sertão, Antônio Cleides Gouveia:

> Um Assentamento do estado não tem direito aos créditos que tem os assentamentos do INCRA, é apenas uma área de terra pública que o governo concede os títulos aos agricultores. Essas áreas não são reconhecidas pelo INTERPA como áreas de assentamento, são áreas de concessão de uso de terra pública. No caso de Três Irmãos, foram repassados os títulos para os agricultores. Eles não tiveram o direito ao crédito-habitação, ao fomento alimentação, aos créditos de infraestrutura (eletrificação, água), eles só tiveram a conquista da terra (Entrevista em: 23 de janeiro de 2009).

Os assentados apenas tiveram o acesso aos lotes, mas nenhum apoio do Estado, o que os levaram, com o acompanhamento da Comissão Pastoral da Terra/Sertão, a desenvolver projetos na comunidade e apresentá-los à organizações sociais, no intuito de angariar recursos. Obtiveram uma resposta da Cáritas Brasileira[88]. Com a aprovação do projeto, conseguiram os recursos

[88] A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Fonte:

necessários para construírem 22 casas. Segundo Chico Salú, foram quatrocentos e oitenta e um mil cruzeiros (Cr$ 481.000,00), que deu para comprar os materiais para a construção das casas, um burro, uma carroça e construir um cacimbão (poço).

> Aí, um dia, nós fizemos um projeto com a Cáritas Brasileira, através da CPT e da Diocese e eu me lembro que foi quatrocentos e oitenta e um mil ou foi quatrocentos e setenta e um mil cruzeiros que deu pra fazer um bocado de serviço. Compramos um burro, uma carroça, animais, faziam cacimbão [mas os cacimbões foram perdidos, porque não deram água] (depoimento do Sr. Chico Salú em entrevistada realizada em 11 de outubro de 2009).

O erguimento das casas ficou por conta do trabalho dos próprios assentados, que se reuniam semanalmente em um mutirão (conhecido como o mutirão das casas) para fazerem a limpeza das terras, fabricarem as telhas e os tijolos, prepararem o cimento, entre outras atividades (Fig. 08).

Fig. 08 – Mutirão durante a construção das casas no Assentamento Três Irmãos em 1991.
Fonte: Acervo fotográfico da Associação Comunitária Santo Antonio.

A primeira casa construída na comunidade foi a de Sr. Antonio Lão. Segundo ele, o trabalho do mutirão teve início em agosto de 1991 e em janeiro de

---

http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8; Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

1992, eles já tinham levantado as casas. Juntando as famílias que já tinham sido assentadas no primeiro conflito, em 1992 já existiam 65 residências no Assentamento. Atualmente, com o aumento das famílias, estima-se que esse número tenha aumentado para 74, ou seja, o número de famílias aumentou, mas não houve novas desapropriações, o que faz supor que alguns filhos constituíram família e passaram a residir no lote dos pais.

Atualmente, o PA Três Irmãos possui um prédio da Associação Comunitária, onde também está localizado o Banco Comunitário de Sementes (Figs. 8 e 9), um posto telefônico (Fig. 10), uma escola, duas igrejas - uma Católica (Figs. 11 e 12) e outra Evangélica (Fig. 13) e alguns bares.

Figs. 09 e 10 - Associação Comunitária Santo Antonio, da Bacia de Pilões. Foto tirada em 1995, por: Adelaide Pereira da Silva, (à esquerda). A Associação reformada (á direita). Foto tirada em 31 de julho de 2010 por Juliano Moreira do Nascimento.

Fig. 11– Posto Telefônico do PA Três Irmãos.
Arquivo fotográfico: Juliano Moreira do Nascimento.

Figs. 12 e 13. Igreja Católica - à esquerda, em 2009 e, à direita, em 2010.
Arquivo fotográfico: Juliano Moreira do Nascimento

Fig. 14. Igreja Evangélica Assembléia de Deus.
Arquivo fotográfico: Juliano Moreira do Nascimento.

As casas foram construídas no interior dos lotes, ficando assim, distantes umas das outras e também da Sede da Associação. Elas estão distribuídas em seis localidades dentro do Assentamento, denominadas de: Sítios Saco, Tabuleiro Grande, Croá, Vertente, Mulunguzinho e Três Irmãos.

Antes do projeto da Cáritas, a única forma dos assentados terem acesso à água para o consumo familiar era no sítio Saco, que ficava a “quase meia légua” de distância e que, após os conflitos, com o aumento das famílias na comunidade, fez-se necessário aprofundar o poço porque, de acordo com Chico Salú: - não se tinha água aqui em canto nenhum, era um poço que no fim da seca a água se acabava.

Além do recurso destinado à compra de ferramentas e de materiais para a construção das casas e do cacimbão, foi feito um “mutirão de alimento”[89], que distribuiu cestas básicas, através da Diocese de Triunfo, com o intuito de ajudar as famílias e estimular o trabalho comunitário[90]. O esforço e o trabalho coletivo entre os assentados tornou-se referência dentro e fora da comunidade.

Quanto à Associação Comunitária, com o tempo, os assentados aprenderam a lidar com a parte técnica e burocrática, e foram ganhando autonomia. Ela tem desempenhando um importante papel de representação do Assentamento.

O trabalho de gestão dos assentados contribuiu para que os agentes da CPT/Sertão - que acompanharam o assentamento por alguns anos, após o segundo conflito - concluíssem que eles já podiam dar continuidade à coordenação do Assentamento e da Associação Comunitária. Esta já conquistou espaço e respeito não só dos assentados de Três Irmãos, como de outros Assentamentos da região.

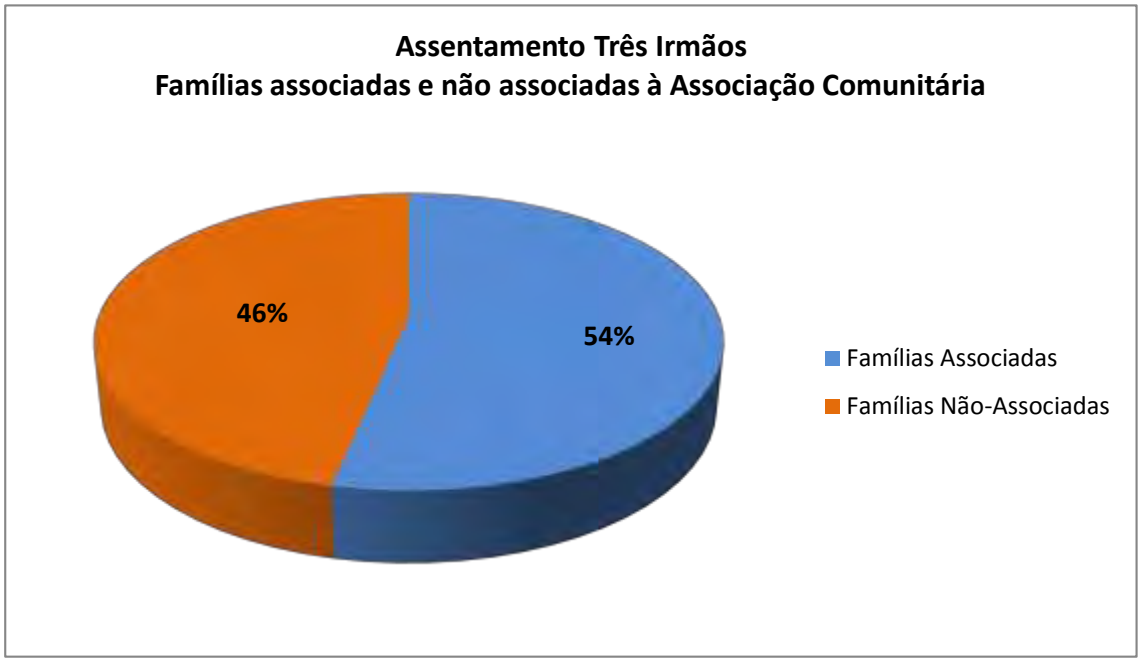
A coordenação da Associação Comunitária é formada por sócios moradores do Assentamento. Vicente da Viúva relatou que não é fácil manter uma Associação com todos os pagamentos em dia, acompanhar os projetos, participar das reuniões das Associações Comunitárias do município de Triunfo e manter os sócios bem informados. Tudo isso só é possível com a participação e envolvimento da própria comunidade, que se reúne cada primeiro domingo do mês, nas reuniões ordinárias da Associação. Atualmente, das 74 famílias assentadas, 40 (54%) são sócias da Associação.

---

[89] O trabalho de distribuição de alimentos é conhecido como “mutirão de alimentos”.

[90] Nesse período não tinha energia elétrica na comunidade, nem posto telefônico. A estrada de acesso às cidades vizinhas (Triunfo, Santa Helena e São João do Rio do Peixe) era de barro, o que dificultava o acesso aos municípios.

Gráfico 01



Fonte: Pesquisa de campo.

Para os sócios, fazer parte das discussões e das reuniões da Associação é importante para a comunidade, mas nem todos desempenham a sua função na sede, o que acaba ocasionando um acúmulo de trabalho nas mãos de uma minoria. E isso pode ser observado pela pouca rotatividade dos candidatos aos cargos durante as eleições, e também, pelo número de inscritos nas chapas que não participam diretamente das atividades da Associação.

Sobre as razões de parte significativa das famílias não serem sócias e, consequentemente, não participarem da Associação, levantamos as seguintes hipóteses, a partir das observações de campo e das entrevistas realizadas: a) há falta de interesse ou de estímulo; b) dificuldade devido à distância entre a Sede da Associação e as residências (em alguns casos, o percurso chega a ser de 05 km (ou mais) e eles o fazem a pé.); c) as famílias não necessitam do Banco de Sementes Comunitário; d) algumas famílias só se associam em caso de necessidades pessoais, como por exemplo, garantir o acesso aos projetos do governo.

Entrevistamos 21 associados durante as nossas participações nas reuniões da Associação. Para todos eles, o Banco de Sementes se destaca como um

atrativo, pois, a partir do momento que um assentado se torna sócio da Associação, automaticamente, passa a fazer parte do mesmo.

É sobre o Banco de Sementes Comunitário, em particular, o BSC de Três Irmãos, que trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

O BANCO DE SEMENTES COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS: RESISTÊNCIA, LIBERDADE E AUTONOMIA CAMPONESA

CAPÍTULO IV

4 O BANCO DE SEMENTES COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO TRÊS IRMÃOS: RESISTÊNCIA, LIBERDADE E AUTONOMIA CAMPONESA

A organização em mutirões e o trabalho comunitário das famílias assentadas em Três Irmãos motivaram a busca por alternativas que ajudassem no desenvolvimento do Assentamento. Do recurso financeiro oriundo do projeto da Cáritas Brasileira sobrou certa quantia cuja forma de utilização foi discutida em assembléia realizada na sede da Associação. Dentre as proposições feitas, uma foi aprovada: a criação de um banco de estocagem de sementes dentro da comunidade que pudesse garantir a todos os assentados o acesso a esse insumo natural de forma livre, gratuita e a qualquer período do ano.

4.1 A origem do Banco de Sementes Comunitário do Assentamento Três Irmãos

Para falar do BSC de Três Irmãos, considera-se importante deixar claro o significado dos bancos de sementes e a importância das sementes nativas também denominadas de sementes crioulas, tradicionais ou “sementes da paixão”. As sementes tradicionais são sementes adaptadas às condições naturais do seu ambiente de origem daí sua grande diversidade.

> Então, determinada região tem sua semente porque chove mais, chove menos. Então, ela é resistente àquela condição. Por isso, o grande achado das sementes nativas é essa característica: são sementes locais e adaptadas a cada realidade (declaração de Emanoel Dias da Silva, engenheiro agrônomo e assessor técnico do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades - Patac)[91]

[91] Cf. Saiba mais sobre os bancos de sementes. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/noticias/2009/02/13/saiba_mais_sobre_os_bancos_de_sementes/?sms_ss=blogger&at_xt=4cf8050b4e65e685,0

Outro aspecto interessante das sementes nativas é que elas atendem tanto às preferências culturais como, os gostos das famílias.

No caso dos Bancos de Sementes existem dois tipos: os Bancos de Sementes Comunitário (BSC) e os Bancos de Sementes Familiares (BSF). Para Paula Almeida (2002)[92], o BSC constitui o que ela denomina de “estoque extra”. Neles as famílias depositam uma parte de sua colheita para utilizar na safra seguinte. Ela observa, ainda, que o banco de sementes é uma experiência de solidariedade, pois os associados depositam sempre uma quantidade a mais de sementes do que tomaram emprestado, para que outras pessoas da comunidade possam se integrar ao mesmo. Além disso, são espaços de recuperação das sementes nativas que estão ameaçadas devido ao uso das sementes melhoradas e das transgênicas nos roçados.

> Na Paraíba, por exemplo, já foram resgatados mais de 210 tipos de sementes, depois dos bancos de sementes [...]. A iniciativa de formar o banco parte da própria comunidade, com o apoio de organizações não-governamentais, igrejas ou sindicatos. Para começá-lo, os agricultores e agricultoras precisam de um aporte inicial de sementes que varia de comunidade para comunidade e, também, da necessidade de cada família. “Tem lugares em que a terra é pequena e os agricultores plantam pouco, consequentemente, eles vão precisar de uma quantidade menor de semente comparado aos que têm um espaço maior para plantar”, explica Almeida. As variedades de sementes também mudam de banco para banco. Em geral, eles começam com um ou dois tipos de sementes. As mais comuns são as de feijão e milho. Mas, existem bancos com mais de 10 variedades (Almeida, 2002).

A idéia de se construir um Banco de Sementes Comunitário (BSC) no PA Três Irmãos foi de Chico Salú, que havia conhecido uma experiência de estocagem de sementes no final da década de 1950, no estado do Ceará a qual tinha como finalidade atender às necessidades de plantio e consumo de toda uma

[92] Paula Almeida é agrônoma e assessora técnica da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

comunidade. Isso chamou sua atenção, porque ele só conhecia esse tipo de experiência no âmbito das casas de família e destinada apenas ao uso familiar[93].

Comenta-se que os primeiros registros de BSC no Brasil surgiram na década de 1970, mas, de acordo com o depoimento de Chico Salú, os camponeses do estado do Ceará já conheciam esta experiência desde o final da década de 1950, o que leva a crer que os BSC podem ser bem mais antigos.

De acordo com Almeida e Cordeiro (2001), a experiência dos Bancos de Sementes Comunitários surgiu através da ação da Igreja Católica, junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) em diversas dioceses e paróquias do Nordeste. Para os autores, o Banco de Sementes Comunitário foi um dos meios encontrados pelos agentes da Igreja Católica para minimizar os impactos causados pela escassez de sementes nos períodos de plantio e reduzir a dependência dos camponeses em relação aos grandes fazendeiros e políticos.

Chico Salú, em seus depoimentos, tratou a origem do BSC de Três Irmãos, como se fosse um "romance". A história a seguir, relata como se deu o primeiro contato dele com esta experiência:

> A história desse Banco de Sementes é quase um romance. Vem dum tempo que não existia Banco [de sementes], nem notícia, que a gente nem conhecia. Em 1958, eu estava trabalhando no Inhamuns[94]. Eu trabalhava em açude, fazendo construção de açudes com jumentos. O cabra com cem, cento e tantos jumentos, num açude trabalhando, era que nem formiga de roça. Eu trabalhei muito. Em 1958 eu passei o ano todo trabalhando no Inhamuns, Tauá, Parambú, Cariús, Catarina. E lá, chegou um dia, eu andando mesmo atrás de uma "empeleita"[95], cheguei numa casa e estava tendo uma reunião. Em 1958 o tempo era ruim também. Estavam nessa reunião, assim, umas dez pessoas. E eu passei um pedaço da tarde lá e fiquei observando. Aí, peguei a especular deles e eles disseram: "Aqui é um banquinho de sementes que nós temos, esse ano foi seco". Naquele tempo eles guardavam nos litros de vinho Dom Bosco. Tudo cheio de feijão, milho e arroz que era para em 1959 estarem prevenidos - "Nós

[93] A estocagem de sementes dentro das casas é uma tradição camponesa antiga, que até hoje é preservada. A partir das reservas colocadas em litros (geralmente de vinho), eles tinham (e ainda têm) acesso às sementes durante todo o ano, usando-as nos períodos de plantio ou de escassez de alimentos.

[94] O Sertão de Inhamuns é uma das microrregiões do estado do Ceará pertencente à mesorregião dos Sertões Cearenses. Sua população foi estimada em 2005 pelo IBGE em 144.364 habitantes e está dividida em seis municípios. Possui uma área total de 11.692,761 km².

[95] Forma popular de referir-se a serviço de empreitada.

> temos esse banco de sementes e não podemos acabar com ele não" - E eu fiquei com aquilo na cabeça. Eu digo: "E como é que vocês fazem?" – e eles: "A gente leva, e quando é no fim que colhe, traz. Se levar 10 litros, traz 12". Isso em 1958, e nós fundamos o daqui, em 1992 (depoimento de Chico Salú durante entrevista realizada em 31 de julho de 2010).

Este conhecimento, compartilhado por Chico Salú com os demais assentados, obteve a aprovação dos membros da Associação Comunitária, e assim, deram início à criação do Banco de Sementes Comunitário (BSC) em agosto de 1992. Para isso, decidiram que o BSC ficaria em um quarto (espécie de depósito), localizado por trás da sede da Associação. Após esta decisão, foi organizada uma comissão para efetuar a compra de dois silos e das primeiras sementes a serem armazenadas, conforme explana Chico Salú:

> (...) Aí nós compramos em Cajazeiras 20 sacos de milho, 10 sacos de feijão, 10 quartas de arroz, sei que deu 2.250 quilos. Começamos daí, com a proposta do cabra levar dez litros e pagar com doze. Quem não pagasse no primeiro ano e deixasse para o ano seguinte, pagava com vinte e quatro, mas nunca aconteceu não. (depoimento de Chico Salú durante entrevista realizada em 31 de julho de 2010).

Fig. 15-. Chico Salú durante uma reunião na Associação do Assentamento Três Ir - mãos.

Fig. 16 - Chico Salú repassando seus co- nhecimentos sobre os cuidados com as se- mentes.

Arquivo fotográfico: Juliano Moreira do Nascimento.

Após a compra das sementes, foi necessário pensar sobre novas dinâmicas que pudessem estimular o desenvolvimento do Banco. Assim, os assentados se organizaram em mais um mutirão. Duas vezes por semana, encontravam-se para fazer trabalhos comunitários no roçado da Associação, localizado na área de massapê. Esta atividade tinha a finalidade de juntar as famílias para a limpeza da terra, o plantio, a colheita, a separação e secagem das sementes, a fabricação de silos, a organização do BSC. Nesse processo, as sementes produzidas eram direcionadas para o Banco de Sementes, onde eram estocadas e disponibilizadas durante todo o ano para a própria comunidade.

No primeiro ano, apesar do crescimento do estoque, percebeu-se certo desinteresse por parte dos assentados que trabalhavam como voluntários no roçado comunitário, os quais, às vezes, faltavam ou desistiam de participar das atividades. Isso motivou os associados a buscarem um meio de estimular o trabalho comunitário através do compartilhamento da produção entre eles. Assim sendo, ficou acordado que, 40% da produção seria estocada no BSC e os 60% restantes seriam divididos entre os 18 trabalhadores que participaram do mutirão. Cerca de setenta e quatro sacos de milho foram colhidos, dos quais 30 sacos ficaram no BSC e 44 com os trabalhadores. Com isso, eles garantiram a semente para o plantio, consumo familiar e para vender; além disso, ajudaram, de forma coletiva, no aumento do estoque do Banco e descobriram que um bom desempenho do BSC poderia beneficiar toda a comunidade.

Sendo assim, o Assentamento Três Irmãos passou a ser a primeira comunidade a desenvolver uma experiência de Banco de Sementes Comunitário no Alto Sertão da Paraíba, coordenado pelas próprias famílias assentadas. Um passo muito importante para os camponeses que (re)encontraram nas antigas práticas de estocagem de sementes, uma alternativa para fortalecer as suas relações com o território de esperança, construído a partir do esforço e da esperança em adquirir melhores condições de vida, e também, minimizar os impactos causados pelas limitações climáticas de semiaridez e pelas condições de subordinação aos patrões, prefeituras, políticos e grandes empresas, às quais estavam submetidos.

4.2 Por dentro dos Bancos de Sementes Comunitários

Desde sua criação, o Banco de Sementes Comunitário de Três Irmãos é organizado, coordenado e gerenciado pelas famílias que moram no Assentamento. Na concepção de Almeida e Freire (2003):

> Os bancos de sementes comunitários, através de seu processo de gestão, que envolve reuniões e debates comunitários, favorecem o intercâmbio entre os agricultores, de material genético e conhecimento sobre o manejo da biodiversidade. Deste modo, a gestão coletiva potencializa circuitos vicinais de informação pré-existentes: mais sementes são trocadas, introduzidas, avaliadas, selecionadas e desenvolvidas pelas famílias de agricultores (p. 294).

Nesse caso, a prática de seleção e estocagem de sementes é importante, não só como reserva de insumos naturais, mas também, está intimamente ligada à própria história dos camponeses que as produzem numa relação em que predominam o acúmulo e a troca de saberes e sabores.

No BSC, são estocadas diversas sementes adaptadas às realidades dos camponeses, resultado de anos de experimentações e práticas de melhoramento natural. De acordo com o coordenador regional da CPT/Sertão, Antonio Cleides, para se criar um BSC é preciso que haja a união e trabalho de toda a comunidade, no intuito de desenvolver e manter o Banco de Sementes. Para ele, o banco de sementes

> [...] pode ser criado de várias formas, pode ser feito uma cota, aonde cada agricultor entra com uma parte das sementes e junta ali vinte ou trinta famílias e cria-se um banco de sementes selecionadas. Ou eles podem criar um roçado comunitário ou pode ser através de projetos, onde, por exemplo, a Asa-Paraíba consegue recursos. Tem várias dinâmicas. É necessário que primeiro a comunidade entenda a importância, o valor e queira o Banco de Semente, porque, o Banco dá trabalho. Pois tem que ter pessoas para organizar o recebimento das sementes, registrar, armazenar e distribuir na época certa. Tem que ter uma comissão à frente do Banco, que façam registros de entrada e de saída. Tem que ter silos para armazenar. (depoimento colhido através de entrevista realizada em: 23 de janeiro de 2009)

Com o passar do tempo, os camponeses aprenderam a cuidar das sementes, desenvolvendo formas de garantir o seu potencial de germinação durante alguns anos, estando sempre prontas para o plantio nos roçados. Uma dessas formas foi armazenar as sementes em recipientes, protegendo-as da umidificação (que acelera a germinação) e da entrada de ar (que potencializa a proliferação de insetos que se alimentam das sementes).

Como vimos anteriormente, a partir do momento em que um assentado (antigo ou novo) decide entrar para a Associação Comunitária de Três Irmãos, automaticamente, torna-se sócio do BSC. Ao entrarmos no BSC, encontramos diversas sementes armazenadas em silos (que variam de 180 kg a 720 kg) e em garrafas de plástico (diversos tamanhos) (Figs. 17,18,19), que são adequadas para a conservação, por garantirem a baixa umidade e uma melhor vedação[96], assim como em sacos, cuias[97] (Fig. 20) e pequenos potinhos de demonstração para os visitantes. Em sua maioria, são estocadas sementes de feijão, milho e arroz, mas, também podem ser encontradas pequenas quantidades de gergelim, fava e melancia.

Nas figuras a seguir, observa-se o salão onde estão guardados no BSC do Assentamento Três Irmãos os silos com sementes, garrafas *pets* e outros recipientes além de sacos de sementes.

---

[96] Segundo Almeida e Cordeiro (2001), para conservar a qualidade das sementes e ajudá-las a manter seu vigor de germinação, é preciso que sejam armazenadas em um recipiente vedado, que impossibilite a entrada de ar e a consequente proliferação dos insetos, como por exemplo, a lagarta, o bicudo, entre outros.

[97] Segundo o dicionário Aurélio cuia significa fruto de cuieira ou vaso feito do fruto de cuieira maduro e esvaziado de miolo. No campo nordestino a cuia é tradicionalmente utilizada como um recipiente que serve para medir uma determinada quantidade de produto. Por exemplo, usa-se “uma cuia de milho; uma cuia de feijão” como medida de uma quantidade determinada (a cuia) desses grãos.

Figs. 17, 18 e 19 – Fotos do BSC de Três Irmãos com as sementes guardadas em silos, garrafas *pets* e sacos. Arquivo fotográfico: Juliano Moreira do Nascimento

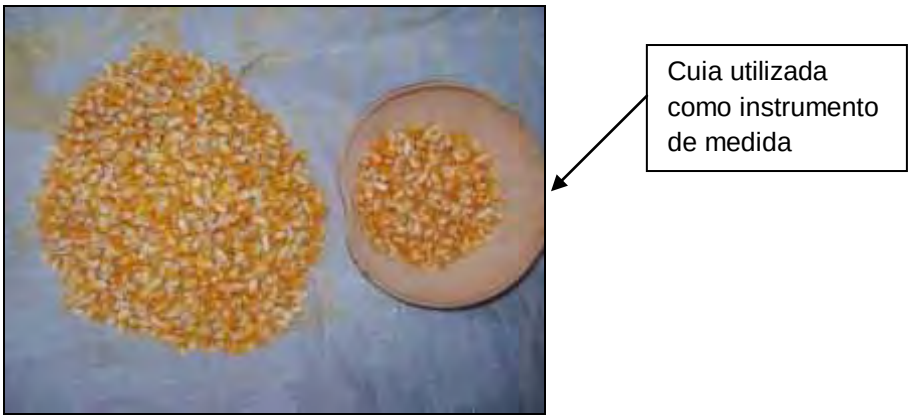


Fig. 20 - Cuia utilizada durante os empréstimos de sementes no BSC.
Arquivo: Juliano Moreira do Nascimento.

A criação do BSC dentro do assentamento trouxe algumas mudanças no modo de se pensar a agricultura camponesa. Primeiro, enfraqueceu ou, em alguns casos, acabou com as relações de dependência dos camponeses com os patrões, políticos, prefeitura, e governo do estado[98]. Segundo, garantiu a semente no tempo certo de plantio, o que nunca ocorria, pois, a distribuição das sementes pelo Estado historicamente é feita depois do período de plantio, o que prejudica

[98] Como vimos nos capítulos anteriores, antes da criação do Assentamento Três Irmãos, os camponeses sobreviviam da pouca produção que tinham e eram obrigados a entregar uma parte como pagamento pelo uso das terras aos patrões ou ao governo (DNOCS).

fortemente o agricultor.

Sobre essas mudanças, sobretudo a primeira, Chico Salú, em relatos disse que, antes do BSC, era comum os camponeses recorrerem às prefeituras, esperar as sementes distribuídas pelos programas do governo (que chegavam tardiamente às comunidades)[99] ou trabalharem nas fazendas ou até mesmo nos roçados dos vizinhos, em troca de um litro de sementes como pagamento, para que pudessem plantá-las. De acordo com ele:

> Quando entrou 90 e 91[100], os anos não eram bom, não era favorável que nem em certos anos prá cá. Era um sacrifício, muita gente deixava de plantar porque não tinha um litro de legume em casa, ia primeiro arranjar na casa de seu fulano, outros chegavam "Nam, você vai trabalhar hoje? Se for sim, eu forneço um litro de milho ou litro de feijão prá plantar". E era essa confusão. (depoimento colhido através de entrevista realizada em: 19 de março de 2009).

Vicente da Viúva complementou dizendo que:

> o povo era muito agregado aos políticos, prefeituras, a maioria confiava nas prefeituras e comia toda sementezinha que tinha em casa para esperar que quando chovesse no outro dia ia bater na porta do prefeito. A gente aqui nunca gostou disso, e muita das vezes eu via minha mãe dizer: "Rapaz, o feijão que tem é só o da casa" e muitas vezes meu pai dizia "Não, abre um litro" [...] sem ter nenhuma expectativa, assim, de que quando chovesse fosse buscar sementes a não ser nas prefeituras, e a gente continuava até essa época que foi criado o Banco de Semente, vinha nesse mesmo rojão. E quando a gente criou esse Banco de Sementes, acabou aquilo ali. A gente não lembra mais de prefeitura, EMATER. Muitas vezes são eles que vêm procurar a gente. (depoimento colhido através de entrevista realizada em 19 de março de 2009).

Os assentados relataram que nos anos anteriores à criação do BSC, era comum a visita de alguns políticos da região durante os períodos de plantio. Pois, esses últimos, aproveitavam-se da escassez de sementes e ofereciam "favores",

---

[99] Segundo Chico Salú: "Quando (as sementes) vinham, muita gente já tinha feito um sacrifício, plantado, ou o mato já tinha tomado de conta, mas as (sementes) da EMATER não resolvia nada, porque não chegavam a tempo."

[100] Refere-se aos anos de 1990 e 1991.

ou seja, negociavam as sementes em troca dos votos das famílias. Assim, ao aceitarem as sementes, os camponeses tornavam-se dependentes dos políticos. Como foi discutido anteriormente, as sementes também são usadas pelos fazendeiros como pagamento pelos trabalhos dos camponeses nas fazendas, ou é exigida por aqueles como pagamento da renda da terra através dos regimes de parceria (meia, terça ou quarta). Em ambos os casos, percebemos a importância das sementes para a autonomia dos camponeses nos roçados e na sua alimentação. A falta desse insumo natural abre caminho para a dependência junto às prefeituras, aos programas de distribuição de sementes, aos grandes fazendeiros, entre outros.

O maior desafio para os camponeses, porém, está na instabilidade climática da região[101], pois uma seca prolongada ou chuvas excessivas (grande quantidade de chuva em períodos curtos) podem inviabilizar por completo a reprodução das sementes nos roçados e, no caso das comunidades que possuam um BSC, isso é refletido através da redução dos estoques (empréstimos maiores que as devoluções).

Chico Salú relatou que o banco já chegou a ultrapassar mais de sete mil quilos de sementes, mas, por conta das secas prolongadas que aconteceram entre os anos de 1998 e 1999, o estoque foi reduzido a uma média de quatro mil quilos, e até este ano de 2010, ainda não tinha conseguido recuperar a quantidade anterior. De acordo com ele:

> Quando foi em 98[102], aqui foi seco, nós plantamos e perdemos quase tudo. Quando foi em 99 plantemos novamente, uns tiraram e outros não, foi quase seco de novo e o silo velho aguentando a barra. Quando foi em 2000 tinha um resto de um milho e um feijão, já com três anos e eu: - agora nós vamos arriscar a perder a planta [...] mas eu nunca vi uma felicidade daquela, parece que nasceu melhor, porque ninguém tinha. Aí sustentamos, todo mundo tirou legume, que deu prá pagar o que tirou, outros pagaram de 99 ainda, que não pode pagar e de 98 teve alguém que pagou. Agora teve gente que achou foi bom, num pagou não, o prejuízo não foi pequeno não, mas de qualquer maneira daí prá

[101] "A região, caracterizada pelo clima semiárido, é marcada por um período seco, denominado verão, com duração de aproximadamente 6 meses, alterando-se com um período de chuvas, o inverno" (ALMEIDA e FREIRE, 2003, p. 284).
[102] Quando o entrevistado se remete a 98, 99, ele faz referência aos anos 1998 e 1999.

> cá nós sustentamos e até hoje estamos sustentando. Graças a Deus não falta legume não. (depoimento colhido através de entrevista realizada em 19 de março de 2009).

> [...] teve cabra que foi embora prá São Paulo devendo mais de trezentos quilos, outros, cinco sacos de legumes. Assim foi, dois sacos para um, dois sacos para outro, quando a gente tá confiando no povo é uma desgraça, quando apertamos o "sapato velho" já foi tarde, já estava era de quatro mil quilos prá cá. Hoje a gente vem sustentando, mas tem comido fogo. (depoimento colhido através de entrevista realizada em 31 de julho de 2010).

Em 2009, o banco de sementes tinha em seu estoque algumas variedades de feijão, arroz e milho. Foram contabilizados pelo presidente do BSC, sete sacos[103] de feijão canapú; 33 sacos de milho, sendo 25 sacos do tipo Posto Rico, 3 sacos do tipo híbrido, 3 sacos do tipo Ligeirinho e 2 sacos do tipo branco; 12 sacos de arroz, sendo 8 sacos do tipo RI, 4 sacos do tipo R4 e; 15 litros de gergelim.

Ao final daquele ano, por conta dos empréstimos para o plantio no ano de 2010, houve uma redução natural nos estoques. O aumento da procura por sementes está relacionado à perca da produção de alimentos, devido a um período de chuvas irregulares com grande quantidade de precipitação, que causou alagamento nos roçados prejudicando a plantação.

Em nossas últimas visitas em julho de 2010, os empréstimos ainda não tinham sido quitados e o BSC não mais dispunha de sementes de feijão e de fava, disponibilizando apenas 27 sacos de milho (RI e brilhoso), 06 sacos de arroz e 12 litros de gergelim (Gráfico 02).

[103] Sacos de 60 kg.

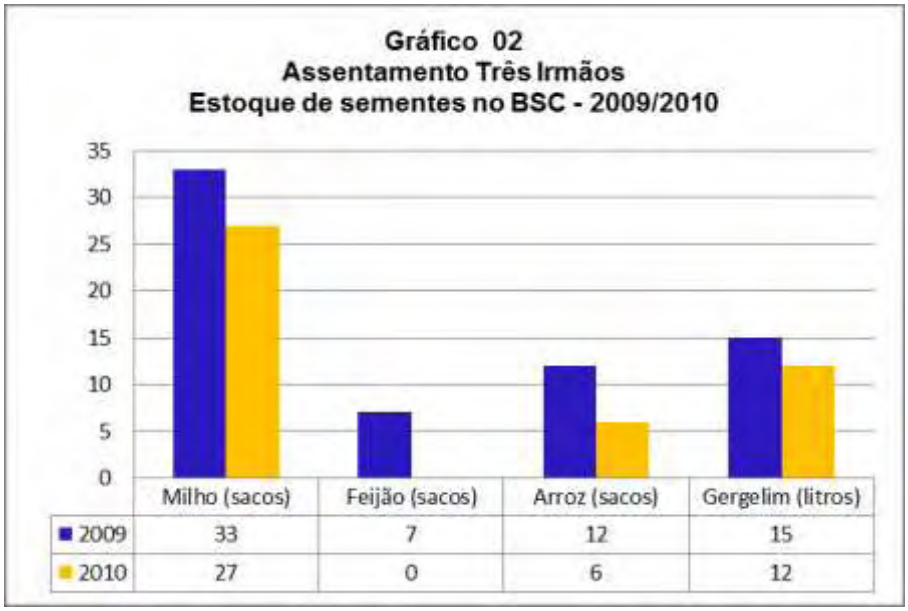


Gráfico 02: Estoque de sementes do assentamento Três Irmãos – 2009/2010
Fonte: Pesquisa de campo.

Em 2010, devido à queda do número de devoluções pelos motivos acima citados, algumas sementes como o feijão e a fava, esgotaram-se. De acordo com Chico Salú, a esperança de essas sementes voltarem a ser disponibilizadas no BSC depende de como será a safra de 2011, pois somente com uma boa colheita, os camponeses poderão devolver as sementes requisitadas e o estoque poderá ser renovado.

Sobre a distribuição das sementes no BSC, elas ocorrem em meados do mês de dezembro, quando se aproxima o inverno (geralmente de janeiro a maio naquela região). Os dias de empréstimos são previamente determinados pela comissão do BSC que, durante as reuniões, agendam as datas com os sócios.

Para ser sócio do BSC é necessário obedecer a algumas normas regimentares, tais como: participar de três reuniões consecutivas; pagar uma mensalidade estipulada pela comissão[104]; participar das reuniões que ocorrem a cada segundo domingo de cada mês; devolver com acréscimo de 20% as sementes adquiridas no banco.

[104] No período em que foram realizadas as visitas ao Assentamento Três Irmãos, a mensalidade estipulada pela Associação Comunitária era de R$ 1,50 (um real e cinqüenta centavos). Um valor simbólico, mas que contribui para o pagamento de algumas despesas, como: contas de energia, conserto dos silos e compra de ferramentas, cera de arapuá, zinco para a construção de silos, sacos de nylon, reforma ou pintura da sede da Associação, entre outras.

O acréscimo de 20% a todos os empréstimos de sementes tem por finalidade o aumento do estoque e a sua revitalização. De forma rotativa, o banco se mantem com uma oferta de sementes novas, de qualidade e boas para o plantio, atendendo anualmente à demanda da comunidade.

No que tange ao método utilizado para os empréstimos e devoluções, percebemos que normalmente não se usa balança para pesar as sementes. Os instrumentos de medida utilizados são cuias, sacos ou garrafas. A saída das sementes fica registrada em recibos que são assinados pelos assentados que fazem os empréstimos. Abaixo, apresentamos um modelo de recibo cedido pelo camponês Chico Salú.

RECIBO

N.º

Cr$

Recebi (emos) do (s) Sr. (s) Banco Comunitário

5 cuia de feijão

a importância de

Proveniente

Para clareza firmo o presente recibo.

Fig. 21 – Modelo de recibo utilizado para registro dos empréstimos de sementes feitos no BSC. Arquivo: Juliano Moreira do Nascimento

Durante a pesquisa, observamos o trabalho de Chico Salú[105] no compartilhamento das sementes e percebemos que, por mais que a comissão escolhida pela comunidade fosse composta de quatro pessoas, as atividades ficavam concentradas apenas nas mãos do presidente. Para ele, ser presidente (e cuidador) do BSC exige muito esforço, tempo e dedicação, pois a grande maioria dos sócios apenas comparece ao BSC durante as reuniões mensais ou nos

[105] Chico Salú foi o idealizador do BSC de Três Irmãos e o seu presidente desde a criação do banco até o dia do seu falecimento, em 31 de julho de 2010.

períodos de distribuição ou devolução de sementes. Quando perguntado sobre a sua função no banco de sementes ele respondeu:

> É tudo. É distribuição, é receber, é armazenar, é classificar, se tá dando doença nas sementes, se deve botar no sol prá matar o gorgulho. E assim acontece. Se um silo der defeito, o cabra tem que acudir. Porque se o cabra não acudir, quando der fé se perde. (depoimento colhido através de entrevista realizada em 31 de julho de 2010).

A concentração de trabalho nas mãos de um só membro ou de uma minoria dos sócios é um dos problemas enfrentados não só pelo BSC de Três Irmãos, mas também por outros bancos de sementes da Paraíba. Além deste entrave, outras dificuldades[106] são encontradas nos BSC como: devolução de sementes de má qualidade (sem tratamento ou seleção e/ou distribuídas pelo governo); atraso e/ou não pagamento dos empréstimos; ausência nas reuniões; falta de interesse; falta de pagamento da mensalidade. (ALMEIDA e CORDEIRO, 2001).

De acordo com Vicente da Viúva (presidente da Associação), já se tentou, em outras vezes, estimular os assentados a participarem mais das ações e discussões que acontecem na comunidade, mas ele acredita que alguns dos assentados só ajudam quando precisam de algum documento (que comprove que são sócios) ou quando sabem que há algum pagamento pelos trabalhos prestados. Para ele,

> [...] tem gente que mora na comunidade, mas fica um pouco isolado. Às vezes chega o dia da reunião e eles só colocam a cabeça pela janela. A gente manda entrar, às vezes sentam e sai. Aquele negócio que eu vejo, tem gente que saiu e tem vergonha de voltar. [...] outros que saem por pendência e acham melhor sair, eu acho errado, deveriam continuar (depoimento de Vicente da Viúva colhido através de entrevista realizada em 31 de julho de 2010).

[106] De acordo com Almeida e Cordeiro (2001, p. 39), em alguns BSC da Paraíba são identificados problemas como: concentração de poder do presidente da associação, má administração do grupo gestor, devolução de sementes de má qualidade.

Chico Salú, também fez o seguinte comentário:

> Só aparecem [os associados] nas reuniões. Olhe, não tendo interesse próprio não adianta não. Quando é de interesse coletivo, é mais difícil. Se tivesse todo fim de semana um pagamentozinho ou uma feira, não faltava ajuda não, ia ter gente demais. Dá para fazer até uma seresta [risos] (depoimento colhido através de entrevista realizada em 31 de julho de 2010).

A princípio, pode parecer uma brincadeira de Chico Salú ao se referir à participação de alguns assentados como uma seresta, contudo, observamos que existe certo medo por parte dos gestores ao se pensar em um possível fim do BSC, caso a comunidade passe a desvalorizar o banco de sementes.

Apesar da ausência de algumas famílias no BSC, verificou-se, como visto anteriormente, que das 74 famílias assentadas, 40 delas (54%) são sócias. Esses dados demostram que há uma diferença mínima entre o número de famílias associadas e o das não associadas.

Para os assentados, o banco de sementes representa um atrativo para a participação da comunidade na Associação Comunitária. Muitos deles têm receio de faltar às reuniões e perder o direito de fazer os empréstimos de sementes.

Desde a sua criação, o banco de sementes tem trazido alguns benefícios ao Assentamento, inclusive o reconhecimento de sua importância tanto em nível local, como regional, nacional e até internacional. Países como a Alemanha, os Estados Unidos, a Espanha e a França têm, através de parcerias com a CPT/Sertão e algumas ONG, valorizado os intercâmbios à comunidade, no intuito de conhecerem melhor a dinâmica própria de estocagens de sementes pelas famílias camponeses do Assentamento[107]. O Assentamento também já foi objeto de pesquisa de dissertações[108], foi campo para projetos de extensão da Universidade Federal de Campina Grande; serviu de base para a criação de

---

[107] Graças aos projetos e intercâmbios articulados pela CPT/Sertão e a ONG Aktionskreis ***Pater Beda*** für Entwicklungsarbeit da Alemanha.

[108] A exemplo da dissertação de mestrado de Adelaide Pereira Silva, "*Da sombra do juazeiro à luz elétrica ou de como iluminaram-se as consciências – a construção da cidadania.* UFCG. Campina Grande, 1997.

alguns projetos da ASA-PB, AS-PTA e CPT/Sertão, como a Rede Sementes; e de matérias do Jornal Nacional (rede Globo)[109].

Várias dúvidas surgiram durante as visitas feitas ao Assentamento, uma delas foi: “Por que, mesmo tendo um respaldo nacional e internacional, o BSC não conta com a participação de todas as famílias assentadas?”. Algumas explicações podem ser elencadas, como:

- falta de interesse dos assentados – com o passar dos anos, percebeu-se uma certa acomodação de algumas famílias que não participavam das articulações feitas na comunidade;
- a distância entre a sede da Associação e as glebas (em algumas áreas essa distância chega a mais de 5 km, como o Saco, por exemplo);
- inadimplência e consequente afastamento do BSC – muitas vezes, por vergonha ou desestímulo, os assentados que estão em dívida com o banco de sementes abandonam as reuniões da Associação Comunitária;
- possuem um Banco de Sementes Familiar (BSF) – Algumas famílias estocam as sementes em suas casas, reservando-as para os momentos de crise;

Percebemos que o fato de algumas famílias não possuir um BSF ou não serem sócias do BSC faz com que elas, ao perderem as suas sementes, fiquem sem muitas alternativas, sendo forçadas a comprar nas feiras, recorrer aos vizinhos, patrões, prefeituras, políticos ou governo do estado, repetindo o ciclo de dependência. Por outro lado, essas opções também representam, o que Almeida e Cordeiro (2002), consideram como formas de acesso dos camponeses às sementes (Fig.21).

[109]Disponível em: http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM805228-7823-AGRICULTORES+NORDESTINOS+CELEBRAM+DIA+DE+SAO+JOSE,00.html – Acesso em: 23 de outubro de 2008.

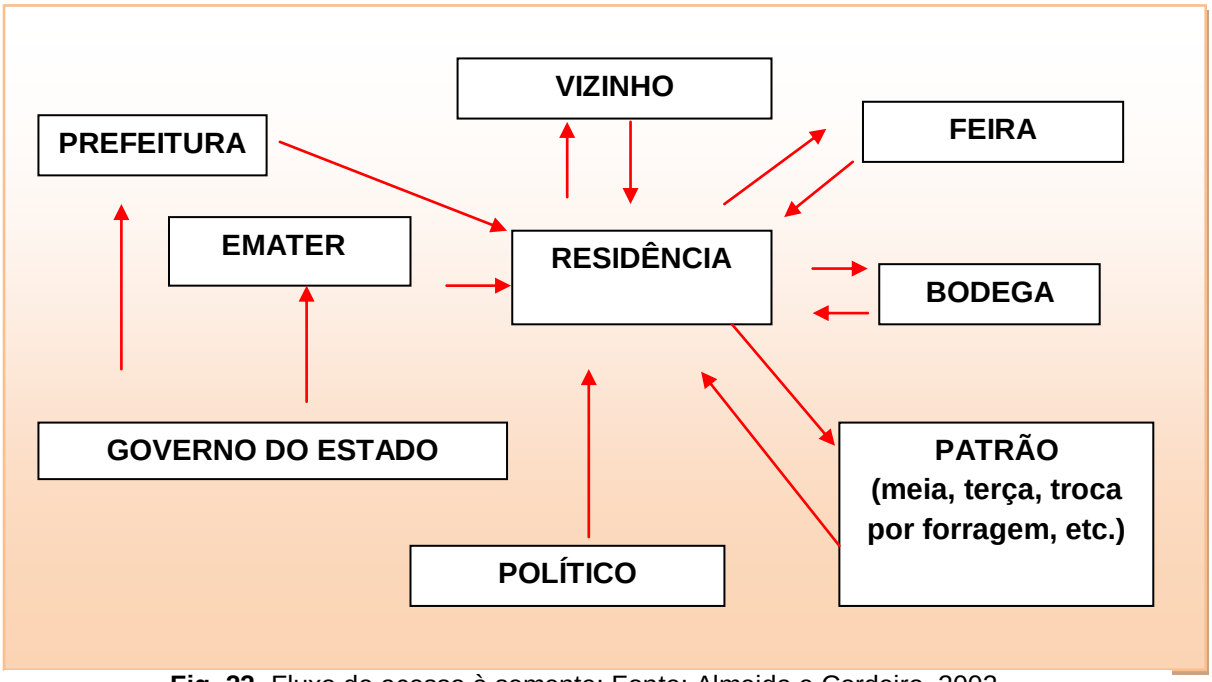


Fig. 22- Fluxo de acesso à semente; Fonte: Almeida e Cordeiro, 2002.

De fato, ao perderem as suas sementes, os camponeses perdem também a autonomia e o controle sobre a sua produção, pois os outros meios de adquiri-las levam a algum tipo de subordinação. Percebe-se que, quando os camponeses perdem o contato com as suas sementes naturais e adaptadas às suas localidades, eles não têm escolha a não ser recorrer a quem lhes possa oferecer esse insumo para o plantio ou para alimentar a família.

O que acontece é que essas sementes vindas de fora, muitas vezes comprometem a preservação das sementes locais. Um bom exemplo são as sementes repassadas pelos programas de distribuição de sementes do governo. Em muitos casos, as mesmas são produzidas em regiões diferentes da realidade sertaneja, modificadas geneticamente e desconhecidas pelos camponeses. O plantio dessas sementes causa prejuízos não só financeiros (patentes, *royalties*, pacotes tecnológicos), mas também culturais, sociais e naturais, além de causar danos à saúde daqueles que as produzem e dos que as consomem (ABRAMOVAY, 1992; CARVALHO, 2003 e 2010).

Segundo Almeida (2002), as sementes trazidas de fora, podem se constituir em “uma ameaça ao equilíbrio do sistema diversificado dos agricultores familiares e, portanto, à agrobiodiversidade”[110]. E acrescenta:

> No caso das sementes que vêm de fora [as que são criadas em centros de pesquisa], elas geralmente crescem mais rápido e ficam [as plantações] muito baixas e aí já é um problema para o agricultor e agricultora do sertão, porque eles usam a palha do milho para alimentar os animais. Então, milho baixo e que não dá palha, muitas vezes, pode até não dar o grão, e aí eles acabam por cruzar com as variedades dos agricultores e baixar o porte das variedades deles [as nativas].

O resgate da tradição de estocar sementes trouxe para a comunidade novas discussões de como se produzir e consumir os alimentos. Hoje em dia, é comum encontrar os camponeses debatendo sobre sementes transgênicas (ou patenteadas), sobre o uso prejudicial de insumos químicos no roçado, a importância das famílias no processo de produção agrícola ou de novas alternativas agroecológicas no combate as pragas ou na fabricação de fertilizantes naturais, por exemplo. A existência de um BSC no Assentamento Três Irmãos permitiu aos assentados uma maior liberdade e autonomia sobre a sua produção alimentar, pois eles buscam as sementes quando precisam, sem ter que esperar por uma ajuda externa.

A partir de debates, reuniões e visitas de intercâmbio em outras comunidades, acompanhadas pela CPT/Sertão, eles tiveram acesso:

- a novos conhecimentos a respeito dos impactos socioambientais causados pelo uso de sementes de fora[111] e de insumos químicos nos roçados;
- a importância de se guardar sementes com qualidade e em boas condições;

---

[110] Cf. Saiba mais sobre os bancos de sementes. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/noticias/2009/02/13/saiba_mais_sobre_os_bancos_de_sementes/?sms_ss=blogger&at_xt=4cf8050b4e65e685,0.

[111] Os camponeses chamam de “sementes de fora”, aquelas distribuídas pelo governo, que em sua maioria são produzidas na região Sul - portanto, não são adaptadas à região semiárida – ou compradas de multinacionais (sementes geneticamente modificadas que só germinam quando associados aos insumos químicos, produzidos por essas empresas).

- o valor das trocas de sementes e de conhecimento a respeito da agricultura alimentar;
- a novas práticas de produção agroecológica em que se preza o uso dos recursos naturais com o menor impacto possível;
- a conscientização sobre o combate ao assistencialismo e ao patronismo;
- a compreensão a respeito do papel do governo, das prefeituras e dos políticos em geral, para que os camponeses possam lutar pelos seus direitos e exigir maior apoio dos programas governamentais;
- a novas práticas de convivência com o semiárido[112].

Ao passo em que conhecíamos a dinâmica e os cuidados dos camponeses com as sementes, tínhamos contato com as suas experiências e seus saberes sobre a produção e conservação dos alimentos, adquiridas e repassadas por gerações. Petersen e Silveira (2002) entendem que a construção do conhecimento camponês sobre o manejo da agricultura,

> [...] está vinculada não só a uma refinada capacidade de observação, mas também a processos bastante eficientes de aprendizado com base na experimentação. A incomensurável sabedoria a respeito de botânica aplicada, com a riqueza das informações sobre plantas nativas e a sutileza das discriminações utilizadas em sua identificação para fins utilitários, por exemplo, revela a eficiência do processo de geração de conhecimentos referentes ao manejo dos agroecossistemas locais. Trata-se de conhecimentos com alto teor de informações, desenvolvidos localmente [...] (p. 130)

À medida que conhecíamos a história dos camponeses assentados de Três Irmãos, tínhamos acesso a um pouco dos saberes deles tais como as experiências pessoais de armazenamento de sementes, de trato com os animais, entre outras que ressaltaremos a seguir.

---

[112] A ASA/PB e a AS-PTA vêm desenvolvendo projetos em todas as regiões da Paraíba, no intuito de desenvolver novas experiências alternativas de convivência com o semiárido, dentre estas, destacam-se: as cisternas de placas, barragens subterrâneas, barreiros, bombas populares, bancos de sementes comunitários e familiares, quintal produtivo, ensilagem, entre outros.

4.3 O BSC e as experiências alternativas de preservação das sementes

A criação do BSC na comunidade despertou o interesse pelo resgate de algumas experiências familiares no cuidado e manejo com as sementes. No decorrer dos anos, os camponeses foram compartilhando seus conhecimentos com os demais, numa troca de saberes e de ideias que, aos poucos, ajudou na substituição de algumas práticas agrícolas, como o uso de sementes vindas de outras regiões ou produzidas por grandes empresas de fertilizantes, de herbicidas e de agrotóxicos; redução das queimadas (também conhecida como broca); preservação e resgate das sementes locais.

Vicente da Viúva nos contou que ele mesmo era responsável pela compra e venda de agrotóxicos na comunidade. Segundo ele:

> Eu mesmo era uma pessoa que usava muito e estou praticamente, quase sem usar. Antes eu não tinha o conhecimento, eu tanto usava como incentivava os outros a usar. No início desse banco de sementes vinha empréstimo prá isso ai, junto com os recursos dos bancos de sementes. A gente via tipo uma semente de articulação prá gente usar, mas quando eu vi que não estava dando certo, estava acabando com minhas terras, meus pastos, eu diminui e praticamente eu penso que para o ano vai ficar zero. Não vou usar mais porque vou criar abelha e onde cria abelha não pode pulverizar. Eu estou com uma receita natural e vou usar nas plantas, é de água sanitária com alho. Tinha ano de eu comprar pro pessoal aqui, uma media de 8.000 reais só de veneno. As pessoas que me forneciam tão sentindo na pele - “rapaz você me comprava tanto e agora não compra mais?” – e eu digo rapaz é porque o negócio agora é outro. (depoimento de Vicente da Viúva em entrevista no dia 19 de agosto de 2009).

Constatamos que os camponeses foram substituindo o uso de insumos químicos por insumos ou defensivos naturais, feitos por eles mesmos a exemplo do senhor Antonio de Souza que ensinou uma técnica natural de combate às pragas, feita com a rama do melão de São Caetano (*momordica charantia L.*)[113].

> Se tiver lagarta no feijão, por exemplo, quando a gente percebe que ele está começando a melar o feijão, você pega as ramas do

[113] Planta da família da *Cocurbitaceae*, com propriedades medicinais.

> melão caetano e deixa de molho uns quatro dias. Ai depois dos quatro dias, você côa bem coadinho e bota em um litro. Aí bota na máquina de pulverizar onde a gente botava o veneno, bota a água e bota um pouco da água do litro e pode pulverizar. Pulveriza como veneno, aí aquele melado se acaba (Entrevista em 31 de julho de 2010).

Por outro lado, percebemos que alguns assentados reutilizam a bomba manual de pulverização, que normalmente são associadas ao uso de insumos químicos. Nas discussões nas reuniões dos BSC, chamou-se a atenção para essa questão e outras relativas aos riscos do uso de insumos químicos tais como: a contaminação da fauna, da flora, do solo, dos lençóis freáticos, dos açudes próximos e dos reservatórios de água para o consumo como: cisternas, cacimbas e poços. O uso dos insumos químicos também pode provocar doenças como intoxicações, alergias, doenças respiratórias, problemas de pele, entre outras, adquiridas através do contato direto com tais produtos.

Todos os assentados por nós entrevistados relataram casos de problemas de saúde adquiridos pelo uso dos insumos químicos (contato e absorção) em seus roçados. Dona Mariana ressaltou que essa prática era comum nos roçados e que ela já havia se intoxicado diversas vezes. Destacou que um dos seus filhos adoeceu de alergia e não pode se aproximar de nenhum veneno. Segundo ela:

> De primeiro a gente usava, eu mesma me intoxiquei com veneno. Quando a gente plantava parece que saía um enxame de inseto, ai o remédio que tinha era veneno, a gente não sabia de nada. E com essas andadas que a gente deu pela Associação, a gente aprendeu e hoje se planta, se tira de tudo, sem usar veneno. (depoimento de Dona Mariana em entrevista realizada no dia 1º. de agosto de 2010).

Além dos impactos ao meio ambiente e das doenças desenvolvidas, o uso desses produtos na agricultura, contribui para a dependência dos camponeses às grandes empresas de insumos agrícolas, a exemplo da Monsanto, Giba-Geiby, Hoechst, Syngenta e outras (MITTAL E ROSSET, 2003).

Ao utilizarem insumos e defensivos químicos, os camponeses se inserem em um ciclo de dominação, pois as empresas passam a ter o controle da produção, retirando a sua autonomia. Isso ocorre porque, em muitos casos, as

sementes também são produzidas pelas empresas que desenvolvem os insumos químicos, portanto, a produção depende desta associação (sementes modificadas + insumos químicos) gerando um ciclo vicioso e de dependência.

Ironicamente, e com apelo comercial, as mesmas empresas multinacionais que produzem os venenos e as sementes também fabricam os remédios disponibilizados nas farmácias, finalizando seu ciclo de dominação. Por esse motivo, no intuito de buscar novas formas de resistência e reduzir o consumo de remédios farmacêuticos, estimulou-se na comunidade um trabalho de resgate do cultivo de plantas medicinais nos terreiros das casas, conhecidas como "farmácias vivas". Lá, encontramos o anador, a malva, o endro, a babosa, a hortelã, capim santo, arruda, erva cidreira, mastruz, agrião, alecrim, entre outros. De acordo com Silveira (2002):

> A valorização de plantas medicinais, sejam nativas ou as exóticas, já há muitos anos introduzidas na região, confere às famílias dos agricultores uma certa condição de autonomia com relação ao tratamento das principais enfermidades às quais estão sujeitas, tais como: verminoses, infecções, problemas pulmonares, etc. No tratamento de questões relacionadas à saúde dos animais domésticos também pôde ser identificado um rico acervo de conhecimento associado à valorização dos recursos vegetais locais (p. 52)

Além de plantas medicinais, é comum o plantio de hortaliças, usadas como condimentos tais como: variedades de cebolinha, coentro, salsa, pimentão, pimentas, tomates, alface, entre outras (Figs. 23, 24, 25, 26).

Figs. 23 e 24 - Horta e Farmácia Viva de Dona Mariana. Plantio de coentro, salsinha e alface (esquerda) e mini tomate (direita).

Figs. 25 e 26 - Horta e Farmácia Viva de Dona Mariana. Plantio de endro (esquerda) e coentro (direita).

O trabalho de resgate das sementes trouxe para a comunidade algumas discussões a respeito das sementes geneticamente manipuladas e da influência que as empresas que as desenvolvem exercem sobre os agricultores. Decerto, o uso dessas sementes (híbridas ou transgênicas) nos roçados, ao serem plantadas só germinam quando associadas aos insumos químicos. Seu poder germinativo é baixo, ou seja, a nova safra tem poucas chances de germinar, já que são estéreis. Essa alteração na genética das sementes força os agricultores a recorrerem a empresas multinacionais sempre que se aproximar o período de plantio. Em outros casos, os agricultores acabam adquirindo dívidas com as empresas, pois, por conta das patentes, são obrigados a pagar os *royalties* pelo uso das sementes.

Temas como esses passaram a fazer parte das discussões nas reuniões da Associação Comunitária. Lá, os assentados expõem suas opiniões e contam o que acompanham nos jornais na rádio e na televisão, nos Encontros de Formação Política da CPT/Sertão ou nas Festas Estaduais da Semente da Paixão (FESP).

Com a criação do BSC, os camponeses adquiriram a segurança de ter as sementes nos momentos em que mais precisam e se tornaram capazes de resistir à dominação das tais empresas[114], pois, não precisam mais adquirir as "sementes de fora" e nem seus insumos agrícolas. Assim como, não precisam das sementes do governo, distribuídas tardiamente na região do Alto Sertão Paraibano.

A inserção de novas alternativas de combate às pragas e insetos, e o uso de fertilizante natural nos roçados, foi importante para o surgimento de novos experimentos a partir de elementos da própria natureza. No Assentamento Três Irmãos, alguns camponeses utilizam fertilizantes naturais (biofertilizantes), feitos a partir da urina e/ou do esterco bovino, do leite, de galhos e folhas de plantas. Como inseticida, utilizam as folhas e vagens do angico[115], fumo de corda, arruda, cebola, alho, entre outras. Essas práticas agroecológicas, além de contribuir para a conscientização da população a respeito do uso dos recursos naturais locais e da conservação ambiental, reduzem os custos da produção. De acordo com Altieri (2004),

> As técnicas resultantes também são ecologicamente corretas, pois não modificam ou transformam radicalmente o ecossistema camponês, mas, sim, identificam elementos tradicionais e/ou novos de manejo que, uma vez incorporados, otimizam a unidade de produção. A ênfase nos recursos locais disponíveis diminui os custos de produção, viabilizando economicamente as tecnologias agroecológicas. Além disso, os formatos produtivos e técnicas agroecológicas, por definição, conduzem a níveis maiores de participação (pág. 44).

No BSC, além da estocagem das sementes em silos, elas também são armazenadas em garrafas de plástico, como já foi demonstrado. Através dessa

---

[114] Em todas as fases, como a compra de insumos químicos, sementes, remédios e outros.

[115] Angico é a designação comum a várias árvores dos gêneros *Piptadenia*, *Parapiptadenia* e *Anadenanthera* da família Mimosoideae. Elas são nativas da América tropical, principalmente do Brasil e também são exploradas e/ou cultivadas devido à boa qualidade da sua madeira. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Angico. Acesso em: 23 de agosto de 2010.

ação, passou-se a discutir na comunidade algumas noções de reciclagem e reaproveitamento das garrafas que, normalmente, são jogadas nos terreiros das casas. As garrafas de plástico também são usadas pelos assentados para guardar as sementes em suas casas.

Com base nas suas observações, desde que passou a guardar algumas sementes dentro de garrafas de plástico, Chico Salú ressalta que, apesar delas serem boas para a conservação dos insumos (pois vedam bem sem ajuda da cera de arapuá[116]), só mantém a qualidade das sementes por, no máximo, dois anos, visto que o plástico esquenta mais que os silos.

No que tange aos experimentos de conservação das sementes, cada camponês possui o seu jeitinho próprio. Por exemplo, Dona Terezinha[117] prefere colocar casca de laranja nos recipientes para poder protegê-las do ataque dos insetos. Chico Salú, por sua vez, opta pelo uso da pimenta malagueta na parte de baixo e na de cima dos silos ou dos sacos. De acordo com ele, o segredo para proteger as sementes ensiladas dos ataques dos insetos é:

> [...] arrolhar o silo, bem tapadinho e botar cera de abelha [...] Quando tem, eu gosto de usar pimenta malagueta. O cabra bota duas colheres de pimenta malagueta pisada que o bicho não dá não. Bota um bocado, agora quando o cabra vai destampar, espirra pra se lascar [risos]. Eu já tapei com sabão, mas o sabão ele resseca, aí trinca e entra ar. A cera não é tão boa não. Hoje, lá [no BSC] tem silo tampado só com plástico [...] eu pego uma sacola de plástico, boto duas dobras e tampo e pronto, não tem vento que entre mais não. E é fácil, não dá despesa. Todo ano, eu compro dez, doze reais de cera e quando é no fim do ano que tiro o silo, eu jogo no mato, não presta mais. E é porque a gente trata, bota óleo. Agora quando manda tirar por uma pessoa que tira direitinho e trata ela com óleo, logo, ela fica macia por dois anos. (depoimento colhido em entrevista realizada dia 31 de julho de 2010).

Ser um guardião das sementes, dono de um banco de sementes familiar ou um cuidador do BSC, exige muita dedicação e atenção na hora de escolher as

[116] Aripuá ou arapuá (*Trigona spinipes)* é um tipo de abelha que produz uma cera excelente para lacrar os silos de sementes.
[117] Terezinha Gomes Dantas.

melhores sementes. No caso das sementes de fava, Dona Terezinha nos ensinou que:

> A fava tem uma experiência, se você catar ela verde e jogar ela lá num canto antes de secar direito, ai você separa as secas para um canto e aquelas verdinhas prá outro canto. Se deixar secar tudo misturado, aquela que está meio verde, amarga que você não come não, desgraça a outra fava. Você pode catar elas verdes, desbulhar [...] lá em casa eu faço assim, quando vai buscar ração prá dá pro gado, a gente cata as verdes todinha. [...] a gente planta porque gosta de comer mesmo, ai planta aquele pouquinho. Ai cata todinha, depois vai pegando uns pacotinhos de arroz, ai sai enchendo, amarrando e jogando no congelador, toda hora que você for comer ela está gostosinha e não amarga. Agora se você catar hoje e deixar pra desbulhar amanhã, ela amarga e você não consegue comer (depoimento colhido em entrevista realizada dia19 de agosto de 2009).

Para Chico Salú,

> A fava tem todo um mistério, por que a fava, se ela tiver florando e tiver bajem[118] madura e o cabra for catar um cozinhado prá comer, desgraça ela todinha, fura ligeiro e fica amarga. É uma desgraça, agora o caba num bula com ela, quando for no tempo, pode catar. (Entrevista em 19 de agosto de 2009)

Apesar dos problemas enfrentados no BSC, os camponeses adquiriram resistência a antigos problemas de falta de sementes e a dependência de políticos, fazendeiros, entre outros. Eles possuem a autonomia e o controle da Associação e do BSC, não sofrem ingerências externas de prefeituras, da CPT/Sertão, da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) ou de políticos, como bem diz Dona Mariana:

> Nós temos esse banco de sementes e essa Associação, mas político não vem aqui não. Negócio com politicagem, ninguém aceita na Associação, a gente vota, mas político nenhum se mete aqui não. A nossa Associação é livre, pode pegar os documentos dela, o que vier para nós, vem prá ela, não vem passando por prefeitura para ninguém assinar não. (depoimento colhido em entrevista realizada em dia 19 de agosto de 2009)

[118] Bajem é uma forma usada pelos camponeses para designar a vargem.

De fato, a autonomia e a independência dos camponeses na gestão do banco de sementes fortaleceram os laços de solidariedade entre eles. Depois de vários conflitos, o BSC tornou-se o ponto chave em que todos se unem e, coletivamente, vão atrás daquilo que necessitam. Assim, enfraqueceram as relações de assistencialismo e patronismo na comunidade, características na região.

Nos períodos de distribuição de sementes pela EMATER na cidade de Triunfo/PB, por exemplo, os camponeses de Três Irmãos não precisam recorrer ao programa para garantir a sua produção anual. Em muitos casos, os técnicos vão até a comunidade saber se eles querem os insumos.

Ao passo em que buscávamos compreender a importância do BSC para a comunidade, observamos que o banco de sementes serve como um elemento constituinte do território de esperança que é o Assentamento Três Irmãos. Portanto, podemos afirma que, o BSC representa um elo entre os assentados e o próprio assentamento/território de esperança, e essa questão foi fortalecida durante as conversas e entrevistas com eles.

Sempre que eram questionados sobre o que aconteceria com a comunidade, caso o BSC chegasse ao fim, as respostas não eram nada positivas:

> Eu penso que enquanto ele [o BSC] tiver em pé, nós temos algum futuro, agora se fecharem as portas, acabou-se o futuro. (depoimento de Chico Salú em entrevista realizada dia 19 de agosto de 2009).

Dona Teresinha também assegura que:

> Se esse banco chegar a se acabar acabou-se tudo, não vai nem funcionar Associação, porque tem gente que ainda vem por intermédio desse banco, porque quem é sócio na associação é sócio no banco. Tem gente que diz: - “eu vou porque se eu sair da associação eu não vou ter direito a alguma coisa lá dentro do banco” ai eles se seguram nisso ai. (depoimento colhido em entrevista realizada com Dona Terezinha dia 19 de agosto de 2009).

Os assentados reconhecem que o fim do BSC motivaria o afastamento dos sócios que ainda participam das reuniões da Associação. Tal acontecimento representaria um retrocesso para a comunidade, resultando no fim da sua autonomia e do controle no acesso às sementes e traria antigos fantasmas de volta. Malassombros que voltariam a usar as sementes da paixão como meio de dominação (favores ou compras).

No passado, a busca pelo direito a um pedaço de chão e a sementes de qualidade motivaram os conflitos de Três Irmãos. Decerto, atualmente, apesar de terem garantido o direito de posse dos lotes, existe uma luta pela conservação e preservação do BSC. A falta das sementes no Assentamento contribuiria para o deslocamento ou desterritorialização de algumas famílias que buscariam novas oportunidades que lhes garantissem o acesso aos insumos naturais, sejam elas, os antigos regimes de parceria, renda da terra ou algum trabalho na cidade. O fim do BSC dificultaria também a aprovação de projetos ou participação em programas do governo.

Destacamos ainda que o BSC de Três Irmãos serviu como referência, na década de 1990, para entidades como a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA/PB) e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que iniciavam suas pesquisas a respeito de experiências alternativas de se produzir, estocar e conservar sementes nas áreas de Assentamentos do estado. De acordo com o coordenador da CPT/Sertão Antônio Cleides,

> O banco de sementes de Três Irmãos é histórico. Inclusive a ASA-PB veio à comunidade e conheceu a dinâmica do BSC de lá. Ficou como referência para a implantação de outros bancos de sementes no estado, principalmente na região da Borborema. Uma das coisas que o pessoal da ASA-PB não tinha conhecimento era de como armazenar as sementes sem colocar o expurgante, que é aquele comprimido que bota em um saquinho e bota dentro do silo para que não crie insetos. E o pessoal de Três Irmãos não usava esse expurgante, eles vedavam o silo com cera de arapuá e só isso bastava para que as sementes pudessem ser conservadas de um a dois anos. E aí, quando eles não usavam todas as sementes, no ano seguinte, eles renovavam. Tiravam as sementes antigas para o consumo dos animais ou da casa e cada família, depositava uma certa quantidade de sementes novas, apenas renovando as sementes que tinham para que o banco nunca ficasse com sementes estragadas. Mas, com a cera ele

> dura até três anos. (Depoimento de Antonio Cleides em entrevista realizada no dia 23 de janeiro de 2009)

Assim como foi importante para essas entidades conhecerem a técnica de vedação de silos com a cera de arapuá, muitas outras experiências foram sendo resgatadas em todo o estado. No interior do Assentamento, além do BSC, existem pequenos bancos de sementes familiares, os BSF. Entendemos que os esforços de algumas famílias no gerenciamento e cuidado com o BSC vêm dessas experiências caseiras (tradicionais) de armazenamento de sementes, que têm se perpetuado por gerações. A seguir, apresentaremos a importância do Banco de Sementes Familiar na comunidade, tomando como exemplo o banco de familiar de Dona Mariana.

4.4 Os Bancos de Sementes Familiares: a experiência de estocagem de sementes da família de Dona Mariana

Os Bancos de Sementes Familiares (BSF) são construídos por famílias que guardam suas sementes nas suas casas ou nos depósitos construídos ao lado das casas. Neles, as sementes (em sua maioria de arroz, feijão, fava e milho) são estocadas em silos, garrafas de vidro ou de plástico, latões de querosene, cabaças, ou qualquer recipiente que garanta uma boa vedação e que impeça a proliferação de insetos.

Diferente da dinâmica de distribuição comunitária, o BSF atende às necessidades internas das famílias, estando disponíveis como reserva de sementes para o plantio, consumo (familiar), venda e empréstimos para familiares e vizinhos. O armazenamento familiar permite ao camponês a autonomia de plantar suas sementes nos períodos que melhor convier, dando a estes uma segurança para garantir o roçado em anos de escassez, chuvas irregulares ou chuvas em excesso.

Quem possui um BSF em sua casa, reduz a dependência em relação ao BSC recorrendo a este apenas quando seu estoque familiar não é suficiente para atender às suas necessidades. Além de uma reserva para o plantio, em épocas de instabilidade climática ou financeira, os camponeses abrem seus estoques

para consumir ou para comercializar. Quando há um excedente na produção é comum os camponeses venderem aos atravessadores. O dinheiro obtido com as vendas serve apenas para a aquisição de utensílios para o lar, de ferramentas, roupas e calçados, alimentos não produzidos no roçado e custeio da educação dos filhos.

Durante nosso trabalho de campo, pudemos acompanhar o BSF da família de Dona Mariana[119] e Sr. Antônio[120], que moram no Assentamento há 16 anos. Este banco familiar é bastante conhecido não só dentro da comunidade como em outras regiões[121], pois reflete o trabalho e a dedicação desta família ao estocar sementes para semear os roçados e proteger a biodiversidade local.

Dona Mariana é considerada uma *guardiã das sementes da paixão*, pois em seu estoque existem sementes que fazem parte da sua história. As suas sementes estão intrinsecamente relacionadas as suas vivências. No relato a seguir, ela nos contou como adquiriu na Festa Estadual da Semente da Paixão, algumas sementes de uma variedade de milho com uma coloração escura, diferente das que são produzidas no Assentamento.

> eu mesmo tenho um milho ai, tá com três anos que eu trouxe da Festa da Semente, um milho de pipoca bem pretinho. Eu trouxe em um saquinho de milho mesmo. Quando eu me lembrei de plantar, já foi quase no final do inverno, ai eu plantei aqui [no terreiro de casa], ai deu umas espiguinhas, eu peguei e botei dentro de uma margarina [recipiente] e quando foi no tempo da planta, no outro ano, eu me lembrei. Peguei essas sementes, debulhei, ajeitei e plantei, e tirei 6 litros. (depoimento colhido em entrevista realizada com Dona Mariana no dia 1º. de agosto de 2010)

A família de Dona Mariana depende diretamente da agricultura. Todo o trabalho feito nos roçados conta com a participação de toda a prole. O alimento produzido é voltado para o consumo e seu excedente é vendido aos atravessadores.

---

[119] Mariana Maria Monteiro de Souza.
[120] Vicente Antonio de Souza.
[121] O BSF de Dona Mariana é uma referência no Assentamento Três Irmãos, e já faz parte do roteiro das visitas de intercâmbio que acontecem na comunidade. Segundo esta camponesa, já passaram em sua casa diversas pessoas de outros estados (Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco) e de outros países (França, Alemanha, Estados Unidos, Espanha).

No terreiro da casa, encontramos um pequeno espaço onde são cultivadas algumas plantas medicinais (utilizadas como “remédios caseiros”) e outras alimentícias, estas, em pequenos canteiros com hortas com coentro, cebolinha, tomates, que lhes garantem os vegetais saudáveis e frescos.

Ao entrarmos na casa de Dona Mariana, nos deparamos com diversas garrafas de plástico cheias com as mais variadas sementes, amontoadas nos vãos entre as paredes e o teto. Assim como é de costume em outras residências, esta família também guarda as suas sementes dentro de alguns silos e sacos, no armazém que fica ao lado da casa.

A família de Dona Mariana já conhecia a tradição de estocar sementes em casa antes de se mudarem para o Assentamento Três Irmãos. Um conhecimento adquirido pelos pais e avós dela e que hoje é compartilhado, não só com sua família, mas com todos que tenham interesse em conhecer a sua história e o seu BSF (ver Figs. 27, 28 ,29 e 30).

Figs. 27, 28, 29 e 30 - Dona Mariana e Sr. Antonio segurando algumas garrafas de plástico cheias de sementes (acima, à esquerda). Estoque de sementes em garrafas de plástico (acima, à direita); Banco de Sementes Familiar: silos (abaixo, à esquerda) e sacos com espigas de milho e feijão nas vagens para debulho(abaixo, à direita). Arquivo: Juliano Moreira do Nascimento

Dona Mariana nos relatou como guarda as suas sementes:

> Aqui, desde pai e mãe, que nós em casa já tinha. Pois nós quando morávamos no Cajuí, se a gente não tivesse a sementinha, não tinha como arranjar. E a gente sempre guardava aquelas sementes que sobram, e nós, graças a Deus, em tão boa hora eu digo, para nós nunca faltou. Nós guardávamos para nós e para os vizinhos que precisassem. Nós só não tínhamos o nome [de banco familiar], mas nós já tínhamos essa noção. Nós guardávamos, tirávamos os legumes, trabalhava muito, eu toda vida ajudei meu marido. Eu nasci e me criei na roça. Meu pai tinha 06 filhas e 02 filhos, aí nós trabalhávamos na roça [...] todo serviço era na roça, às vezes eram eles brocando e eu tirando lenha nos braços. Nisso eu me criei, aí nós guardávamos as sementinhas que nem pai [...] quando era no começo do ano já tinha vizinho que já não tinha mais nada [de sementes] e nós arrumávamos para eles comerem, quando eles tiravam, eles pagavam. Nós arrumávamos para comer, para plantar [...] O que eu podia fazer por qualquer um, o que eu puder ainda hoje eu faço. Chegamos aqui, a mesma coisa, ninguém tinha conhecimento com ninguém quase, ficamos guardando, depois pegamos conhecimento com todo mundo, ai continuamos guardando. Eu gostava de milho de pipoca e do jeito que eu visse eu guardava um pouco para plantar, para fazer a experiência. Toda a vida eu guardei, tinha o meu feijão, o meu milho, do jeito que eu queria e se eu visse alguma [semente] que eu achasse bonita eu arranjava uma coisinha e levava para plantar, plantava separado e guardava (depoimento colhido em entrevista realizada com Dona Mariana no dia 31 de julho de 2010).

A história da estocagem de sementes, muitas vezes, confunde-se com a dos camponeses que, por anos, fazem experimentações e acabam por adquirir um sentimento de proximidade e afeto e, em alguns, o de posse, ao dizerem “o meu feijão”, “o meu milho”. Esse sentimento de posse é resultado de anos de contato com as sementes e da busca por melhorá-las e adaptá-las às condições edafoclimáticas locais. Mas isso termina por aí, pois o poder sobre as sementes é apenas simbólico, e é comum atribuir o nome das famílias que as possuem como, por exemplo, “o feijão de Chico Salú”, “o milho de Dona Mariana”. Às vezes, esse tratamento é comparado aos cuidados com uma criança, como bem diz Dona Mariana: “A gente cuida das sementinhas, planta, do que nasce a gente seleciona e guarda, sempre com muito cuidado, até parece um filho nosso”.

A partir de algumas observações e estudos sobre as dinâmicas de estocagem de sementes em alguns Assentamentos Rurais da Paraíba, a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA/PB)[122] vem desenvolvendo projetos importantes que têm contribuído para a disseminação e troca de conhecimento a respeito da agricultura camponesa de base familiar no estado. Através de uma ampla divulgação[123] essas entidades realizam um trabalho de conscientização dos camponeses, auxiliando-os na busca por seus direitos, coletando experiências que visam a uma produção agrícola com princípios agroecológicos, valorizando a importância da troca e do resgate das sementes.

Atualmente, existem vários Bancos de Sementes Comunitário em diversos municípios da Paraíba, como pode ser visto na Fig. 31. Ao todo, são 228 Bancos de Sementes Comunitários no estado da Paraíba ligados à Rede de Sementes da Articulação do Semiárido Paraibano[124], distribuídos em 61 municípios, que beneficiam mais de 06 mil famílias.

No decorrer da pesquisa, observamos que o trabalho de seleção, estocagem, empréstimo, preservação e troca de sementes no BSC de Três Irmãos ultrapassa as fronteiras do Assentamento. Hoje, como dissemos anteriormente, o BSC é reconhecido estadual, nacional e internacionalmente. Sempre que há na região algum encontro sobre as sementes faz-se necessária a presença dos responsáveis por esse banco de sementes, que contam as suas histórias de luta e o esforço para manter o BSC ativo.

---

[122] A ASA, Articulação no Semi-Árido Brasileiro, é um fórum de organizações da sociedade civil, que vem lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro, desde 1999. Atualmente, mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, fazem parte da ASA. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97

[123] Essa divulgação é feita através do site http://www.asabrasil.org.br, de folhetos, de jornais, de reuniões, de festas, de encontros de formação, de debates, etc.

[124] O papel da rede é articular e sistematizar as experiências familiares, comunitárias, regionais e estadual na área de sementes, como também prestar apoio técnico (treinamentos e cursos sobre seleção e armazenamento de sementes). Outra importante função dessa rede é propor políticas publicadas voltadas para a questão da valorização das sementes dos agricultores. Cf. http://www.revistaforum.com.br/noticias/2009/02/13/saiba_mais_sobre_os_bancos_de_sementes/?sms_ss=blogger&at_xt=4cf8050b4e65e685,0.

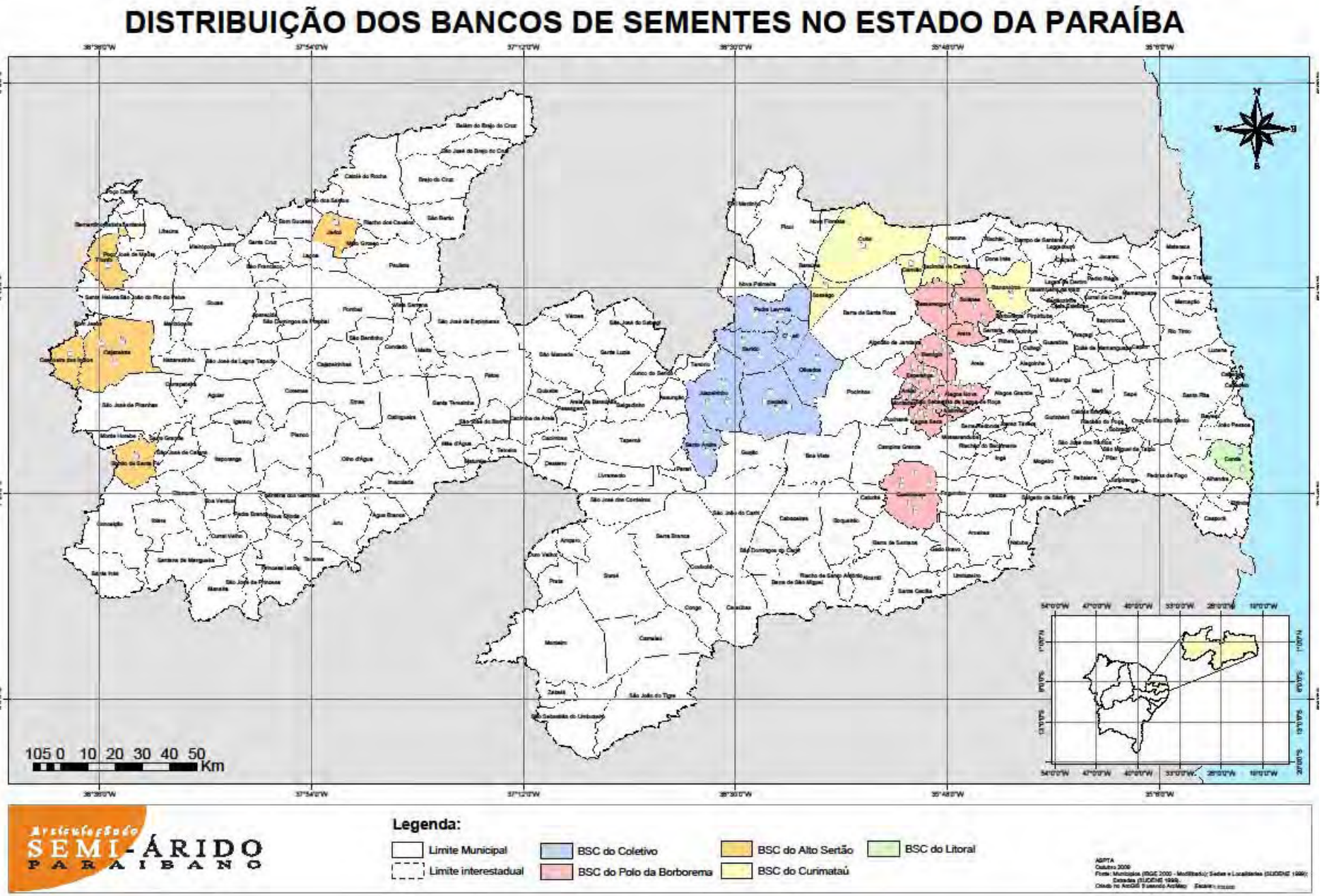


Fig. 31 - Mapa de distribuição dos BSC no Estado da Paraíba.

A importância assumida em nível estadual pelos bancos de sementes deu origem a um evento já consagrado denominado de Festa Estadual da Semente da Paixão (FESP). Trata-se de um espaço aonde diversos camponeses, técnicos, agentes de pastorais e de movimentos sociais vindos de várias regiões do estado da Paraíba encontram-se para aprender, ensinar e compartilhar os seus conhecimentos locais a respeito da agricultura. A seguir, faremos um breve resgate da história das FESP na Paraíba, ressaltando a sua importância para o campesinato paraibano.

4.5 A Festa Estadual da Semente da Paixão (FESP)

A FESP é reconhecida como um grande momento festivo, em que os camponeses se apresentam à sociedade como sujeitos capazes de realizar mudanças e de poder contribuir com os debates relacionados não só ao campo, mas também ao urbano, afinal, uma alimentação segura e de qualidade é direito de todos. De acordo com a Asa-PB:

> A Festa Estadual da Semente da Paixão é um evento que vem se constituindo como um importante momento de troca de experiências e saberes entre as famílias camponesas do semiárido, além de valorizar as ações que conservam o ecossistema e garantem a segurança alimentar. Buscamos ainda estimular a reflexão na perspectiva da construção de um modelo de agricultura sustentável, proporcionado por meio de um momento de formação política, tendo como foco o fortalecimento das ações da agricultura familiar camponesa nos seus processos e espaços de realização da agroecologia.
> Vem sendo caracterizado como importante evento de formação e intercâmbio das experiências em curso na promoção da agroecologia na Paraíba. Oportunidade de refletir sobre as ameaças impostas pelo modelo de desenvolvimento tecnológico baseado na monocultura, liberação dos transgênicos e no uso intensivo de agrotóxicos.
> A Festa Estadual da Semente da Paixão traz para discussão toda uma reflexão realizada no conjunto das dinâmicas da ASA – Paraíba, que estão apontando os caminhos para os camponeses e camponesas intensificarem o intercâmbio de materiais genéticos, das práticas de manejo sustentável, gestão comunitária e conhecimentos desenvolvidos pelas famílias.

> Para comemorar, avaliar e avançar no processo de formação política e mobilização social das camponesas, dos camponeses, lideranças e assessorias na caminhada a ASA Paraíba, realiza a cada dois anos a Festa Estadual da Semente da Paixão. Buscamos ainda estimular uma reflexão preparatória ao evento estadual, de forma que cada região possa dialogar sobre os impactos ao manejo da agrobiodiversidade e as estratégias coletivas de fortalecimento das ações da agricultura familiar camponesa nos seus processos e espaços de construção da agroecologia e ações de convivência com o semiárido[125].

Nesses eventos, os agricultores se encontram para questionar, sugerir e discutir temas diversos a respeito da agricultura no estado e no mundo. Assuntos como: a troca de sementes e experiências locais entre as famílias camponesas; o papel e a participação do Estado no que tange às políticas públicas voltadas à produção de alimentos e o apoio à agricultura familiar; a autonomia do camponês no seu roçado; os meios de se garantir a segurança alimentar através do direito a uma dieta alimentar natural e diversificada; o acesso à terra e à água; a preservação do meio ambiente e do patrimônio genético e cultural das populações, são abordados nos dias de encontro. Os agricultores também têm a oportunidade de fazer suas críticas, questionamentos e dar sugestões diretamente aos representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou da EMATER. Sobre a história da FESP, assim se refere Elza Gomes[126],

> A história da Festa se deu pelo processo de que os assentamentos e as comunidades, no geral, os trabalhadores e trabalhadoras tinham o hábito de guardar sementes, ou no banco de semente familiar ou no banco de semente comunitário, porque a história dos bancos de sementes na Paraíba vem desde a década de 70[127], com os Bancos de Sementes Comunitário. E aí, se viu que o trabalho de semente, a preservação e o resgate, e toda essa questão da valorização, também, das experiências dos trabalhadores com sementes, já tinha um certo nível que dava para se divulgar mais. Então, a gente não estava partindo do zero, já tinha todo um processo firmado no estado e a gente sentia a necessidade de divulgar isso, para que cada vez mais os

[125] Disponível em: http://festasementedapaixao.wordpress.com/afesta/

[126] Elza Gomes morou no Assentamento Três Irmãos durante muito tempo. Mudou-se para Cajazeiras/PB quando foi convidada a participar das atividades da Comissão Pastoral da Terra/Sertão, na mesma cidade. Atualmente, faz parte da equipe de agentes da CPT/Sertão e da Rede Sementes da Paraíba.

[127] Refere-se à década de 1970.

> agricultores viessem a conhecer. A Festa é vista como um ato festivo, celebrativo [...] Além de divulgar para a sociedade o que a gente tem feito no campo, mostra o conhecimento do agricultor, o que ele tem na prática, o que ajuda nas pesquisas. Porque os agricultores também fazem pesquisas, né? Os trabalhadores selecionam as sementes, eles estão fazendo a sua pesquisa no campo, no dia-a-dia. Isso tem servido também para que técnicos que antes viviam em outro sistema, passem a reconhecer os nossos sistemas [...] A gente tinha as experiências, os agricultores queriam se encontrar, mas, a gente não tinha os espaços para que isso acontecesse. Hoje em dia a Festa já tem outra dimensão. (depoimento de Elza Gomes em entrevista realizada no dia 11 de junho de 2009)

A FESP é organizada pelas entidades que compõem a Articulação do Semiárido Paraibano (Asa Paraíba) desde 2004.

> A ocasião é de resgate e valorização da importante contribuição das famílias camponesas para a diversidade das sementes, moedas de um patrimônio genético que por séculos foi cultivado, selecionado, aprimorado e ajustado às realidades ecológicas locais e às preferências culturais [...] A festa é o momento de reverenciar esse incessante processo de estudo e seleção, que concede autonomia às famílias no uso de suas sementes, na produção de alimentos e na geração de riquezas[128].

A FESP reúne participantes de todas as mesorregiões da Paraíba, assim como, visitantes de outros estados e até mesmo de outros países. Nesse contexto, o BSC de Três Irmãos inclui-se dentre os demais bancos de sementes, diversamente espalhados pelo estado, acompanhados pela Rede Sementes da Paraíba[129], articulada pela ASA/PB, à qual está vinculada a CPT/Sertão, que atua na região do Alto Sertão Paraibano.

Para Almeida e Silva (2007), a FESP representa a construção de uma *identidade coletiva* na defesa por um modelo agroecológico de desenvolvimento rural sustentado, com base na agricultura familiar. Segundo eles:

> A Festa da Semente da Paixão tem sido um momento importante para a construção dessa identidade. Agricultores e agricultoras

[128] Cf. http://festasementedapaixao.wordpress.com/

[129] A Rede Sementes da Articulação do Semi-Árido Paraibano é um fórum permanente de discussão e implementação de ações no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar.

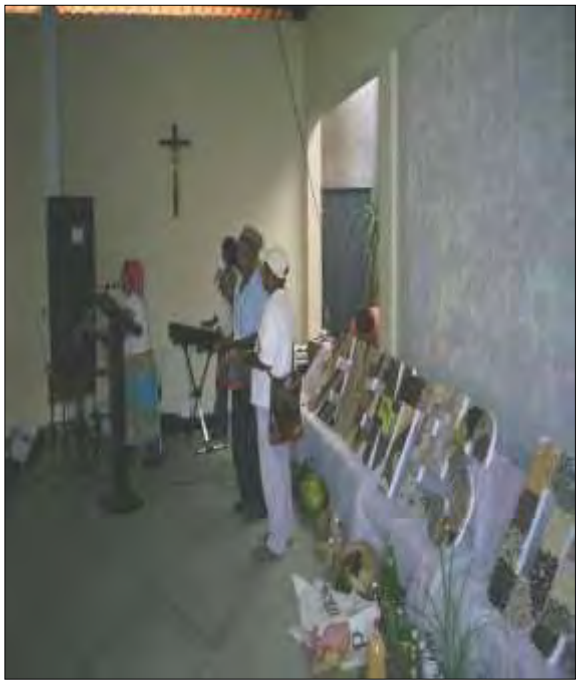
> aguardam com ansiedade, a cada ano, a realização da festa que representa a reafirmação de um trabalho de mais de uma década de lutas e conquistas. A cada ano a festa acontece em uma região diferente, valorizando as iniciativas e celebrando os avanços das diversas dinâmicas regionais (ALMEIDA E SILVA, 2007; p. 17)

As Festas Estaduais das Sementes da Paixão possuem, tradicionalmente, dois momentos importantes. O primeiro momento ocorre nos primeiros dias, onde acontece um encontro de formação política, que tem como objetivo, "abrir um espaço para a construção coletiva de uma crítica ao conjunto de forças e fatores que ameaçam a agrobiodiversidade e a autonomia das famílias agricultoras" [130]. Exemplo desse primeiro momento foi, por nós registrado, durante a V FESP, como pode ser visualizado nas imagens abaixo.

Figs. - 32, 33, 34, 35 - Cenário montado para recepcionar os participantes do encontro de formação política, em Lagoa Seca/PB (FESP, 2010) (Acima à esquerda). Representantes da EMATER e do MDA. Acima, (à direita). Abaixo: Participantes no primeiro dia de encontro (esquerda). Depoimento e questionamento de um camponês em um debate com os membros do MDA e EMATER durante a V FESP (direita). Arquivo: Juliano Moreira do Nascimento.

[130] Ver: http://festasementedapaixao.wordpress.com/a-paixao-pelas-sementes/

O segundo momento, que acontece no último dia, é chamado de “o grande encontro” ou “a grande festa”, em que os agricultores de diversas localidades se reúnem para trocar experiências e sementes nas feiras de “saberes e sabores”, além de trazerem as discussões realizadas no encontro de formação política para o grande público – cerca de duas mil pessoas por encontro. Além disso, há toda uma programação cultural em que são apresentadas peças de teatro, declamação de poesias e grupos musicais. Em grande parte, as apresentações são feitas pelos próprios camponeses que, na oportunidade, expõem seus talentos, seja através da poesia popular, da música e de outras expressões artísticas (Figs. 36 e 37).



Figs. 36 e 37 - Apresentação de um grupo musical de forró pé de serra durante a IV FESP. Patos, 2007 (à esquerda); Sr. Joaquim[131] declama um dos seus poemas populares na V FESP (à direita). Lagoa Seca, 2010. Arquivo: Juliano Moreira do Nascimento.

Em cada encontro, é organizado um espaço onde são instaladas barracas para possibilitar as trocas de sementes, a venda de artesanato e de alimentos, a divulgação e apresentação de trabalhos, entre outras atividades, como pode ser visto nas fotos abaixo.

[131] Joaquim Pedro de Santana faz parte da comissão do BSC de Montadas/PB.

Fig. 38, 39, 40 e 41- Feira de exposição e troca de produtos agroecológicos e artesanais "saberes e sabores", IV FESP. Patos, Paraíba, 2007.

Ao final de cada FESP, é feito um levantamento sobre os pontos positivos e negativos levantados no decorrer do encontro, que resulta na criação de uma carta política[132], ressaltando-se as principais discussões e os encaminhamentos da festa.

A primeira Festa Estadual da Semente da Paixão foi realizada na cidade de Soledade, na Paraíba, nos dias 24 e 25 de julho de 2004 e contou com a participação de 1500 pessoas. Teve como tema: *"Semente da paixão: patrimônio da humanidade, livre de transgênicos e agrotóxicos".* O encontro foi o pontapé inicial para divulgar a realidade camponesa pouco conhecida pela sociedade, principalmente a urbana.

Após o sucesso e a aceitação da primeira FESP, no ano de 2005 aconteceu o segundo evento, na cidade de Cajazeiras, nos dias 23, 24 e 25 de

[132] As cartas políticas das Festas Estaduais da Semente da Paixão estão disponíveis em: http://www.asabrasil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod_menu=1613 Acesso em 06 de junho de 2010.

julho, recebendo cerca de 1500 pessoas. O tema escolhido foi: "*Semente da Paixão: cultivando a vida e guardando os frutos no semiárido"*. Foram abordados temas sobre a importância e a necessidade de se diversificar o plantio e estocar sementes adaptadas e diversificadas.

A terceira FESP aconteceu na cidade de Lagoa Seca, nos dias 23, 24 e 25 de julho de 2006, com a participação de cerca de duas mil pessoas. O tema escolhido foi: *"Sementes da Paixão: alimento sagrado, livre de veneno e contra o agronegócio"*. Como um momento de retrospectiva, algumas discussões dos anos anteriores foram retomadas. Também foram celebradas com grande alegria, as modificações feitas na Lei de Sementes e Mudas 10.711/03[133], que passou a reconhecer a autenticidade das sementes da paixão, liberadas para serem compradas e distribuídas pelos programas governamentais de distribuição de sementes nas comunidades rurais.

Mantendo a tradição, a quarta FESP aconteceu nos dias 23, 24 e 25 de julho de 2007, na cidade de Patos, tendo como tema: *"Semente da Paixão: plantando e colhendo solidariedade e riqueza no semi-árido"*. Contou com a presença de mais de duas mil pessoas, entre agricultores e representantes de entidades que integram a ASA/PB e a Via Campesina.

Nesse encontro, foram discutidos os tipos de riquezas camponesas, sendo estas: o plantio e colheita das sementes da paixão, uma garantia de safra anual e no tempo certo; alimentação humana e animal (ração, forragens, palhas), segura e de qualidade. Na pauta das discussões, foram feitas mais críticas às políticas de apoio ao agronegócio, à proporção que implantam ou manipulam leis e políticas governamentais, contribuindo para a disseminação e comércio de sementes modificadas geneticamente.

A quinta FESP aconteceu nos dias 18 e 19 de março de 2010, nas cidades de Lagoa Seca e Campina Grande, na Paraíba, tendo como tema: *"Guardiões da semente da paixão: em defesa da agricultura familiar camponesa"*. Aqui, o foco principal foi discutir a importância dos guardiões das sementes nas comunidades -

[133] Anteriormente a essa aprovação, as sementes da paixão produzidas pelos camponeses eram consideradas apenas grãos, portanto, sem qualidade para a distribuição, venda ou plantio. Eram consideradas sementes, apenas os insumos produzidos e autenticados em laboratórios e grandes empresas (LONDRES, 2006).

ou seja, aqueles que armazenam sementes desde muito tempo, repassadas de uma geração a outra – e os problemas de saúde causados pelo uso de insumos tóxicos na agricultura e o consumo de alimentos transgênicos.

Fig. 42 e 43 – Feira agroecológica “Saberes e sabores” (esquerda) e Viveiro de mudas (direita), durante a V FESP, 2010.

Figs. 44, 45, 46 e 47 – Acima: Cenário representando uma casa de taipa junto aos estandartes dos Guardiões das Sementes da Paixão (esquerda); Marcha contra os alimentos transgênicos no centro de Campina Grande, Paraíba; Abaixo: camponeses vestidos de preto, representando o "luto" e a indignação sobre a venda e o consumo de alimentos transgênicos (esquerda); Os camponeses demonstram alívio e alegria ao se livrarem dos alimentos transgênicos (direita).

Não por acaso, alguns temas são discutidos anualmente nas FESP, de forma mais aprofundada e atualizada, que vão do desempenho dos programas de distribuição de sementes do Estado à questionamentos sobre a produção de alimentos geneticamente modificados e aos domínios das grandes empresas de agronegócio.

Apesar de não terem um conhecimento científico aprofundado, é comum encontrar camponeses que sabem expor suas opiniões a respeito do uso de insumos técnicos e químicos, ou de manipulação genética das sementes, como por exemplo: sementes híbridas e transgênicas. De acordo com Carvalho (2009) a partir do momento que os camponeses assumem uma consciência política e ideológica, tornam-se:

> [...] portadores de uma concepção de mundo [mesmo em construção] que se manifesta na sua práxis social como uma contraconsciência à aquela da ideologia burguesa, e que lhe proporcionará condições favoráveis não apenas de redefinirem e sustentarem novas formas de produção e tecnológica no campo como de realização de lutas sociais contra aqueles que lhe exploram e subjugam (p. 21).

A FESP contribui para a construção de uma *ideologia camponesa* - a partir da conscientização dos camponeses e não camponeses - que começa na identificação daqueles que os oprimem (multinacionais, patrões, políticos, entre outros); no desenvolvimento de uma consciência de mundo enquanto sujeitos ativos - e não só daquelas restritas às suas comunidades - e nas práticas desenvolvidas em suas localidades.

Na contramão das práticas impostas pela ideologia dominante, encontramos camponeses que participam e atuam de modo que já não se vê muitas distâncias entre os discursos técnicos e a compreensão deles. Hoje em dia, é comum encontrar camponeses que fazem parte de debates locais ou que representam as suas comunidades em encontros, reuniões e palestras e que defendem as suas concepções de mundo, debatendo e enfrentando as opiniões de técnicos, políticos e empresários.

A Festa Estadual da Semente da Paixão cumpre seu papel não só como propósito de reivindicação, mas, principalmente de conscientização social, porque não discute somente temas restritos ao campo. Trazem para a população, assuntos atuais e históricos, de uma realidade camponesa sufocada pela ideologia dominante, alertando sobre o domínio alimentar imposto pelas grandes empresas de agronegócio, que monopolizam a produção, distribuição e consumo de alimentos industrializados no mundo.

No caso do BSC do PA Três Irmãos, verificamos que, malgrado as dificuldades enfrentadas para mantê-lo ativo, ele contribui para a construção de um território de esperança com base na solidariedade e no resgate da tradição, se opondo assim, à lógica do território de exploração dominado pelo modo capitalista de produção tal qual o que caracteriza o território do agronegócio.